

JACÓ DOS SANTOS SOUZA

VOZES DA ABOLIÇÃO: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NA IMPRENSA
ABOLICIONISTA CACHOEIRANA (1887-1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia/UNEB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Professor Doutor Walter Fraga Filho.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS
FEVEREIRO/2010

S729 Souza, Jacó dos Santos.
Vozes da abolição: escravidão e liberdade na imprensa
aboliconista cachoeirana (1887 – 1889). / Jacó dos Santos Souza
- 2010.

160 f.: il

Orientador: Prof. Dr. Walter Fraga Filho.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia,
Programa de Pós-graduação em História Regional e Local, 2010.

1. Escravidão - Bahia. 2. Imprensa. 3. Cachoeira – Bahia I.
Fraga Filho, Walter. II. Universidade do Estado da Bahia,
Programa de Pós-graduação em História Regional e Local.

CDD: 326.098142

JACÓ DOS SANTOS SOUZA

VOZES DA ABOLIÇÃO: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NA IMPRENSA
ABOLICIONISTA CACHOEIRANA (1887-1889)

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Walter Fraga Filho (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Novaes Pires (UFBA)

Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Ferreira dos Reis (UNEB)

Prof. Dr. Antônio Liberac Cardoso Simões Pires (Suplente)

Prof. Dr. Raphael Rodrigues Vieira Filho (Suplente)

SANTO ANTÔNIO DE JESUS
FEVEREIRO/2010

Aos meus pais,
Pedro e Jacira.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que, de alguma forma, participaram da construção deste trabalho. A todas registro minha gratidão. Mesmo sabendo que corro o risco de omitir algumas pessoas, me arrisco na tarefa de registrar certos nomes que compartilharam mais de perto o árduo processo da pesquisa. Assim, manifesto minha eterna gratidão a Deus, meu melhor amigo, pois sem seu auxílio jamais estaria escrevendo estas linhas de agradecimento.

Pelas instituições de pesquisa por onde passei, contei com o apoio de vários funcionários. Registro meus agradecimentos à senhora Marlene, do Arquivo Público da Bahia, pela eficiência e dedicação com que recebe os pesquisadores; ao senhor Aragão, por permitir meu acesso à documentação da Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos; a Angélica, Beti, Fernando e Rita, do Arquivo Regional de Cachoeira, pela atenção e conversas bem humoradas; à senhora Cristina e o amigo Hélio, do Fórum de São Félix, pelo empenho em promover as melhores condições para que eu pudesse pesquisar.

Durante minha estadia na cidade de Santo Antônio de Jesus, na graduação e em parte do mestrado, tive a felicidade de ser hospedado pelo casal Pr. José Teles e Jacira. Além deles, Joteles, José Teles Filho, Jacimare, Eliete, Janeide e Sizínio foram extremamente atenciosos comigo. Jamais poderei escrever minha história de vida sem dedicar páginas aos momentos agradáveis que vivi em companhia dessas pessoas. A todas elas gostaria de agradecer pelo cuidado e preocupação em proporcionar um ambiente mais agradável para a realização de meus estudos.

Em Salvador, contei com a solidariedade do primo Fernando (Feu), Jussiara (Juci) e o filho do casal, Caio. Enquanto realizava trabalhos de pesquisa no Arquivo Público da Bahia, essas pessoas tornavam meus dias na capital baiana mais alegres. Por isso, a eles registro meus sinceros agradecimentos.

Na Universidade do Estado da Bahia/Campus V, fui auxiliado por várias pessoas. Seu Geraldo e Hermano, funcionários da biblioteca, foram muito generosos, sobretudo atendendo minhas solicitações feitas por telefone. O pessoal da xérox, Márcio, Rita e Danilo, sempre atenciosos, mesmo quando eu chegava por lá com pressa. Os professores Edinaldo Oliveira e Denílson Lessa estiveram na torcida, me incentivando quando ainda frequentava suas aulas na graduação. As

secretárias do mestrado, Ane e Consuelo, sempre prestativas, sou grato pela paciência e auxílio em muitos momentos.

Agradeço o apoio financeiro da CAPES, pois sem ele a pesquisa teria se tornado mais difícil.

Entre os muitos amigos, sou grato a Alaíze pela interlocução durante todo o trabalho. Compartilhamos angústias e temores sobre nossas pesquisas, mas, ao final, tudo se ajustando. Manifesto minha gratidão aos colegas Igor, Leila e Cassi, pela atenção e momentos de distração nos corredores do mestrado. Nossa convivência foi, sem sombra de dúvidas, divertida e enriquecedora.

Aos “irmãos na fé”, um agradecimento especial pelas orações que, com certeza, me encorajaram a continuar acreditado que “podemos todas as coisas naquele que nos fortalece”.

Sou muito grato às professoras Maria de Fátima e Isabel Reis pela participação na banca de qualificação. Os olhares atenciosos destas pesquisadoras me fizeram enxergar questões antes turvas, mas que agora se apresentam com mais clareza.

A Walter Fraga, agradeço pela paciência que dispensou a um pesquisador neófito, dedicando muitas horas à leitura e correção do texto. Sua competente orientação me fez aprender muito.

Registro minha gratidão a minha noiva Ruancela pela atenção e carinho. Por inúmeras ocasiões, pacientemente, ouviu histórias de abolicionistas, de escravos fugidos e de senhores ressentidos. Como pessoa das letras, ela contribuiu inestimavelmente com a correção gramatical do texto, mesmo dentro do pouco tempo que lhe impus.

À minha família, meu agradecimento especialíssimo. Meus irmãos e irmãs, Jadilson, Jaciane, Gleidson, Daniel e Daniela tornaram os momentos, em que estivemos juntos, mais agradáveis. Gostaria de agradecê-los pelo incentivo e torcida. Minha ausência em algumas programações familiares acabava por gerar a inevitável pergunta: “quando termina esse trabalho?” Enfim, terminou. Meus pais, Pedro e Jacira, empenharam-se para que eu seguisse nos estudos. Pela dedicação, orações, amor e esforços empregados na minha formação profissional e humana, sou grato.

Quem chega ao Brasil e abre um dos
nossos jornais encontra logo uma
fotografia da escravidão atual, mais
verdadeira do que qualquer pintura.

Joaquim Nabuco

RESUMO

Este estudo analisa a atuação da gazeta abolicionista *O Asteróide* no movimento antiescravista cachoeirano, entre os anos de 1887 e 1889. Por meio da leitura desse periódico, buscamos entender como a luta antiescravista se desenrolou na cidade de Cachoeira e os encaminhamentos da abolição defendidos pelo jornal. Ao mesmo tempo, analisamos os projetos políticos defendidos pela redação do periódico depois da abolição. Ao longo do texto, estivemos atentos aos sentimentos e planos de reforma social defendidos pelo periódico. A ideia é perceber como os projetos de inserção social dos libertos estavam articulados com os ideais de modernidade, civilização e progresso. Para isso, o estudo analisa diferentes documentos do período, como *processos-crime*, periódicos, correspondências policiais, atas de sociedades libertadoras, entre outros.

Palavras-chave: Imprensa abolicionista. Escravidão. Liberdade. Cachoeira.

ABSTRACT

This study analyzes the performance of the abolitionist gazette - The Asteroid - within the anti-slavery movement in Cachoeira, between 1887 and 1889. Upon reading such a journal, we aimed to understand how the anti-slavery struggle took place in Cachoeira town and the abolition policy defended by the direction of the journal. At the same time, it is analyzed the policy pleaded by the editors of the journal after the abolition. Throughout the text we were attentive to the feelings concerning the social reform plans pleaded by the journal. The aim is to see how the projects for manumitted slaves' social integration were articulated with the ideals of modernity, civilization and progress. For this, the study examines various documents of the period, such as criminal suits, journals, correspondence police, free societies minutes, among others.

Keywords: Abolitionist Press. Slavery. Freedom. Cachoeira.

LISTA DE MAPA, IMAGEM, FOTOGRAFIAS E TABELAS

Mapa 1 – Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do século XIX.....	28
Imagem 1 – Ilustração de Ângelo Agostini.....	56
Fotografia 1 – Cais do porto na década de 1930. Autor desconhecido.....	31
Fotografia 2 – Cais do porto na década de 1930. Autor desconhecido.....	31
Fotografia 3 – Professor Cincinato Ricardo Pereira da Franca.....	53
Tabela 1 – Estabelecimentos comerciais de Cachoeira, 1888.....	29
Tabela 2 – Distribuição da população por instrução, 1872.....	54
Tabela 3 – Ocupações dos alunos da escola do prof. Cincinato Franca, 1889.....	139

LISTA DE ABREVIATURAS

AFSF – Arquivo do Fórum de São Félix.

AMSF – Arquivo Municipal de São Félix.

APB – Arquivo Público da Bahia.

ARC – Arquivo Regional de Cachoeira.

ASMPAC – Arquivo da Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos.

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

CEDIG – Centro de Digitalização do Programa de Pós-graduação em História (Ufba).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I	
SOCIEDADE CACHOEIRANA E ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO.....	20
Sociedade cachoeirana na década da abolição.....	26
O movimento abolicionista local.....	35
CAPÍTULO II	
NOTÍCIAS DA ESCRAVIDÃO E DA LIBERDADE EM <i>O ASTERÓIDE</i>	41
Perspectiva de um periódico abolicionista.....	42
Falando aos senhores e aos escravos.....	54
Cenas do cotidiano escravista.....	65
Buscando a gratidão dos libertos.....	73
CAPÍTULO III	
AGITANDO A CIDADE: CONFLITOS E TENSÕES ÀS VÉSPERAS DA ABOLIÇÃO.....	84
Histórias de um abolicionista.....	85
Nas ruas e na justiça.....	109
CAPÍTULO IV	
“DIAMANTINA E REDENTORA LEI”: CELEBRAÇÕES DA ABOLIÇÃO E PROJETOS POLÍTICOS DE <i>O ASTERÓIDE</i> NO PÓS-ABOLIÇÃO.....	125
Celebrações da “lei diamantina” e resquícios da escravidão.....	126
“O livro e o trabalho”: instrução e inserção social dos egressos da escravidão.....	135
“As queixas do povo”.....	142
Treze de maio de 1889: “não havia esperanças de sol”.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
ARQUIVOS E FONTES.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152
ANEXO.....	159

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo entender a atuação do periódico abolicionista *O Asteróide* no movimento antiescravista, entre os anos de 1887 e 1889, quando circulou pela cidade de Cachoeira. As informações impressas nessa folha noticiosa nos ofereceram importantes caminhos para se pensar como a escravidão era vivida, noticiada e lida nessa parte do Recôncavo baiano ao longo daqueles anos. Este recorte cronológico abrange um momento de grande agitação social, marcado por conflitos e tensões, envolvendo diferentes atores sociais, no campo e na cidade. A escolha dessa gazeta como objeto de estudo levou em consideração sua ativa participação na campanha antiescravista, quer seja na apresentação de soluções para o encaminhamento da abolição na região, quer seja no seu envolvimento nos embates de rua.

Muito embora o jornal tenha sido apontado como importante documento para o conhecimento histórico desde as primeiras décadas do século XX, sua utilização tornou-se mais frequente entre pesquisadores a partir da década de 1970, momento em que ele foi tomado como fonte para a História *da* imprensa. Mesmo assim, a utilização do jornal enquanto fonte de pesquisa era cercada de muitas objeções, especialmente no que tange à possibilidade de se escrever a história *por meio* da imprensa.¹ Dentre outras razões para a desconfiança, acreditava-se que a imprensa seria “falsificadora da verdade”, uma fonte tendenciosa, na medida em que revelava imagens parciais e subjetivas do ocorrido. Entretanto, esse posicionamento perdeu força à medida que o aprimoramento da crítica documental mostrou que “o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos”.²

Ainda na década de 1970, surgiram os primeiros trabalhos acadêmicos que se utilizaram de jornais como fontes principais de investigação histórica, seguidos de uma multiplicidade de temas até então ausentes da abordagem historiográfica.³ Os estudiosos demonstraram grande preocupação no uso instrumental desse

¹ Tânia Regina de Luca. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Bassanezi Pinski (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

² Heloisa de Farias Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, n° 35, p. 260.

³ Tânia Regina de Luca. História dos, nos e por meio dos periódicos, p. 113. Segundo Luca, a renovação temática colocou no território do historiador temas como as festas, as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, entre outros.

documento. De acordo com Tânia Regina de Luca, a análise do discurso jornalístico passou a levar em consideração questões como “fontes de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros”; quesitos até então negligenciados por historiadores que utilizavam esse tipo de material.⁴ Estes não encaravam os jornais como sendo documentos que expressavam a exata ou inexata narração de fatos, como mero reflexo de acontecimentos, mas que mesclavam o tendencioso e o imparcial, pois o que estava registrado expressava a visão de mundo de seus autores, falando “de um lugar social e de um determinado tempo”.⁵

Essa postura teórico-metodológica considera os periódicos como enunciadores de discursos e expressões de protagonistas, mas também entende-os como agentes históricos que intervêm nos processos e episódios, “delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos”.⁶ Portanto, não exerce um papel neutro na divulgação da notícia, mas atua como veículo de opiniões e ideias. As impressões daqueles que narram os eventos históricos ganham contornos que apontam para sua formação e compromissos, interesses não manifestos, pois falam em defesa de pretensões, selecionando *aquilo* que anuncia *como* notícia. Por conseguinte, percebemos a construção de um discurso que busca mobilizar a opinião pública (ou determinada parte dela), levando-a a comungar das ideias dos autores dos textos.

Assim, ao propor um estudo sobre a imprensa abolicionista cachoeirana, buscamos entender *O Asteróide* como agente ativo no processo histórico antiescravista. Isso significa estar atento aos seus objetivos políticos e a suas estratégias de convencimento do público leitor, especialmente porque se pretendia formador de uma opinião pública contrária ao escravismo. Desse modo, ao “mostrar” o caráter desumano da escravidão, ao dar publicidade às injustiças e mazelas do cativo, seus redatores pretendiam conquistar o apoio da população local para a causa emancipacionista. O recurso material mostrou-se importante aliado dos articulistas, que, por meio de linguagem com forte apelo emocional, muitas vezes com letras em caixa alta e títulos estrategicamente selecionados, buscavam sensibilizar o leitor/ouvinte para o abolicionismo. Falamos também do universo dos

⁴ Idem, p. 116.

⁵ Heloisa de Farias Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto “Na oficina do historiador”, p. 260.

⁶ Idem.

ouvintes, pois, num contexto em que grande parte da população era iletrada, muito do que se escrevia nos jornais chegava ao grande público através da leitura nas praças e tabernas.

A leitura dos artigos, matérias e notas espalhadas nas seções de *O Asteróide* possibilitou-nos várias interpretações. Uma análise mais cuidadosa permite perceber estratégias implícitas dos articulistas para provocar reações nos leitores/ouvintes. As imagens projetadas da escravidão visavam provocar indignação moral naqueles que liam as páginas da gazeta. Esse comportamento estava relacionado ao programa defendido e grafado no frontispício do periódico que tinha como proposta atuar como “*órgão de propaganda abolicionista*”. Assim, determinados termos empregados tinham implicitamente a função de “convidar” o leitor a abraçar as ideias defendidas pelos que escreviam o jornal.

Não se trata aqui de pesquisa inédita em relação ao uso de periódicos como fontes para refletir sobre os derradeiros dias do escravismo.⁷ O que propomos neste estudo é dialogar com trabalhos que privilegiam o uso desse documento na observação histórica, buscando entender o envolvimento da imprensa cachoeirana nos eventos antiescravistas. Entendemos que, apesar dos consideráveis avanços verificados nos estudos sobre as últimas décadas do escravismo e sobre o pós-abolição no Brasil, existe ainda um vasto campo a ser explorado em relação ao processo abolicionista, os movimentos organizados, as sociedades libertadoras, sobretudo quando se trata das especificidades regionais. Então, uma análise que parta da atuação da imprensa abolicionista será fundamental para o entendimento de um período marcado por conflitos, tensões e incertezas sobre a abolição e seus desdobramentos.

Embora diversos historiadores tenham utilizado jornais para refletir sobre o escravismo, parecem inexistir trabalhos que tomem a imprensa como principal referência de análise dos embates antiescravistas na Bahia. Com este trabalho acreditamos contribuir para a compreensão do lugar social da imprensa abolicionista

⁷ Entre os trabalhos produzidos na década de 1980, que utilizaram a imprensa para pensar aspectos da escravidão brasileira, destacamos Lilia Moritz Schwarcz, “*Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*”. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; Célia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Além desses estudos, ver Andréa Santos da Silva Pessanha. “*O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888”. Tese de doutorado. Niterói, UFF, 2006; Josenildo de Jesus Pereira. “*As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*”. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 2006.

numa região fortemente marcada pelo escravismo – o Recôncavo baiano. A leitura das matérias publicadas na gazeta abolicionista cachoeirana confirma a ideia de que a imprensa foi espaço fundamental na luta pela emancipação na Bahia, conforme sugeriu Jailton Lima Brito ao analisar o processo abolicionista baiano.⁸

A leitura das fontes documentais, e o diálogo com a produção historiográfica mais recente sobre a escravidão brasileira possibilitou-nos penetrar na conjuntura tensa dos anos de 1887 a 1889, com destaque para a atuação de alguns abolicionistas na campanha pelo fim do trabalho escravo, descortinando, assim, sujeitos e práticas sociais. As fontes mostraram que em Cachoeira houve atuante movimento antiescravista, marcado pela expressiva presença de populares. As cenas retratadas nas páginas da imprensa mostram como estavam os ânimos da população nos últimos dias do escravismo. Aliada a esses fatores, a compreensão da dinâmica da cidade no instante da produção e difusão do periódico tornou-se crucial para chegarmos a atuação do jornal.

O uso de dois *processos-crime* mostrou-se extremamente importante na pesquisa. Diversos estudiosos registraram as vantagens para o historiador em lidar com esse tipo de material. Maria Cristina Cortez Wissenbach, ao investigar conflitos entre escravos e senhores paulistas, asseverou que as investigações desenvolvidas pela Justiça, ao interrogar os escravos, acabavam por reconstituir “fragmentos da vida social”. Ainda segundo a autora, “ao sabor das investigações e dos testemunhos ora penetravam nas relações sociais, ora recuperavam fragmentos do mundo do trabalho, ora ainda refaziam redes de parentesco, de amizade e de vizinhança”.⁹ Assim, os *processos-crime* mostram-se fontes importantes para o pesquisador que busca “recompor” a história de vida dos sujeitos sociais que viveram num determinado contexto histórico; uma espécie de mosaico.

Alguns trabalhos foram fundamentais nessa pesquisa. Destacamos o estudo realizado por Jailton Lima Brito que, através da análise minuciosa de vasta documentação, refletiu sobre comportamentos escravistas e abolicionistas, na província da Bahia, nas duas últimas décadas que antecedeu a abolição. Dialogamos, ainda, com os estudos desenvolvidos por Wlamyra Ribeiro de Albuquerque e Walter Fraga Filho. Ambos transitaram pela década de 1880 e o pós-

⁸ Jailton Lima Brito. *A abolição na Bahia: uma história política, 1870–1888*. Salvador, CEB, 2003.

⁹ Maria Cristina Cortez Wissenbach. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

abolição na Bahia, refletindo sobre experiências e vivências de escravos na luta pela conquista da liberdade; sobre os temores e apreensões de autoridades baianas com a abolição, entre outras coisas. Os estudos desses pesquisadores foram importantes para embasar as reflexões sobre como se relacionaram os setores favoráveis e desfavoráveis à causa emancipacionista, num momento marcado por tensões sociais.

A organização da dissertação ficou da seguinte forma: no primeiro capítulo refletimos sobre o contexto social da cidade de Cachoeira, na década da abolição. Sobretudo através de informações colhidas na imprensa foi possível identificar os principais problemas que afetavam a população local, tendo como pano de fundo reivindicações de setores letrados quanto à modernização da cidade. Além disso, analisamos como se deu o relacionamento da sociedade cachoeirana com o abolicionismo. Fontes diversas nos permitiram perceber comportamentos e atitudes de diferentes sujeitos sociais em relação ao fim do trabalho escravo, desde aqueles que assumiram posições “moderadas”, àqueles que se envolveram em conflitos com senhores de engenho, incitando e acoitando escravos fugidos.

No segundo capítulo procuramos demonstrar que, por meio da propaganda abolicionista, os redatores do jornal buscaram formar opinião pública contrária à escravidão. A linguagem utilizada pelos articulistas tinha como meta atingir diversos públicos de leitores. Assim, ora os discursos eram dirigidos às senhoras cachoeiranas, ora se voltavam aos senhores, ora eram direcionados aos cativos. Além disso, imagens que retratavam cenas de injustiças e males provocados pelo escravismo eram corriqueiramente estampadas nas páginas da folha, na intenção de convencer os leitores/ouvintes a aderirem ao movimento antiescravista.

Ainda nesse capítulo, notamos que as notícias de liberdade ocuparam amplos espaços na gazeta, sobretudo a partir dos primeiros meses de 1888. Em todos os casos, o que se buscava era destacar iniciativas de senhores e senhoras que, “convencidos” de que o trabalho livre era mais vantajoso para os lavradores da região, libertavam seus cativos. O periódico empenhou-se em defender essa asserção com o objetivo de persuadir os proprietários resistentes a aderirem ao abolicionismo. Entretanto, agindo assim, muitos senhores buscavam obter a “gradidão” dos libertos e assegurar o andamento das atividades produtivas.

Os conflitos judiciais e de rua foram temas abordados no terceiro capítulo. Observamos que os embates ocorridos nas ruas mobilizaram populares, numa

demonstração da extensão que tomara o sentimento abolicionista naqueles dias. Essa parte do texto procura focar as tensões sociais geradas pelo movimento abolicionista. Sobretudo através de correspondências trocadas entre autoridades, percebemos que os senhores de escravo temiam as iniciativas escravas e o envolvimento dos libertos e livres.

No quarto e último capítulo refletimos sobre o tratamento dispensado pela imprensa à festa da abolição, e como os diferentes setores sociais participaram dela. Segundo um registro da época “a Cachoeira saiu fora dos seus limites e festejou aquela lei além de suas forças”.¹⁰ As celebrações da liberdade duraram mais de uma semana e o periódico noticiou durante todo o mês de maio momentos da festa. Além disso, analisamos os novos projetos defendidos pela gazeta. Para os redatores, a luta não havia acabado com a abolição, pois era preciso “integrar” os ex-escravos na sociedade livre. Por conta disso, as reformas sociais defendidas pelo periódico estavam em sintonia com os ideais de civilização e progresso, temas frequentes entre as elites intelectuais da época.

CAPÍTULO I

¹⁰ ASMPAC, *Livro de Atas*, 1888.

SOCIEDADE CACHOEIRANA E ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

Num fim de semana de 1887, na cidade de Cachoeira, foi criado um dos mais atuantes periódicos abolicionistas do interior da província da Bahia. Resultado de um projeto idealizado por indivíduos envolvidos no movimento antiescravista, o jornal *O Asteróide* atormentou a elite local escravocrata ligada à lavoura açucareira que, naqueles difíceis dias, resistia à abolição do trabalho escravo.¹¹ O periódico, que se autodeclarava *órgão de propaganda abolicionista*,¹² começou a circular num momento em que a continuidade do cativeiro era tema central nos debates entre proprietários de escravos, parlamentares, juristas, abolicionistas e “gentes do povo”, todos empenhados na busca de uma solução viável para o que se definia como “elemento servil”. Em todas as regiões do país, essa questão suscitava grandes controvérsias, uma vez que colocavam na ordem do dia interesses conflitantes da sociedade brasileira. Assim, vejamos o contexto em que surgiu *O Asteróide*.

Região de terras banhadas pela Baía de Todos os Santos, o Recôncavo baiano esteve diretamente envolvido em questões relacionadas à escravidão do negro africano. Fortemente marcada, desde os tempos coloniais, por grandes complexos açucareiros,¹³ a *hinterlândia* reuniu numerosa quantidade de “braços negros” que ali aportaram para desenvolver diferentes atividades no campo e nas cidades. A constatação do brasilianista Bart Jude Barickman de que essa localidade manteve-se densamente povoada, durante o século XIX, e concentrando numerosa população escrava não espanta aos leitores dos empoeirados documentos ainda guardados nos arquivos baianos.¹⁴ Afinal, entre outras coisas, os serviços da lavoura exigiam diversos trabalhadores para preparo da terra, roçagem, plantio, limpa e

¹¹ Bart Jude Barickman. “Até às vésperas: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)”, *Afro - Ásia*, 21-22. Bahia, s. ed., 1998-1999. Este pesquisador notou que os senhores de engenhos das zonas açucareiras do Recôncavo baiano empregaram números significativos de escravos nos trabalhos da lavoura, perto da abolição, apesar do constante declínio da população escrava verificado na segunda metade do século XIX.

¹² *O Asteróide*, 23 de setembro de 1887, p. 1.

¹³ Ver Stuart B. Schwartz. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹⁴ Bart Jude Barickman. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003, p. 38.

colheita da cana-de-açúcar, mandioca, tabaco, milho e muitos outros produtos cultivados na região.

No entanto, durante as últimas décadas do século XIX, uma grave crise abateu a economia do Recôncavo açucareiro, causando desconforto para muitos senhores de engenho que tiveram de lidar com uma crescente queda internacional no preço do açúcar, com a concorrência estrangeira e outros infortúnios.¹⁵ Além disso, a escassez da mão-de-obra escrava decorrente da abolição do tráfico africano e depois pelo tráfico interprovincial, as mortes, as fugas, as alforrias contribuíram para aumentar a crise da lavoura de cana.¹⁶ Entretanto, apesar desse quadro desfavorável, a província da Bahia ainda estava na quarta posição entre as províncias do império com maior número de cativos.

Segundo o censo oficial de 1872, a Bahia só perdia, em número de cativos, para Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Os escravos baianos estavam estimados em 165.403, numa população geral de 1.286.249.¹⁷ Com o passar dos anos, houve um decréscimo substancial da população servil. No apagar das luzes da escravidão, em 1887, um relatório da presidência da província estimava a população escrava baiana matriculada em torno de 76.838 pessoas.¹⁸ Apesar da considerável redução do número de cativos registrados para a Bahia, esse número era significativo levando-se em conta a conjuntura mais favorável à liberdade.

O considerável número de escravos na Bahia, num momento em que se discutia intensamente o fim da escravidão, revela a indisposição de muitos proprietários em aderirem ao abolicionismo que ganhava fôlego na década de 1880.¹⁹ A resistência dos senhores baianos, sobretudo os do Recôncavo, à abolição

¹⁵ Bart Jude Barickman. "Até às vésperas", pp. 189-191, segundo ele devem-se considerar outros fatores explicativos, embora não determinantes, para os problemas enfrentados pelos lavradores baianos naquele momento, a exemplo das pragas e das secas.

¹⁶ Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. Este autor acrescenta as leis emancipacionistas das décadas de 1870 e 1880 como também responsáveis pela diminuição da mão-de-obra escrava na Bahia, p. 31.

¹⁷ Robert Conrad. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 2ª ed., 1978, p. 345.

¹⁸ Idem, 346. Ver também, *Falla com que o Illm. e Exm. Conselheiro Dr. João Capistrano Bandeira de Mello (Presidente da Província) abriu a 2ª seção da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 4 de outubro de 1887, Bahia, Typografia da "Gazeta da Bahia", 1887.*

¹⁹ Para a Bahia, ver Bart Jude Barickman. "Até às vésperas", pp. 177-238; Wlamyra Ribeiro de Albuquerque. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 105. No entanto, esta realidade não foi uma especificidade da Bahia. Hebe Mattos constatou que, em São Paulo, não foram poucos os senhores que se negaram a alforriar seus escravos, na esperança de futura indenização, ver Hebe Maria Mattos de Castro. *Das cores do*

despertou a atenção de um articulista de *O Asteróide* que, após comentar sobre as libertações que aconteciam na província de São Paulo, afirmou:

Entre nós, porém, os escravocratas parecem que só hão de adotar esse sistema [de libertar os escravos e estabelecer contratos de trabalho], tão nobre quanto útil, quando um decreto, por eles inesperado, a isso os obrigar, tal é o estado péssimo e despótico a que se acham aferrados ao vício da escravidão.²⁰

Utilizando-se de uma justificativa moral e pragmática para o fim da escravidão, o autor da nota buscava evidenciar o procedimento dos senhores paulistas na intenção de torná-los referência para os resistentes senhores do Recôncavo baiano. Muito embora os comportamentos dos senhores tenham sido distintos, concedendo alforria condicional ou mesmo sem impor condições visando obter a gratidão dos libertos,²¹ muitos não estavam dispostos a abrirem mão da propriedade escrava. Para Wlamyra Ribeiro de Albuquerque muitos escravocratas baianos esperavam receber indenizações do governo ou mesmo preservar relações escravistas ao negarem libertar seus cativos na iminência do maio de 1888. Alguns esperavam “por normas que assegurassem antigos vínculos de dependência entre ex-proprietários e ex-escravos”, acrescentou a pesquisadora.²²

Não obstante a resistência do setor açucareiro, a população cativa empregou diversos meios na busca da liberdade que, em instantes decisivos, demandava a ajuda de parceiros de trabalho, parentes consanguíneos e/ou rituais, libertos, juristas e a população livre em geral. Ampla literatura sobre os últimos anos do escravismo indica casos de ações movidas na justiça, quando falhavam as possibilidades de acordo entre escravos e senhores;²³ de atividades extras, realizadas por escravos, o que lhes garantiam uma renda para futuro emprego na compra da carta de

silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 23.

²⁰ *O Asteróide*, 4 de janeiro de 1888, p. 2.

²¹ Além das alforrias, Isabel Cristina Ferreira dos Reis acredita que, diante da conjuntura da década de 1880, alguns senhores mostraram-se interessados em libertar seus escravos pelo Fundo de Emancipação, na tentativa de receber pagamentos do Estado. Citando Conrad, esta pesquisadora demonstra que uma das estratégias utilizadas pelos proprietários era organizar “casamentos entre os idosos e os muito jovens, entre cativos inúteis ou incorrigíveis e pessoas livres, que eram induzidas a tal por dinheiro” e, assim, serem preteridos na libertação pelo Fundo. Ver Isabel Cristina Ferreira dos Reis. “A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888”. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 2007, pp. 206-208.

²² Wlamyra Ribeiro de Albuquerque. *O jogo da dissimulação*, p. 106.

²³ Ver o excelente trabalho de Ricardo Tadeu Caires Silva. “Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade, Bahia, século XIX”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 2000.

liberdade, entre outros. Devemos considerar ainda outras compreensões dos significados da liberdade para os cativos que não estavam limitadas à conquista da alforria. Negociações tecidas no viver cotidiano do ambiente escravista, como menor rigor nos castigos físicos, formação e manutenção da família, ampliação da dieta alimentar, acesso a terra e criações.²⁴ Situações diversas que contribuíram para desgastar o secular poder senhorial.

De acordo com Walter Fraga Filho, um importante recurso utilizado pelos escravos nos últimos anos da escravidão foi a fuga do cativo.²⁵ Segundo ele, a partir do final da década de 1870, vários escravos, ao tomarem a iniciativa de escapar dos locais de trabalho, buscaram ajuda em centros urbanos, por vezes recorrendo às autoridades policiais que, em alguns casos, tendiam para uma postura antiescravista.²⁶ Realidade semelhante verificamos nas páginas de *O Asteróide*. Em diversas notas, o articulista procurou dar relevo às fugas escravas, registrando como motivação principal para esse ato o “tratar de suas liberdades”, embora nem sempre com a intenção de recorrerem às autoridades locais. Talvez, as possibilidades de ocupação, inserção social ou mesmo de anonimato, na dinâmica cidade de Cachoeira, motivassem cativos a escolhê-la como paradeiro. Aliada a isto, a atuação do movimento abolicionista local, através do agenciamento de escravos na justiça, acoitando cativos fugidos, examinando listas de matrículas ou complementando o pecúlio do escravo, imprimia força na decisão de muitos cativos que resolviam migrar de localidades próximas para o perímetro urbano, à procura da custosa liberdade.²⁷

O envolvimento de parte da sociedade cachoeirana com o abolicionismo, entre eles comerciantes, advogados, médicos e professores, despertou a atenção de abolicionistas da capital baiana, a exemplo de Luís Anselmo da Fonseca que identificou aquela população como a primeira do interior baiano a ingressar no movimento antiescravista.²⁸ Para ele, o pioneirismo que recaía sobre Cachoeira

²⁴ Sobre o assunto ver Jailton Lima Brito. *A abolição na Bahia: uma história política, 1870-1888*. Salvador CEB, 2003; Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁵ Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, pp. 48-56; João José Reis e Eduardo Silva. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Para João José Reis as fugas foram a principal forma de resistência ou enfrentamento do regime escravista. Ver especialmente o 4º capítulo.

²⁶ Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, pp. 51-53.

²⁷ Ver, APB, *Processos-crime*, 19/669/15 (1887).

²⁸ Luiz Anselmo da Fonseca. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988, pp. 331-337. De acordo com este pesquisador, entre os noventa e seis

decorria da criação de várias instituições de caráter abolicionistas, além do envolvimento de “cidadãos distintos” no movimento. A julgar pelas informações contidas na documentação da época, a cidade foi um importante centro de convergência de cativos fugidos e de luta pela libertação escrava.

Foi da cidade de Cachoeira e da vizinha freguesia de São Félix que, em abril de 1888, segundo o senhor de escravos Egas Moniz Barreto de Aragão, estabelecido em São Francisco do Conde, partiram panfletos que foram distribuídos nas senzalas de seus engenhos Cassarangongo e Maracangalha, afirmando que a escravidão era um roubo e incitando os escravos às fugas.²⁹ A declaração desse senhor revela que abolicionistas daquelas localidades foram audaciosos, deixando atemorizados diversos proprietários que viam a possibilidade de perderem seus trabalhadores a qualquer instante. As ações dos envolvidos na campanha pela abolição sugerem que legalidade e ilegalidade andavam unidas, sob o propósito de definhando a débil força do escravismo. Por conta disso, as denúncias de acoitamento escravo foram comuns entre fazendeiros dali, que acusavam os abolicionistas de causar graves distúrbios sociais, nos campos e nas cidades.

Acontece que o inconformismo de muitos senhores, manifestado numa linguagem que apontava os abolicionistas como perturbadores da tranquilidade pública, da ordem social, da segurança individual e da propriedade, era resultado da crescente perda de legitimidade que sofria o cativo, durante a década de 1880. Nesse momento, muitos proprietários do sudeste buscaram controlar a onda antiescravista por meio da “concessão” de alforrias condicionais, visando assegurar a organização das atividades produtivas e afastar o “fantasma da desordem”, de que falou Hebe Maria Mattos de Castro.³⁰ O gradualismo do processo emancipacionista era apontado como o meio mais acertado de se resolver a “questão servil”. Para tanto, procuravam acionar a autoridade senhorial, através das alforrias, ao tempo em que visavam manter relações de dependência com o ex-escravo.³¹ Além disso,

municípios da província no período, em apenas seis era possível encontrar algum tipo de envolvimento da sociedade com a causa abolicionista.

²⁹ Sobre isso ver Jailton Lima Brito. *A abolição na Bahia*, p. 154; ver também Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, p. 114; Célia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 201, notou que, com a proximidade da abolição, as fazendas cafeeiras do Sudeste foram “atacadas” pelo discurso abolicionista, provocando o incitamento escravo.

³⁰ Hebe Maria Mattos de Castro. *Das cores do silêncio*, p. 210.

³¹ Sobre essa questão ver, Joseli Maria Nunes Mendonça. *Entre as mãos e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Cecult, 1999, p. 103. Segundo esta autora, a lei de 1885 foi favorável ao proprietário em diversos pontos, pois

defendiam a indenização dos proprietários como reconhecimento do “direito de propriedade”.

É possível perceber as preocupações dos senhores de escravos, nas inúmeras reuniões ocorridas na década de 1880, onde discutiam soluções para a lavoura. Analisando atas de reuniões de fazendeiros, ocorridas em 1888 e publicadas em jornais paulistas, mineiros e fluminenses, Hebe Mattos notou que muitas assembleias expressavam o desejo de evitar as deserções que aconteciam em grande soma durante o ano de 1887. Aliado a isso, a “disciplinarização do mercado de trabalho” estava no centro dos debates.³² Algo semelhante aconteceu no sul do Espírito Santo, segundo Robson Luís Machado Martins, onde alguns proprietários reuniram-se, em dezembro de 1887, para discutir medidas que pusessem fim à escravidão.³³ Para o autor, as discussões dos capixabas tinham em vista “evitar o abandono de suas fazendas”,³⁴ como vinha acontecendo em outras partes do país.

Segundo Robert Conrad, somente com as fugas em massa, em 1887, os senhores paulistas se convenceram de que não podiam mais protelar a extinção do trabalho escravo. Diante da crescente agitação escrava, do abandono das fazendas, dos prejuízos econômicos, eles resolveram adotar mudanças na forma de trabalho, visando manter os ex-cativos nas fazendas. Argumenta o autor que foi a pressão escrava, sobretudo através das fugas, a principal responsável pela “conversão” dos paulistas ao movimento emancipador, e não a “generosidade senhorial”, como muitos fizeram questão de sugerir nas cerimônias de entrega de alforrias, exaustivamente registradas em folhas noticiosas.³⁵

Na Bahia, ao longo da década de 1880, a indisciplina provocada pela propaganda abolicionista,³⁶ aliada à certeza de que a escravidão não teria longevidade, levou muitos escravocratas, à semelhança de seus pares do sudeste, a empenharem-se na busca de soluções para a lavoura. Jailton Lima Brito notou que grandes proprietários de Santo Amaro e Cachoeira promoveram reuniões nos anos de 1884 e 1885 com a intenção de “combater o abolicionismo, defender o trabalho

“várias de suas medidas determinavam e previam a continuidade das relações de atrelamento pessoal entre ex-senhores e libertos”.

³² Hebe Maria Mattos de Castro. *Das cores do silêncio*, p. 243.

³³ Robson Luís Machado Martins. “‘Ato digno de louvor’: imprensa, alforrias e abolição no sul do Espírito Santo, 1885-1888”. *Afro - Ásia*, 27 (2002), p. 210.

³⁴ Idem, p. 211.

³⁵ Robert Conrad. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, pp. 307-313. Sobre essa idéia, ver também Hebe Maria Mattos de Castro. *Das cores do silêncio*, p. 229.

³⁶ Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, p. 108.

escravo e a abolição gradual e indenizada”.³⁷ Essas assembleias revelavam que o escravismo estava enfrentando uma progressiva desintegração e que os senhores procuraram, a todo custo, controlar o processo tentando estabelecer formas próprias para abolir o trabalho servil.

Mesmo assim, entre 1887 e 1888, a possibilidade da abolição imediata, e seus desdobramentos, ainda era cercada por muitas incertezas.³⁸ As fugas em massa tornaram-se frequentes, em diversas partes do país, fazendo aumentar as tensões e conflitos. Algumas gazetas repetiam à exaustão a necessidade de se libertar os escravos e, assim, tentar evitar as temidas deserções. Segundo os jornalistas, a alforria seria uma forma de preservar a autoridade moral dos senhores, garantindo a permanência dos cativos nas propriedades.³⁹ Por outro lado, o grande número de alforrias concedidas nos primeiros meses de 1888 demonstrava que os senhores sabiam dos perigos de frustrar as expectativas dos escravos.⁴⁰ Nesse contexto, em setembro de 1887, surgiu o periódico abolicionista *O Asteróide*, na cidade de Cachoeira, interior da Bahia. Um jornal que teve participação decisiva nos desdobramentos do movimento abolicionista cachoeirano. A seguir analisaremos a cidade e suas gentes durante a década de 1880 para entendermos o contexto social de atuação do periódico.

Sociedade cachoeirana na década da abolição

Durante a passagem do século XVIII para o XIX, a vila de Cachoeira “era o segundo porto mais importante da Bahia”,⁴¹ possuindo o segundo núcleo populacional de toda a província. Segundo João José Reis, a população cachoeirana estava estimada em 4.000 habitantes em 1775, sendo provável que em 1804 esse número houvesse crescido para 5.000. Aliada a esses números, devemos acrescentar “as centenas de pessoas que percorriam suas ruas todos os dias, vindas de fora para tomar os barcos rumo a Salvador, tratar de negócios, comprar e

³⁷ Jailton Lima Brito. *A abolição na Bahia*, pp. 217-219.

³⁸ Ver Wlamyra Ribeiro de Albuquerque. *O jogo da dissimulação*, especialmente o 2º capítulo.

³⁹ Hebe Maria Mattos de Castro. *Das cores do silêncio*, pp. 218-219.

⁴⁰ *Idem*, p. 193.

⁴¹ João José Reis. “Magia jeje na Bahia: A invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n.º 16, março/agosto 1988, pp. 57-81.

vender, pois Cachoeira era porto e núcleo comercial”.⁴² Os viajantes naturalistas Martius e Spix, que chegaram à vila de Cachoeira em 1817, descreveram-na como “a mais rica, populosa e uma das mais agradáveis vilas de todo o Brasil”. Além disso, registraram: “numerosas vendas e armazéns, cheios de vários artigos europeus, revelam o alto grau de movimentação de seu comércio”.⁴³

Na segunda metade do século XIX, Cachoeira ainda mostrava-se um importante centro urbano do Recôncavo baiano. Inúmeras casas de negócios faziam chegar à população local e a forasteiros, uma vez que a cidade era ponto estratégico de convergências das correntes humanas entre o litoral e os sertões, um sortimento de gêneros alimentícios, produtos importados e nacionais, além de variados serviços.⁴⁴ Teatros, clubes sociais, igrejas protestantes, filarmônicas e sociedades literárias, de beneficência e de recreio familiar tornavam o lazer dos cachoeiranos diverso.⁴⁵ Esse dinamismo econômico-social alcançava, direta ou indiretamente, grupos de livres, libertos e escravos, envolvidos numa intensa e agitada vida urbana.

Do ponto de vista político-administrativo, Cachoeira era uma comarca composta por cinco municípios, cujas sedes eram: a cidade de Cachoeira, cidade de Maragogipe, vila de São Gonçalo, vila de Curralinho e vila de São Felipe. Na década da abolição, o município de Cachoeira possuía oito freguesias, sendo elas as seguintes: Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, Senhor Deus Menino de São Félix, São Pedro da Muritiba, Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo, Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas, São Thiago do Iguape, Nossa Senhora da Conceição da Feira e Santo Estevam do Jacuípe.⁴⁶ A área em destaque no mapa seguinte, mostra-nos a extensão do município de Cachoeira no período.

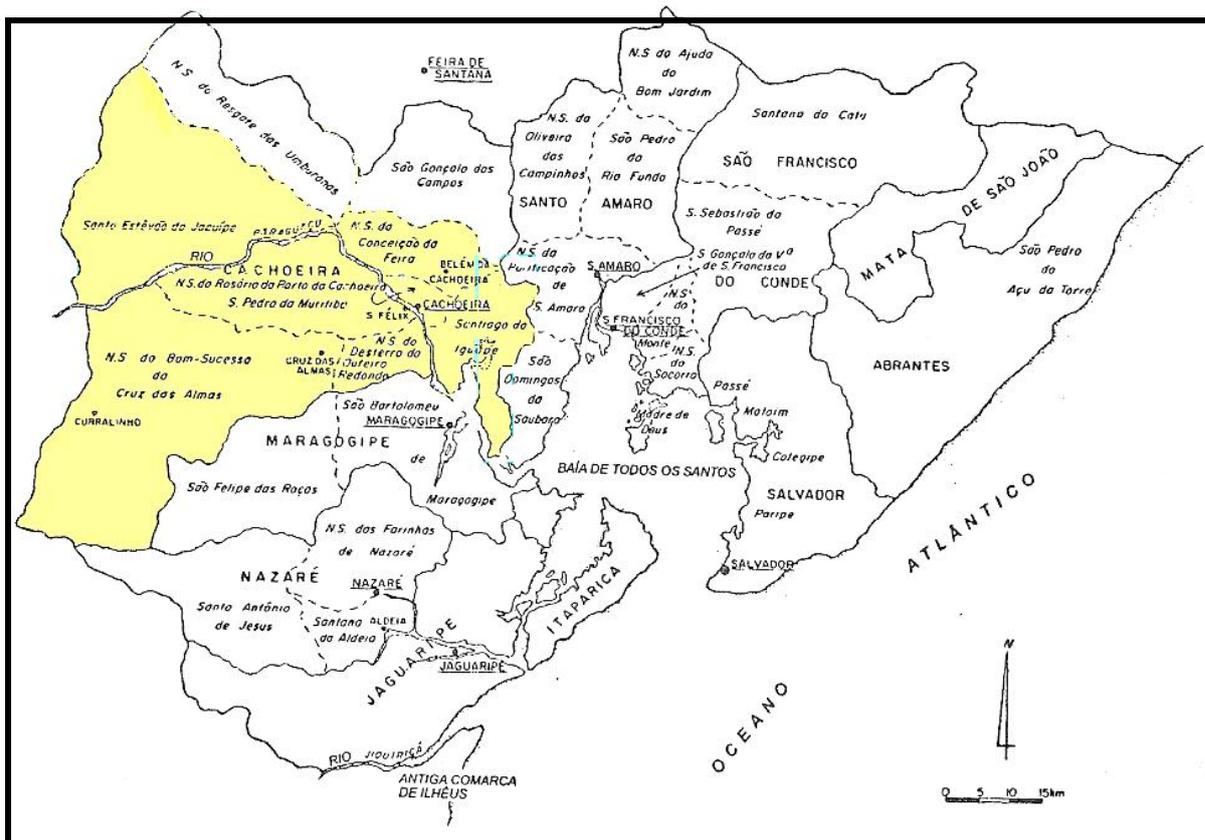
⁴² Idem. Ver também Lucilene Reginaldo. “Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista”. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2005, pp. 66-67.

⁴³ Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Phillipp von Martius. *Através da Bahia*. Bahia. Salvador-Ba: Imprensa oficial do Estado, 1916.

⁴⁴ Virilene Cardoso Moreira. “Entre a Baía e os Sertões: a dinâmica comercial do Recôncavo Baiano: São Félix (1857-1889)”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 2002, p. 31.

⁴⁵ Luiz Cláudio Dias do Nascimento. “Terra de macumbeiros: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jeje-nagô em Cachoeira e São Félix – Bahia”. Dissertação de mestrado, Salvador, UFBA/CEAO, 2007, p. 64. Ver também IPHAN-UFBA. *Introdução ao estudo da evolução urbana de Cachoeira-Ba: Cachoeira nos séculos XIX e XX*, vol. II, 1979.

⁴⁶ BPEB, *Almanach da Comarca de Cachoeira, 1889*. Catálogo de revistas raras. Setor de periódicos raros, p. 64.



Mapa 1 – Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do século XIX (Fonte: Bart Jude Barickman. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 40 – *destaque nosso*).

Cachoeira foi edificada na margem esquerda do Paraguaçu, num estreito e recortado tabuleiro limitado por íngremes montanhas. Na margem oposta, havia a freguesia de São Félix, que fazia parte da mesma paisagem urbana, uma vez que o que separava os dois centros eram os mais de 300 metros de rio. Havia uma interação permanente entre as duas margens do rio com trânsito de pessoas e mercadorias. Enfim, as duas margens formavam um conjunto, sendo impossível compreendê-las isoladamente.

A comunicação entre as duas localidades se fazia através de canoas e embarcações de pequeno porte. Contudo, durante a primeira metade do século XIX, os pedidos para a construção de uma ponte ligando a vila à freguesia avolumaram-se. Os requerimentos expressavam a necessidade de integração comercial da região, uma vez que dali partiam estradas que eram as principais vias de acesso ao interior da província.⁴⁷ Entretanto, somente na década de 1880, foi construída uma ponte, pela companhia da Estrada de Ferro Central, sob a direção do engenheiro Frederico Merei. A inauguração da ponte, que recebeu o nome de “D. Pedro II”,

⁴⁷ Virilene Cardoso Moreira. “Entre a Baía e os Sertões”, pp. 55-56.

ocorreu em sete de julho de 1885, com grande participação de populares, da imprensa, e de representantes políticos locais e provinciais.⁴⁸

As freguesias desfrutavam de relativa autonomia. Possuíam suas capelas, padarias, lojas de molhados, armazéns, fábricas de charutos, açougues, sapatarias, tabernas e profissionais liberais como professores, médicos, subdelegados, entre outros. Algumas desenvolviam feiras, nos finais de semana, onde se comercializavam produtos cultivados em terrenos próprios como feijão, milho, mandioca, café e fumo. Na sede do município, as ruas fervilhavam de pessoas. Casas de negócios, além de feiras animadas e barulhentas, ajuntavam indivíduos de diferentes camadas sociais, dispostos a comprar, vender, encontrar pessoas e falar da vida alheia. Na tabela abaixo notamos o movimento comercial e oferta de serviços, encontrados na cidade durante a década de 1880, com características típicas de um centro urbano dinâmico.

Tabela 1 – Estabelecimentos comerciais de Cachoeira, 1888.

ESTABELECIMENTOS	Qtde	ESTABELECIMENTOS	Qtde
Lojas de fazendas	20	Modista	1
Lojas de molhados	32	Cabeleireiros	3
Lojas de ferragens e miudezas	5	Alfaiatarias	2
Loja de calçados	1	Casas de armadores	2
Lojas de líquidos e comestíveis	21	Relojoarias	2
Lojas de couro e calçados nacionais	3	Ourivesaria	1
Fábricas	7	Marcenaria	1
Padarias	9	Ferrarias	2
Açougues	4	Funileiria	1
Armarinhos	7	Seleiro	1
Armazéns de fumo	10	Serrarias	3
Armazéns de couros	4	Olaria	1
Barraca de carne seca	1	Trapiches	3
Depósitos de aguardente	3	Marchante	1
Depósitos de madeira	2	Carroças de aluguel	1
Refinações	2	Tamancários	2
Torrefações	2	Farmácias	3

Fonte: BPEB, *Almanach da Comarca de Cachoeira, 1889*. Catálogo de revistas raras. Setor de periódicos raros, pp. 75-82.

⁴⁸ *O Guarany*, 9 de julho de 1885, p. 1. A ponte ficava aberta das cinco da manhã às dez horas da noite, exceto nos dias de festa, quando se estendia até meia noite. Um regulamento para o tráfego da ponte arbitrava um pedágio para os passageiros, que variava a depender daquilo que transportavam, ficando isentas de pagamento apenas “malas de viagem e pequenos volumes transportadas a mão; crianças transportadas ao colo e cães acompanhado seus donos”. Sobre isto, ver BPEB, *Almanach da Comarca de Cachoeira, 1889*. Catálogo de revistas raras. Setor de periódicos raros, pp. 43-45.

Além das pessoas que chegavam à sede do município vindas das freguesias, muitos dos que transitavam pelas suas estreitas e sinuosas ruas eram procedentes de diferentes lugares da província. Como cidade portuária, diariamente inúmeros homens e mulheres embarcavam e desembarcavam no cais do porto, em direção ao interior da província ou rumo à *cidade da Bahia*, como era chamada a cidade do Salvador. O fluxo de mercadorias era igualmente intenso, gerando, por vezes, tumultos no embarque/desembarque. A recorrência de transtornos nos vapores chamou a atenção do presidente da província, Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, que em 16 de novembro de 1875 oficiou à Câmara Municipal de Cachoeira solicitando explicações para as frequentes confusões que ocorriam nos vapores da *Companhia Baiana*.

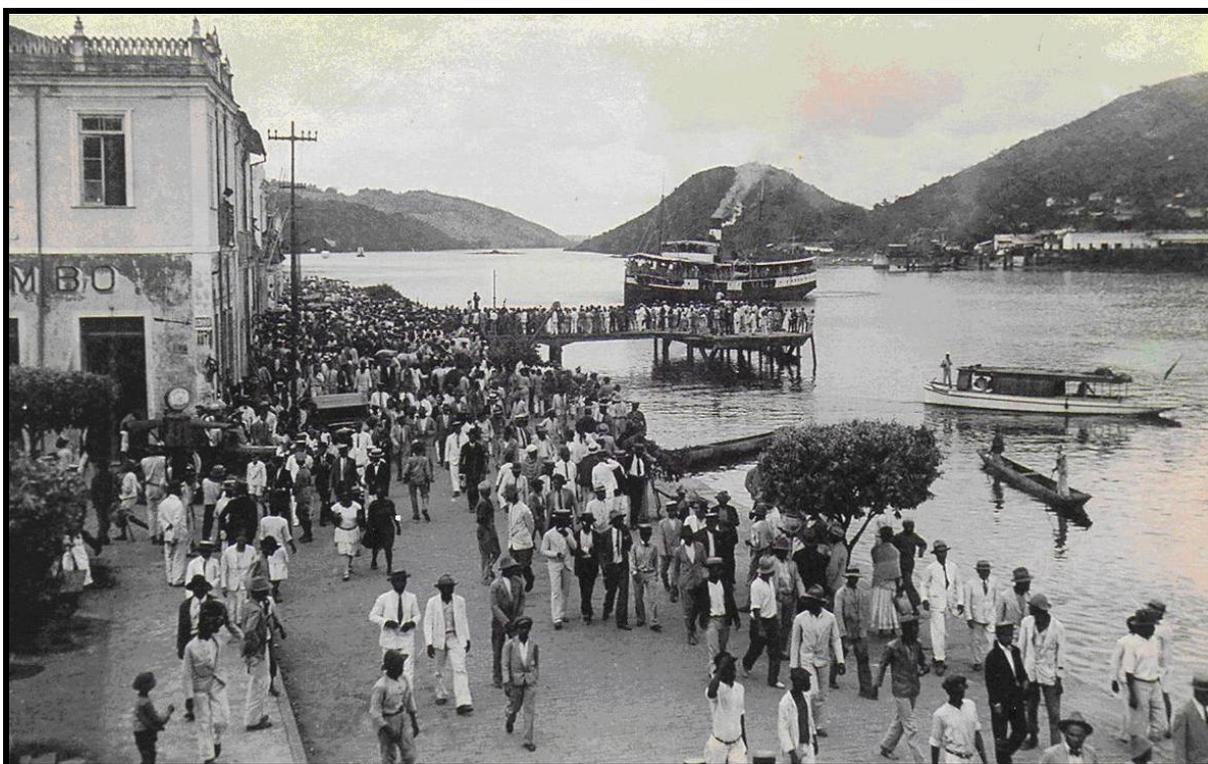
Passados alguns dias, em 30 de novembro de 1875, os vereadores emitiram um longo parecer para o presidente, esclarecendo os motivos que geravam irregularidades nos serviços da navegação.⁴⁹ Segundo eles, um dos motivos que atrasavam a viagem entre a capital baiana e a cidade de Cachoeira, que deveria completar o percurso em quatro horas, mas que estava levando aproximadamente entre sete e oito horas, era o elevado número de cargas, acarretando em peso excessivo no convés do navio. A alternativa apresentada pelos vereadores era estabelecer um “transporte especial” para as cargas, “pois que assim o vapor dos passageiros não terá embaraço algum que retarde sua marcha”, diziam.

Outro motivo apresentado foi a falta de ordem no embarque de passageiros e bagagens, na capital baiana, fazendo atrasar a partida dos vapores que, chegando a Cachoeira, enfrentavam o infortúnio de encontrar a maré com vazante, impedindo-os de aproximarem-se do porto. Os autores do ofício sugeriram que os bilhetes de embarque fossem vendidos aos passageiros uma hora antes da partida e não meia hora antes como estava acontecendo. Isto evitaria as “aglomerações e, portanto, a confusão e desordem”, além de poupar os passageiros de terem suas bagagens extraviadas, o que, não raras vezes, acontecia, fazendo aumentar os tumultos no instante do desembarque. As fotografias a seguir são representativas da movimentação de pessoas e mercadorias no cais do porto de Cachoeira.

⁴⁹ APB, *Câmara de Cachoeira*, maço 1272.



Fotografia 1 – Cais do porto na década de 1930. Autor desconhecido.



Fotografia 2 – Cais do porto na década de 1930. Autor desconhecido.

Muito embora nas fotografias estejam retratadas cenas da década de 1930 do século XX, elas poderiam perfeitamente se ajustar ao intenso trânsito de pessoas e mercadorias que diariamente circulavam no porto de Cachoeira, na década da abolição. Não é difícil imaginar a recorrência das algazarras durante chegada e partida dos vapores. Senhores de engenhos em viagens de negócios para a *cidade da Bahia*. Ganhadeiros e ganhadeiras a vender seus gêneros e dispustar serviços no transporte de mercadorias. Mas essa dinâmica tinha seus contratempos. Por causa dessa aglomeração de pessoas, a cidade se tornava vulnerável a ações de indivíduos que, numa linguagem policial, faziam dos furtos meio de vida. Por conta disso, constantes pedidos de aumento de praças para o destacamento policial do termo partiram da delegacia local, numa evidência de que a segurança pública estava sob constante ameaça naquela cidade portuária.

Em agosto de 1887, o delegado em exercício, Joaquim Ignácio Albernaz, enviou uma correspondência para o chefe de polícia da Bahia, respondendo a solicitação feita pelo “Juiz Municipal da Vila de S. Gonçalo para do destacamento desta cidade seguirem 4 praças para o serviço do Juiz naquela Vila”. Segundo o delegado Albernaz, o destacamento policial contava apenas com sete praças para realizar o patrulhamento da cidade, o que tornava impossível satisfazer o requerimento do magistrado. Na mesma correspondência, o delegado registrou a deficiência do destacamento para conter as frequentes “desordens” que ocorriam na cidade e que, para desespero seu, aumentavam em dias de festa, quando homens e mulheres resolviam misturar euforia e líquidos espirituosos.⁵⁰ Nesse contexto, temas que se relacionavam diretamente com o bem estar da população, como limpeza da cidade, eram frequentes na imprensa local.

Antes, porém, de seguirmos nessa análise façamos um breve parêntese para pensar os periódicos que circularam na cidade nos últimos anos do escravismo. Na década de 1880, cinco grandes tipografias funcionavam na cidade, fazendo, por meio de gazetas, chegar aos leitores/ouvintes assuntos diversos. Segundo os professores Diogo de Andrade Vallasques e Luiz Xavier Leal, circulavam nesse tempo os periódicos *O Americano*, publicado três vezes por semana; *A Ordem*, que

⁵⁰ APB, *Arquivo colonial e provincial*, maço: 6227. Em abril de 1888, o chefe de polícia Domingos Rodrigues Guimarães oficiou para o presidente da província solicitando cinco praças para aumentar o destacamento de Cachoeira, a fim de que atendessem as solicitações das freguesias, recebendo como resposta: “não temos força disponível”, ver APB, *Arquivo colonial e provincial*, maço: 2987.

saía duas vezes na semana; *O Tempo*, distribuído duas vezes por semana; *O Asteróide*, de publicação bi-semanal e *O Guarany*, o único de circulação diária.⁵¹

Além desses jornais, o professor Pedro Celestino da Silva indicou a existência de dezoito periódicos e pasquins que circularam em Cachoeira, na década da abolição. Muitas dessas publicações tiveram curta duração, ganhando as ruas apenas uma ou duas vezes.⁵² Uma possível explicação para esse caráter efêmero das gazetas pode ser atribuída ao oneroso custo que o funcionamento de uma tipografia requeria, já que havia despesas com papel para a impressão, tintas, distribuidores etc. No entanto, é impressionante o número de periódicos em circulação numa cidade em que a maioria da população era composta de iletrados.

Os periódicos ocupavam-se com frequência de um assunto que preocupava autoridades locais: o asseio público. As cenas descritas atuavam no sentido de pressionar a administração pública na execução de soluções para os problemas que assolavam o centro da cidade e a povoação de São Félix. Em 12 de maio de 1878, *O Guarany* estampou na primeira página um artigo onde criticava a inércia da câmara municipal em relação ao péssimo estado de limpeza das ruas. O articulista afirmava: “as esquinas dos becos estão todas obstruídas por montureiras de lixo; o Calabar e a Ponte-Velha são pontos de despejos; os animais vagam soltos pelas ruas, e estas, há três meses, não são varridas”.⁵³ Tempos depois, em dias de 1886, a infestação de animais circulando livremente pela cidade voltou às páginas da imprensa. Em tom desolador, um articulista do periódico *O Brasil* registrou: “as ruas estão infestadas de cães, [...] os porcos povoam as praças e as ruas; os animais cavaleiros passeiam nas ruas e praças à busca de pasto”.⁵⁴

Além dos periódicos, frequentemente eram realizados relatórios, endereçados à municipalidade, enfatizando o estado de insalubridade da cidade, seguidos de medidas que visavam resolver os constates surtos de epidemia que assolavam a população. Em 14 de abril de 1886, o delegado de higiene, João Borges Ferraz, enviou um documento à Câmara Municipal apontando o asseio das ruas como a medida mais urgente para sanar os problemas de infecção que se alastrava. Para o delegado, era preciso “remediar este mal” e, visando diminuir as despesas dos

⁵¹ BPEB, *Almanach da Comarca de Cachoeira, 1889*. Catálogo de revistas raras. Setor de periódicos raros, pp. 72-73.

⁵² Pedro Celestino da Silva. “Datas e tradições cachoeiranas”. In: *Anais do Arquivo Público da Bahia*, vol. XXIX, 1943, pp. 363-384.

⁵³ *O Guarany*, 12 de maio de 1878, p. 1.

⁵⁴ *O Brasil*, 2 de janeiro de 1886, p. 2.

cofres municipais, deveria ser imposta “a cada morador a limpeza da frente de seu prédio”.⁵⁵ Além disso, a municipalidade deveria se mobilizar no sentido de impedir a criação de porcos soltos pelas ruas, bem como realizar abastecimento de água potável de qualidade para a população local.

No ano seguinte, em 15 de janeiro de 1887, outras medidas foram formuladas pelo delegado da higiene e endereçadas à municipalidade a fim de serem implementadas com maior brevidade. Segundo ele, as providências apresentadas, ajudariam a “minorar a intensidade dos focos de infecção” que assolavam a localidade. Assim, requisitou que fossem removidas “montureiras” espalhadas pelas principais ruas; comparou a povoação de São Félix a um “grande chiqueiro”, apontando o péssimo estado de suas ruas; demonstrou que “carnes podres” estavam sendo comercializadas, exigindo posições firmes dos fiscais da municipalidade.⁵⁶

Ao tempo em que falavam sobre o asseio da cidade, muitos periódicos cobravam da câmara ações efetivas para controlar a população pobre negra e suas formas de trabalho. Dito de outra forma: havia, por parte da imprensa, um visível empenho na disciplinarização daqueles que faziam das ruas seu viver diário; seja realizando atividades profissionais, seja se divertindo. No mesmo artigo que apontou animais soltos, indignado o articulista registrou: “não se pode transitar por sobre os passeios das casas porque, em quase todas as ruas, vê-se-os atropetados de gamelas”.⁵⁷ Um outro periódico noticiou: “o peixe que chega ao porto é arrebatado pelas pretas ganhadeiras, e fica o povo a olhar para o rio ou sujeito a comprar pelo duplo do que podia vender o pescador”.⁵⁸ A presença de negras e negros ganhadores incomodava os setores letrados locais, que reclamavam medidas urgentes da municipalidade para conter aquela “gente”, quase sempre associada às desordens e distúrbios que ocorriam no perímetro da urbe.⁵⁹

⁵⁵ ARC, *Documentos avulsos*, sem código.

⁵⁶ ARC, *Documentos avulsos*, sem código. Existe junto a esse relatório um “Projeto que servirá de base para se contratar o asseio desta cidade e da freguesia de São Félix, aprovado pela Câmara, em sessão de 3 de fevereiro de 1887”, contendo 14 cláusulas para beneficiar a localidade.

⁵⁷ *O Brasil*, 2 de janeiro de 1886, p. 2.

⁵⁸ *O Guarany*, 16 de maio de 1878, p. 1.

⁵⁹ Idem. Uma outra nota reclamava de “umas pretas loucas, que andam pelas ruas em trajos de Eva, mostrando suas ‘nojentas belezas’, ofendendo a moral e afugentando as famílias das janelas”. Concluiu o articulista: “Não estamos em África”. Ver Edmar Ferreira Santos. *O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Salvador, EDUFBA, 2009, pp. 52-57. Este pesquisador notou que, no período republicano, diversas posturas municipais de Cachoeira, além da imprensa, buscaram disciplinar as ruas e seus frequentadores. A tentativa de ordenamento do espaço

O movimento abolicionista local

Diferentes discursos e comportamentos abolicionistas marcaram a campanha antiescravista cachoeirana, na década de 1880. Alguns indivíduos se envolveram numa vertente moderada do movimento, adotando medidas legalmente aceitas quando, por exemplo, se apresentavam para advogar causas de liberdade em ações cíveis promovidas por escravos contra seus senhores.⁶⁰ Outros, abraçaram métodos mais arrojados, incitando e acoitando cativos fugidos, despertando indignação em senhores de engenho que se mobilizavam no sentido de conter o crescimento do sentimento abolicionista, sobretudo através da criação de associações que visava garantir interesses da lavoura.

Infelizmente não dispomos de estatísticas da população escrava residente no centro urbano do município, para a década da abolição. Segundo o recenseamento oficial de 1872, havia 15.347 escravos na comarca de Cachoeira. Destes, 1.124 cativos encontravam-se na sede do município e 347 cativos na povoação de São Félix. Esse dado demonstra uma quantidade significativa de cativos, para a década de 1870. Contudo, perto do maio de 1888, é bem provável que esses números fossem menores, apontando para um crescente mercado de trabalho livre, apesar da sobrevida da escravidão.

Significativas transformações ocorreram na década de 1880, operadas no campo das relações senhoriais. Parte da sociedade cachoeirana engajou-se no movimento emancipador, utilizando-se de argumentos econômicos e humanitários para defender seu antiescravismo. A imprensa foi largamente utilizada pelos abolicionistas para registrar conferências, noticiar libertações, denunciar maus-tratos aos escravos, entre outras coisas. Em 26 de abril de 1884, o advogado José

público, “era parte integrante da cidade moderna que animava os setores letrados da sociedade”. Em 1881, a Câmara Municipal implementou várias Posturas na intenção de disciplinar os ganhadores que trabalhavam na cidade. Sobre isto, ver ARC, *Posturas Municipais, 1881 apud* Virilene Cardoso Moreira. “Entre a Baía e os Sertões”, p. 130. Ver também João José Reis. “A Greve Negra de 1857 na Bahia”. Dossiê Brasil/África, n. 18, pp. 6-29, jun.-ago./93. Segundo ele, os ganhadores que exerciam suas profissões em Salvador pararam suas atividades por uma semana, protestando contra algumas medidas disciplinares propostas pela Câmara Municipal.

⁶⁰ Sobre a atuação de advogados e juizes simpáticos ao abolicionismo, ver Elciene Azevedo. “Para além dos tribunais: advogados e escravos no movimento abolicionista em São Paulo”. In: Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. Essa pesquisadora fez uma crítica à interpretação historiográfica, segundo a qual as lutas dos abolicionistas “moderados” não “levaram a um questionamento efetivo das bases legais sobre as quais se sustentava o regime escravista”.

Joaquim Villas-boas, Cesário Ribeiro Mendes e José Correia da Silveira e Souza emitiram uma nota no jornal *O Guarany*, onde convidavam “representantes do clero, do comércio, das artes da lavoura e da justiça, bem como todo o povo cachoeirano” para a festa de instalação da *Sociedade Libertadora Cachoeirana*, marcada para o dia 1º de maio daquele mesmo ano.⁶¹

Aproximadamente dois meses mais tarde, José Joaquim Villas-boas, então presidente da referida sociedade, utilizou-se da imprensa para publicar mais um convite, só que dessa vez dirigindo-se aos escravos. O conteúdo do texto demonstra que a *Sociedade Libertadora Cachoeirana* pretendia participar da campanha antiescravista adotando medidas legalmente permitidas. Na seção de noticiários, deixou o seguinte registro:

Às 3 horas da tarde de 24 do corrente recebe, em casa do sr. adv. Villas-boas, o conselho diretor da Sociedade Libertadora Cachoeirana, petições dos escravos que tendo parte do valor de sua liberdade, contratando com seus senhores, quiserem gozar dos favores que concede esta sociedade.⁶²

Provavelmente foi por ouvir comentários sobre anúncios desse tipo, veiculado na imprensa local, que a escrava Margarida, parda, de 30 anos de idade, pertencente ao negociante João Pacheco de Miranda ficou sabendo que podia contar com a *Sociedade Libertadora Cachoeirana* na conquista da liberdade. Em 24 de junho, conforme o anúncio publicado na imprensa, a escrava solicitou da sociedade a quantia de 250\$000 [duzentos e cinquenta mil réis] para completar seu pecúlio, uma vez que havia contratado o valor de sua liberdade com o senhor em 500\$000 [quinhentos mil réis]. Após discutirem o caso, os sócios da referida instituição decidiram que o presidente, e o primeiro secretário negociariam com o senhor de Margarida a redução do valor para 400\$000 [quatrocentos mil réis]. Tudo indica que o negociante aceitou a valor sugerido pela sociedade, pois dois dias depois, em 26 de junho, numa reunião extraordinária promovida pela Libertadora Cachoeirana, no paço da municipalidade, Margarida recebeu sua carta de alforria.⁶³

⁶¹ *O Guarany*, 26 de abril de 1884, p. 3.

⁶² *O Guarany*, 20 de junho de 1884, p. 1. Uma outra nota, publicada em 24 de junho de 1884, declarava: “A superioridade do pecúlio prefere em primeiro lugar [o cativo que seria alforriado]; e, em igualdade, a mulher ao homem. Em igualdade de sexo, o mais velho ao mais novo”.

⁶³ APB, *Atas da Sociedade Abolicionista Libertadora (Cachoeira) (1884-1887)*, maço: 2878.

Além dela, os escravos Spínola e Emílio, e as escravas Paulina e Constança também receberam cartas de liberdade na reunião ocorrida em 26 de junho. Todos eles entraram com petições na instituição para complementação de seus pecúlios, visando chegar ao valor acordado com seus senhores. A festa ocorrida na câmara contou com diversas pessoas como o presidente da câmara, o promotor público, o juiz de órfãos, representantes das artes, comércio, maçonaria, clero, lavoura e “grande número de pessoas do povo”. A participação de muitas pessoas na solenidade demonstrava que o sentimento antiescravista havia encontrado muitos simpatizantes na sociedade cachoeirana.

Às iniciativas de abolicionistas, os grandes proprietários respondiam com ataques na imprensa, qualificando-os de “especuladores” e “desordeiros”. A reação senhorial assumiu várias feições, desde aqueles que moveram ações judiciais contra abolicionistas até a criação de associações que visavam contrapor-se aos “males” da propaganda abolicionista. Em agosto de 1884, senhores de engenho e negociantes fundaram a *União Agrícola e Comercial dos Emancipadores de Cachoeira*,⁶⁴ defendendo a abolição gradual e com indenização para os proprietários. Os membros dessa organização atacavam as ações antiescravistas, considerando a “propaganda abolicionista transloucada”.⁶⁵ Além de demonstrar o temor dos proprietários de verem seus trabalhadores abandonarem a lavoura, as declarações dos senhores evidenciavam a atuação cada vez maior e mais arrojada de pessoas nas lutas pelo fim do trabalho escravo.

Apesar da reação senhorial, o sentimento antiescravista, na década da abolição, havia se espalhado entre vários segmentos da sociedade cachoeirana. Citando Teodoro Sampaio, Walter Fraga mostrou que canoieiros que trabalhavam realizando travessias no rio Paraguaçu, entre a cidade de Cachoeira e povoação de São Félix, recusaram-se a transportar “escravos a serviço de senhores e prontificaram-se a transportar gratuitamente os que estavam em fuga”.⁶⁶ Essa determinação dos canoieiros demonstra que os cativos puderam contar com um apoio crescente de populares.

Em 24 de maio de 1887, alguns cachoeiranos fundaram uma instituição abolicionista, denominando-a de “Clube Carigé”. Numa correspondência enviada

⁶⁴ Jailton Lima Brito. *A abolição na Bahia*, p. 218. Ver também sobre o assunto: Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, pp. 108-109.

⁶⁵ *O Guarany*, 31 de março de 1885, p. 2.

⁶⁶ Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, p. 103.

para o presidente da província, os membros do clube registraram que a instituição tinha por objetivo “tratar das liberdades dos escravos pelos meios legais”.⁶⁷ No entanto, não foi isso que publicou o *Jornal da Tarde* quando noticiou a criação do referido clube. Em 4 de maio de 1887, registrou: “alguns abolicionistas intransigentes tencionam instalarem um clube cuja base é libertar escravos por qualquer meio e garantir secretamente aos seus associados”.⁶⁸ Jailton Lima Brito sugeriu que Cesário Ribeiro Mendes e outros associados do clube utilizaram-se de suas dependências para acoitar escravos fugidos.⁶⁹ Em que pese a conjectura do pesquisador, a instalação de Sociedades e clubes de inspiração abolicionista na localidade demonstra que parte da sociedade estava mobilizada em torno da abolição, embora tivesse de lidar com os resistentes ao movimento.

Em relação à participação das mulheres no movimento antiescravista, embora os registros que nos chegam sejam ainda fragmentados, notamos que se processou de formas diferenciadas, participando elas de conferências, libertando seus escravos ou mesmo fundando entidades abolicionistas.⁷⁰ Na solenidade ocorrida em 26 de junho de 1884, quando a *Sociedade Libertadora Cachoeirana* conferiu cartas de liberdade a cinco escravos, o orador Joaquim Manuel de Santana dedicou boa parte do seu discurso ao “belo sexo” presente na reunião. Falando às senhoras, o orador declarou ter “convicção que não sois indiferentes aos grandes acontecimentos que se sucedem em benefício da pátria”.⁷¹ Essa postura do orador demonstra que nas solenidades abolicionistas havia grande participação feminina. Era também uma forma de ganhar o apoio feminino nos lares que ainda mantinham a escravidão de domésticos.

Muito embora não houvesse mulheres entre os membros da *Sociedade Libertadora Cachoeirana*, seus estatutos não impediam que elas se associassem,

⁶⁷ APB, *Escravos*, maço: 2897.

⁶⁸ *Jornal da Tarde*, 4 de maio de 1887, p. 2.

⁶⁹ Jailton Lima Brito. *A abolição na Bahia*, p. 148.

⁷⁰ Analisando os caminhos percorridos por abolicionistas sergipanos, Meirevandra Figueirôa notou uma expressiva participação feminina no desmonte do escravismo na província de Sergipe. Analisando a lista de sócios da *Sociedade Libertadora Aracajuana Cabana do Pai Thomaz*, a autora constatou que entre os 44 sócios, 28 eram homens, 14 eram mulheres e 1 apareceu anônimo. Segundo ela, “as mulheres tornavam-se sócias por meio de ajuda pecuniária, doações de jóias e objetos para sorteios e leilões. [...] Algumas delas realizavam conferência pública e participavam ativamente das atividades internas da ‘Sociedade’”. Ver, Meirevandra Soares Figueirôa. “Matéria livre... espírito livre para pensar”: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884)”. Dissertação de mestrado. São Cristóvão, UFS, 2007, especialmente o 3º capítulo.

⁷¹ *O Guarany*, 27 de junho de 1884, p. 3.

pois admitiam pessoas de “ambos os sexos”.⁷² Um caso interessante ocorreu na instalação do “Clube Rio Branco”, instituição abolicionista fundada na freguesia de São Félix em 1º de maio de 1888.⁷³ O abolicionista Cesário Ribeiro Mendes entregou uma carta de alforria contendo a liberdade das escravas Maria Luiza, Sabina e Vitória, oferecida pela senhora Maria Joaquina de Oliveira Barros, em homenagem à instalação do citado clube. De posse da palavra, Cincinato Franca, após louvar a iniciativa de D. Joaquina Barros, propôs que dessem “o título de sócia benemérita à virtuosa senhora, o que foi acatado por unanimidade de votos”. Não sabemos se D. Joaquina Barros estava presente na solenidade, porém sua iniciativa demonstra que as mulheres também atuaram no movimento abolicionista.

Uma prática comum entre os articulistas foi a de evidenciar as iniciativas das mulheres em libertar seus cativos. Em 30 de março de 1888, o periódico *O Asteróide* registrou alguns nomes de senhoras que haviam libertado seus escravos, tecendo vários elogios. Entre elas estavam D. Almeida Ferreira da Cruz, que libertou sua única escrava; Eduarda Ferreira da Cruz, de semelhante modo; Maria de Almeida Reis que alforriou sua cativa Luiza de 27 anos e Bibiano de 35; e D. Maria Laranjeiras Dantas, que libertou seu escravo Joaquim. O articulista destacou a iniciativa como “exemplo edificante destas virtuosas senhoras” e finalizou seu texto expressando “um voto de louvor a todas as [senhoras] que libertaram [...] os seus escravizados”.⁷⁴ Mais tarde, em 11 de abril, noticiou que a senhora Angélica havia alforriado quatro escravos que possuía, “sem condição alguma”, considerando a ação um “ato de filantropia”.⁷⁵

Além desses registros, encontramos uma nota publicada em janeiro de 1885, no periódico *O Guarany*, ainda mais reveladora sobre a participação feminina nas lutas pela abolição. Além de marcar presença em cerimônias abolicionistas, alforriar escravos, recebendo muitos elogios nas folhas noticiosas, algumas mulheres alimentaram o desejo de criar uma instituição abolicionista. Vejamos a nota:

⁷² APB, *Estatuto da Sociedade Libertadora Cachoeirana*, maço: 2879. Ver também Jailton Lima Brito *A abolição na Bahia*, pp. 97-98. De acordo com o pesquisador, quinze mulheres integraram a *Sociedade Libertadora Sete de Setembro*, criada na capital baiana. Além dessas, ele identificou um grupo de mulheres que, às vésperas da abolição, em maio de 1888, criou uma sociedade abolicionista com o objetivo de promover a educação de ingênuos.

⁷³ *O Asteróide*, 4 de maio de 1888, p. 2.

⁷⁴ *O Asteróide*, 30 de março de 1888, p. 2.

⁷⁵ *O Asteróide*, 11 de abril de 1888, p. 1.

Vai se instalar nesta cidade uma sociedade de senhoras para libertar escravas e educar ingênuas. Promoverá os meios de levar a efeito tão útil ideia algumas senhoras cujos nomes publicaremos, acompanhadas dos srs. revd. vigário padre Guilherme Salles, dr. Henrique Santos, farmacêutico João Vaz, comendador Albino Milhazes, tenente Antonio Azeredo e Francisco Mendes.⁷⁶

Infelizmente, não sabemos se a pretensão das senhoras foi concretizada. No entanto, a nota transcrita demonstra, sem meio termo, a mobilização de mulheres em torno da emancipação escrava naquela localidade. Além disso, revela que elas possuíam propósitos definidos, pois pretendiam “libertar escravas e educar ingênuas”. Esse comportamento é revelador, lavando em conta que muitas delas tinham participação ativa na vida pública como professoras de primeiras letras. Alguns dos homens que têm seus nomes grafados ao final do texto estavam envolvidos com o abolicionismo desde os primeiros anos da década de 1880. Sendo assim, não seria demais supor que as mulheres, que tiveram seus nomes omitidos, fossem esposas e/ou filhas desses indivíduos. Ademais, apesar das limitações das fontes, podemos concluir que o movimento abolicionista cachoeirano não foi exclusivamente masculino.

Na década de 1880 houve uma larga mobilização antiescravista em Cachoeira. Sociedades, clubes, *meetings* e gazetas de inspiração abolicionista congregavam pessoas de diferentes camadas sociais e com propósitos diversos na forma como encaminhar a abolição da escravatura na localidade. Alguns adotaram uma postura mais moderada, visando manter a integridade física e moral dos senhores, outros agiram incitando as fugas e rebeldias escravas. Porém, muitos senhores não assistiram inerte ao avanço da propaganda abolicionista. Articularam-se na criação de organizações ou concedendo alforrias na tentativa de preservar seus trabalhadores. Foi nesse contexto que em setembro de 1887 surgiu o jornal abolicionista *O Asteróide*. Como atuou a gazeta no movimento antiescravista? A quem se dirigia os articulistas nos seus discursos? São questões que analisaremos no próximo capítulo.

⁷⁶ *O Guarany*, 3 de janeiro de 1885, pp. 1 e 2.

CAPÍTULO II

NOTÍCIAS DA ESCRAVIDÃO E DA LIBERDADE EM *O ASTERÓIDE*

No Recôncavo baiano, os últimos anos da escravidão foram marcados por embates e tensões, envolvendo escravos, senhores, abolicionistas e a população livre. O sinal dos tempos mostrava para os proprietários ainda resistentes que o controle sobre os cativos estava cada dia mais impraticável.⁷⁷ Em Cachoeira, os confrontos radicalizaram-se ao longo de 1887, ocorrendo instantes de apreensão nas fazendas e na cidade. Nas ruas e na justiça, a autoridade senhorial era questionada, dando lugar a uma crescente perda de legitimidade do escravismo. Os cativos contaram com um movimento abolicionista que atuava através de sociedades, da imprensa, examinando matrículas de escravos, realizando acoitamentos, entre outras ações. Num contexto marcado por confrontos e agitações, apareceu, em 1887, o periódico abolicionista *O Asteróide*, que se autodefiniu como um órgão de divulgação das mazelas e injustiças da escravidão.⁷⁸

A imprensa tornou-se uma das principais formas de militância abolicionista desenvolvida por cachoeiranos. Se durante muito tempo os senhores de escravos utilizaram-se da imprensa para defender interesses e aspirações, discutir projetos para a lavoura, noticiar compra, venda, aluguel e fugas de escravos,⁷⁹ os abolicionistas também souberam tirar proveito dos jornais como poderoso instrumento de comunicação a serviço da causa da liberdade. Desse modo, denúncias de maus tratos, cativo ilegal dos que chegaram depois da lei de 7 de novembro de 1831, entre outras notícias, foram temas frequentes nas folhas abolicionistas que procuravam arrebatam o apoio da população para o movimento antiescravista.

Os redatores de *O Asteróide* também procuraram, através da propaganda, convencer proprietários de escravos e populares da necessidade de lutar pelo fim da

⁷⁷ Ver Ricardo Tadeu Caires Silva. "Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade, Bahia, século XIX". Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 2000, especialmente o 3º capítulo.

⁷⁸ Jailton Lima Brito. *A abolição na Bahia: uma história política, 1870-1888*. Salvador, CEB, 2003, pp. 84-85, fala que na década de 1870, alguns periódicos soteropolitanos firmaram um pacto antiescravista em que não publicariam anúncios de fuga, compra, venda ou aluguel de escravos.

⁷⁹ Ver Gilberto Freire. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

escravidão. Para isso, utilizaram-se de diferentes linguagens e argumentos, a fim de atingirem os objetivos políticos traçados durante o tempo de circulação. Frequentemente, se denunciava a procura de escravos fugidos, bem como os maus tratos a eles dispensados por senhores e capitães-do-mato. As libertações que aconteciam no sudeste eram noticiadas com muito entusiasmo, sendo apresentadas com o objetivo de forjar atitudes e comportamentos que servissem de exemplo a ser seguido; as cartas de alforria “concedidas” pelos senhores cachoeiranos, de cidades circunvizinhas e de outras partes do país; ameaças e destruições de tipografias. Enfim, cenas da luta cotidiana contra a escravidão.

Para melhor entendermos a atuação do jornal, analisaremos as diferentes seções do periódico. Nossa intenção é analisar o conteúdo do noticiário para entender a identidade do jornal, a ideologia dos seus redatores, fontes de receita e, sobretudo, como a população interagia com o que lia. Naturalmente, uma reflexão das várias seções tornará possível a identificação dos projetos políticos defendidos pelo periódico, uma das questões que motiva a narrativa desse capítulo.

Perspectivas de um periódico abolicionista

O primeiro exemplar de *O Asteróide* circulou na cidade de Cachoeira em 23 de setembro de 1887. Além dele circulavam outros jornais abolicionistas.⁸⁰ Os discursos desses periódicos esbarravam na resistência dos proprietários residentes no Recôncavo baiano, que insistiam em manter sob domínio mulheres e homens escravizados. Não obstante, a mais recente folha abolicionista cachoeirana envolveu-se em conflitos com senhores de escravos e/ou seus representantes, procurando, entre outras coisas, mobilizar a opinião pública para a campanha antiescravista. Por conseguinte, encontrou repercussão entre diversos setores da sociedade que, insatisfeitos com os arbítrios senhoriais, adotaram a abolição da escravatura como bandeira de luta.

Para o leitor atento às amareladas páginas de *O Asteróide*, uma das questões que chama atenção, à primeira vista, é o nome do jornal. Logo no primeiro exemplar, eles reservaram um espaço na seção de noticiários justificando a escolha do nome. Segundo eles:

⁸⁰ Luiz Anselmo da Fonseca. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988, p. 337.

“Asteróide”, vocábulo astronômico, que quer dizer: “globo de fogo” que atravessa as camadas atmosféricas, a maior ou menor distância da terra, e que faz explosão como uma bomba, com, ou sem ruído, conforme a maior ou menor aproximação do “espaço” à terra; e que por efeito de sua explosão produz o desenvolvimento de milhares de fragmentos luminosos, e irradiação de cores infinitas, cruzando-se em todas as direções, e formando-se outros tantos pequenos asteróides.⁸¹

Portanto, o título do periódico diz muito sobre a linha editorial que seria por ele adotada, ou seja, um discurso altamente combativo e aguerrido na campanha contra a escravidão. Os “fragmentos luminosos” a que o jornal se refere, produzidos em consequência da “explosão” do asteróide, parecem sinalizar o desejo dos jornalistas de que suas mensagens pudessem atingir a sociedade cachoeirana. Além disso, podemos até supor que a imagem construída casa perfeitamente com a ideia de que a abolição poderia se desdobrar em outras reformas, inclusive em possibilidades várias de liberdade. O nome do jornal revela a forma como os seus fundadores o entendiam, como um órgão que tinha como missão o esclarecimento, ou melhor, levar a luz às consciências ainda mergulhadas na escravidão. Assim, a abolição deveria ser precedida pelas luzes do saber e da informação.

No exemplar inaugural, o redator apresentou um longo discurso sobre a escravidão humana, ocupando toda a extensão da primeira página. A linguagem daquele artigo revela que seu autor buscou sensibilizar o público leitor através de expressões marcadas fortemente pela visão religiosa e científica, discurso recorrente entre muitos que pensavam a abolição. Jornais abolicionistas brasileiros constantemente evocavam o sentimento religioso da população, além de utilizarem-se de notas científicas na tentativa de demonstrar que a escravidão era um obstáculo à civilização.⁸² Atrelado a isso, estava o ideal de nação, uma vez que alinhar-se contra a escravidão também era visto como um compromisso com a pátria.

Expressões como “tempos da barbaria” e “luta das trevas contra a luz”, abundam no texto editorial, revelando um discurso comum naquele momento

⁸¹ *O Asteróide*, 23 de setembro de 1887, p. 2.

⁸² Humberto Fernandes Machado. “Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro”. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – 2007. Esse autor notou que nos jornais dirigidos pelo abolicionista carioca José do Patrocínio – *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio* – a escravidão era denunciada como responsável pelo “atraso” do Brasil.

histórico, onde os ditames científicos imprimiam tons, cores e formas às falas e escritas de homens de elite, tidos como “esclarecidos”.⁸³ No firme propósito de defesa desse ponto de vista, expressava o jornalista: “Luz e mais luz para espantar as trevas da ignorância, do egoísmo, do desamor pátrio”.⁸⁴ A intenção dos redatores era demonstrar que a escravidão era injusta e desumana, por isso deveria ser rejeitada pela sociedade. As imagens projetadas do escravismo visavam despertar indignação moral nos leitores/ouvintes através de palavras e temas cuidadosamente selecionados.

Ainda naquele extenso editorial, o articulista definiu os princípios que motivavam a circulação do jornal. Entre outras coisas, defendia a pretensão de promover a “emancipação do ‘escravo’ e a emancipação do povo, que não poderia ainda, moralmente obtê-la!”.⁸⁵ Sendo assim, a questão perseguida pelo periódico não se resumia apenas ao fim do cativo, não obstante ele fosse sempre reclamado como objetivo maior. Na realidade, o jornal alinhava-se a uma corrente abolicionista que via na abolição a possibilidade de desencadear outras reformas na sociedade brasileira. Esta preocupação atravessou os discursos de vários militantes do abolicionismo, a exemplo de André Rebouças que, desenvolvendo sua carreira no Rio de Janeiro, empenhou-se na luta por reforma agrária que pudesse melhorar a “sorte” do liberto.⁸⁶

Antes, porém, de seguirmos na análise do conteúdo das notícias, pensemos na forma como o jornal chegava às mãos dos leitores. De publicação bi-semanal, *O Asteróide* era impresso na tipografia de Olympio Pereira da Silva, localizada na Rua de Baixo, sobrado nº. 19, centro comercial de Cachoeira. Os discursos minuciosos revelam o forte caráter sensacionalista que orientava a linguagem impressa, em geral, impregnada de emoção. O periódico era composto de quatro páginas, sendo que nas primeiras imprimiam-se artigos, matérias e notas com informações gerais

⁸³ Andréa Santos da Silva Pessanha. “*O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888*”. Tese de doutorado. Niterói, UFF, 2006. A autora observou a presença de artigos fundamentados nas teorias raciais científicas em jornais cariocas que participavam do debate sobre a abolição da escravidão. Ver também Josenildo de Jesus Pereira. “*As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*”. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 2006. Segundo este autor, alguns jornalistas maranhenses utilizaram argumentos científicos na pretensão de justificar a escravidão do africano e, perto da abolição, tentar resolver os problemas sociais.

⁸⁴ *O Asteróide*, 23 de setembro de 1887, p. 1.

⁸⁵ *Idem*.

⁸⁶ Sobre o pensamento do abolicionista André Rebouças, ver Andréa Santos da Silva Pessanha. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo: UNIABEU, 2005.

sobre o andamento do movimento abolicionista; as últimas páginas eram sempre reservadas aos anúncios de comerciantes e/ou pessoas interessadas em vender produtos e serviços, oferecer trabalho, noticiar passeios, prestar contas, marcar encontro.

A veiculação do periódico acontecia nas terças e sextas-feiras. Não obstante, a atenta análise dos diferentes números revelou uma alteração de dias em sua circulação. Uma provável explicação para esta alteração era o “calor” da notícia, quando antecipava a publicação de determinado número. Outra hipótese é a de um possível atraso na diagramação dos textos, o que levava os leitores e assinantes a esperar um ou dois dias para tê-los em mãos. Acrescentemos a isso a própria conjuntura local. Em 3 de fevereiro de 1888, os redatores desculparam-se pelo atraso devido às cheias do Rio Paraguaçu. Como a tipografia ficava próxima às margens do rio, a elevação das águas impossibilitou a impressão de alguns exemplares.⁸⁷

Em comparação com outros jornais do período, *O Asteróide* apresentava-se com preço diferenciado. A folha avulsa custava 60 réis, enquanto que o valor médio dos periódicos era de 100 e 200 réis.⁸⁸ A assinatura mensal do periódico abolicionista era de 500 réis, enquanto que os jornais *O Americano* e *O Tempo* cobravam 1\$000 [mil réis]. Uma possível explicação para que a gazeta abolicionista cobrasse um valor menor era a sua intenção, enquanto órgão propagandístico, de alcançar o maior número possível de assinantes, especialmente o público menos abastado. Apesar disso, padecia do mesmo problema dos demais periódicos: a inadimplência de assinantes, ocasionalmente chamados a quitação de seus débitos.

A seção de anúncios foi um espaço importantíssimo nas páginas dos jornais oitocentistas. Para Lilia Moritz Schwarcz, a prosperidade de determinado periódico dependia da quantidade de anúncios editados em suas páginas.⁸⁹ Em *O Asteróide*, o valor estabelecido para os anúncios era diferenciado entre assinantes e as demais pessoas em geral. Estes deveriam desembolsar a quantia de 60 réis enquanto que

⁸⁷ *O Asteróide*, 3 de fevereiro de 1888, p. 3.

⁸⁸ O valor cobrado pelo jornal *O Americano* era de 120 réis, enquanto o periódico *O Tempo* estabeleceu o preço de 200 réis por folha avulsa.

⁸⁹ Para essa pesquisadora, os jornais devem ser compreendidos como “empresas comerciais”, tendo em vista a prática da publicidade e a venda de produtos. Desse modo, a finalidade econômica foi uma estratégia utilizada por periódicos que, buscando maior longevidade na circulação, reservava espaços em suas páginas para estampar serviços, produtos e bens, com o objetivo de atingir o público leitor. Ver Lilia Moritz Schwarcz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 66.

aqueles pagariam a soma de 40 réis, por linha editada. Notamos que o custo benefício era mais vantajoso em comparação com outros jornais do período que cobravam 100 réis para publicar anúncios de não assinantes. Esse fator explica, em parte, a grande quantidade de anúncios impressos.

Observamos que a seção de anúncios foi adquirindo maiores espaços à medida que os dias passavam, e o jornal ia se consolidando como importante veículo de propaganda abolicionista. A princípio, os anúncios ocupavam uma página do periódico, que era sempre a última. No decorrer das publicações eles passaram a preencher duas e, por vezes, três páginas. Esse aumento progressivo de anúncios é um indicativo de que o jornal desenvolveu o papel de “empresa comercial”, apesar de entendermos que este não era o principal objetivo dos seus fundadores.

O Asteróide circulou de setembro de 1887 a setembro de 1888, publicando-se, nesse período, noventa e nove exemplares. Em maio de 1889 voltou às ruas com o exemplar de número cem, em comemoração à “lei diamantina de 13 de maio”. O processo de elaboração, publicação e distribuição do periódico envolvia diversos participantes, que atuavam como redatores, colaboradores, tipógrafos e distribuidores. Além desses, a participação do público “consumidor” na aquisição da folha, de forma avulsa ou mediante assinaturas, foi imprescindível para o empreendimento, embora acreditemos que o periódico não visasse interesses econômicos, pois possuía como proposta orientadora atuar como um órgão de propaganda.

Poucos foram os colaboradores que assinaram textos publicados no jornal. A grande maioria dos editoriais, artigos e matérias aparecem sem autoria definida. Apenas Paulo Mendes e Sulpício de Lima e Câmara saíram do anonimato e registraram seus nomes ao final do texto impresso. Uma estratégia utilizada pelos abolicionistas para evitar prováveis retaliações, uma vez que estavam inseridos num contexto em que todos se conheciam, foi assinar com pseudônimos, a exemplo de “Lycintheo – o Forte”, “um abolicionista”, “um crente”, “um amigo”, “o ventríloquo”, “um espreitador” e “o curió feroso”. Em geral, eles usavam palavras depreciativas na redação dos textos quando denunciavam senhores e autoridades locais, relacionando-as às injustiças da escravidão e abusos de poder.

Através de indícios oferecidos pelas fontes, encontramos nome de alguns daqueles que atuavam como redatores do periódico abolicionista, uma vez que eles não aparecem explicitamente na folha. No grupo responsável pela publicação de *O*

Asteróide estavam pessoas de diferentes profissões como professores, médicos, advogados e comerciantes. Esses abolicionistas tinham origem em camadas privilegiadas da sociedade cachoeirana e sanfelista, embora nenhum deles tivesse ocupado cargos políticos na localidade. A documentação sugere a participação desses homens em questões de liberdade ainda nos primeiros anos da década de 1880. Além disso, muitos deles atuavam em jornais locais. Assim, quando decidiram em 1887 editar o periódico alguns tinham larga experiência profissional na área do jornalismo.

Durante os primeiros exemplares, entre setembro a dezembro de 1887, atuou como redator-chefe o advogado José Theodoro Pamponet, residente na povoação de São Félix. Afastou-se da redação, em janeiro de 1888, devido a incômodos de saúde. Não sabemos o momento em que se “converteu” à causa abolicionista. Sabemos que ele descendia de família que possuía estabilidade econômica considerável; que ocupou cargos de prestígio na sociedade local e, em função de seu envolvimento com o abolicionismo, despertou indignação em senhores da região.

Filho de José Theodoro Pamponet e D. Joaquina Rosa da Rocha Pamponet, o abolicionista era o mais velho entre os seis filhos do casal. A família possuía muitas herdades na região de Camisão. Quando do falecimento de José Theodoro Pamponet (pai), na década de 1850, eles já haviam se estabelecido na freguesia de São Félix e tinham muitas posses. Entre os bens arrolados estavam treze escravos empregados no “serviço de ganho” e “serviço doméstico”, diversas braças de terra, fazendas, gados vacum, cabras, cavalos; espólio que somaram um total nada desprezível de 11:753\$400 [onze contos, setecentos e sessenta e três mil, quatrocentos réis].⁹⁰

Alguns filhos do casal desenvolveram atividades comerciais, acumulando vultosas economias, a exemplo de Augusto Adolfo Pamponet. A soma dos bens deixados pelo comerciante ficou avaliada em 31:691\$423 [trinta e um contos, seiscentos e noventa e um mil, quatrocentos e vinte três réis].⁹¹ Seu irmão Álvaro Augusto Pamponet também envolveu-se em transações comerciais, atuando no

⁹⁰ APB, *Inventário*, 2/943/1412/19.

⁹¹ ARC, *Partilha amigável*. São Félix: 1875-1876. Caixa 166. Na partilha de bens deixados por ele, constam escravos, fazendas, gado vacum, ovelhas, cavalos, além de produtos comercializados em seu armazém.

ramo dos molhados.⁹² José Theodoro Pamponet (filho), por sua vez, não exerceu nenhuma atividade comercial. Um processo-crime instaurado contra ele por comerciantes estabelecidos em São Félix, datado de 1863, revela que ele ocupava o cargo de Fiscal Geral da Câmara Municipal de Cachoeira, o chamado *Fiscal Claviculário* – portanto uma função de prestígio naquela sociedade.⁹³

Depois disso, encontramos informações sobre Pamponet apenas na documentação referente à década de 1880. Na seção de anúncios do jornal *Diário da Cachoeira* ele oferecia serviços de advocacia em seu escritório situado “ao pé do cartório do tabelião Cunha”.⁹⁴ Àquela altura a atividade de advogado era a principal função exercida por ele para manter sua numerosa família, e foi atuando nessa área que o encontramos envolvido no movimento abolicionista local. Sob o título “Questões de liberdade”, um anúncio estampado nas páginas do jornal *A Ordem*, datado de 1881, expressava a seguinte nota: “O advogado José Theodoro Pamponet continua a prestar-se grátis em todas as questões de liberdade – principalmente nas que, indevidamente se acharem na escravidão [rasgado]”.⁹⁵

Em fevereiro de 1882 voltou a ocupar cargo público, atuando como promotor público interino da comarca.⁹⁶ Pouco tempo depois, Pamponet e família estavam residindo na vila de Currálinho. Através de carta enviada à redação do jornal *O Currálinhense*, por um correspondente da freguesia de Muritiba, e posterior resposta de Pamponet, publicada no mesmo periódico, conhecemos as razões que o levaram para aquela vila. Na carta, o colaborador, do qual infelizmente não foi possível saber o nome devido ao péssimo estado de conservação do periódico, apontou Pamponet como um aliado e voz ativa na propaganda abolicionista, pois “trabalhou e soube

⁹² Informação apontada por Virlene Moreira ao pesquisar sobre o comércio de São Felix e seus comerciantes, ver Virlene Cardoso Moreira. “Entre a Baía e os Sertões: a dinâmica comercial do Recôncavo Baiano: São Félix (1857-1889)”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 2002, p. 106.

⁹³ APB, *Processos-crime*, 11/388/7 (1863), fl. 2. José Theodoro Pamponet foi acusado de ter “criado em seu favor uma contribuição de dois mil réis, que mensalmente extorque de cada medalhão do distrito de S. Félix [...] a pretexto de estarem estes [comerciantes] salvos de repetidas visitas suas, e de multas despeitosas por inventadas infrações de Posturas”. Diversos comerciantes da freguesia de São Félix depuseram no processo, afirmando ter entregado a quantia de 2\$000 [dois mil réis] ao acusado com o objetivo deste fazer “vistas grossas” na fiscalização de suas casas comerciais. O então Fiscal Claviculário rebateu todas as denúncias, afirmando ser alvo de perseguições políticas locais. Na ocasião ele contou com o apoio de seis testemunhas que negaram a cobrança indevida. No entanto, em dias de dezembro de 1863, o Juiz de direito, Ignácio Carlos Freire de Carvalho, emitiu sentença condenando-o à perda do emprego público.

⁹⁴ *Diário da Cachoeira*, 8 de outubro de 1880, p. 3.

⁹⁵ *A Ordem*, 1 de julho de 1881, p. 4.

⁹⁶ *O Lábaro*, 9 de fevereiro de 1882, p. 3.

trabalhar com denodo!”.⁹⁷ Em que pese o sentimentalismo da nota, o relato do muritibano ratifica o envolvimento de Pamponet na campanha antiescravista ainda durante os primeiros anos da década de 1880.

A resposta de Pamponet ao que havia sido publicado no periódico expõe facetas de sua militância abolicionista. Disse que ao iniciar a campanha enfrentou grande oposição de autoridades locais, mas continuou firme em seu propósito. Como resultado de sua adesão ao abolicionismo, enfrentou grande perseguição. Alegando que seu único meio de renda era o trabalho como advogado, registrou a razão que o fez retirar-se para Curralinho: “os ‘mandões’ trancaram para mim as portas da justiça, reduzindo-me e a minha família a condições precárias – a fome!”.⁹⁸ Concluiu sua longa fala expondo que não tinha interesse em realizar campanha abolicionista em Curralinho, mas em Cachoeira. Era “no lugar teatro das perseguições a mim e a minha família, e onde espalhei a semente” que pretendia lutar contra a escravidão.

Desconhecemos a época em que Pamponet e família retornaram à freguesia de São Félix, mas sabemos que em agosto de 1887 ele estava na administração da tipografia do *Jornal da Tarde*, uma folha abolicionista impressa em Cachoeira.⁹⁹ Infelizmente não encontramos nenhum exemplar desse periódico sob a direção de Pamponet. O único número encontrado, veiculado em maio de 1887, estava anexado a um processo-crime envolvendo senhores de escravos e um abolicionista local, documento que analisamos no terceiro capítulo.¹⁰⁰ Meses mais tarde, em setembro daquele mesmo ano, Pamponet assumiu a redação da folha abolicionista *O Asteróide*. Como redator, ele descarregou no papel sua revolta contra lideranças locais. Utilizando-se de uma linguagem incisiva, denunciou autoridades policiais, magistrados e senhores de escravos. Sua postura era reflexo de uma história de vida atribulada, marcada por perseguições com, entre outras coisas, motivações políticas que, infelizmente, a documentação consultada não possibilitou conclusões mais firmes.

⁹⁷ *O Curralinhense*, 23 de maio de 1883, pp. 1 e 2.

⁹⁸ *O Curralinhense*, 26 de maio de 1883, pp. 1 e 2.

⁹⁹ ARC, *Ofício dirigido à Câmara de Vereadores de Cachoeira, 1887*. Documentos avulsos.

¹⁰⁰ *Jornal da Tarde*, 4 de maio de 1887. Os articulistas ocuparam o periódico com notas sobre o movimento antiescravista local, destacando a criação de clubes abolicionistas, reuniões de sociedades libertadores, registrando, ainda, nomes de diversos escravos libertados pela lei de 7 de novembro de 1831.

Com a saída de Pamponet, assumiu a redação e a administração de *O Asteróide* Manuel Antonio Nazareth, ali permanecendo até a publicação do último número em 13 de maio de 1889. Embora as informações que temos sobre Nazareth sejam resumidas, percebemos que seu envolvimento com a campanha antiescravista contribuiu para que ele ocupasse o cargo de administrador do jornal. Em correspondência enviada pela secretaria do “Clube Carigé”, para o presidente da província, o Conselheiro Bandeira de Melo, Nazareth aparece assinando como secretário do referido clube. Além disso, o *Jornal da Tarde* noticiou que, no dia 3 de maio de 1887, o abolicionista Nazareth havia sido aprovado para sócio da *Sociedade Libertadora Cachoeirana*.¹⁰¹ Infelizmente, não encontramos nenhuma outra referência sobre ele exercendo atividades além do jornalismo.

Olympio Pereira da Silva, Manoel Fontes Moreira e Ignácio José de Freitas também fizeram parte do grupo responsável pelo periódico *O Asteróide* ou tiveram algum envolvimento com a gazeta. As informações sobre estes homens são muito pontuais. Sobre Olympio Silva sabemos apenas que era proprietário da tipografia onde se editava a folha abolicionista, além de aparecer nos registros como distribuidor da gazeta. Manoel Moreira era um comerciante conhecido na cidade. Possuía uma fábrica de cerveja e vinagre que atendia ao público consumidor local.¹⁰² Além de redator, era distribuidor de *O Asteróide*. Já Ignácio Freitas era funcionário dos correios, atuando como carteiro. Conhecedor da geografia da cidade, seu envolvimento foi fundamental na distribuição do jornal.

Outro redator da gazeta foi o professor Cincinato Ricardo Pereira da Franca. É possível encontrá-lo em vários registros, o que evidencia sua ativa participação no processo abolicionista. De acordo com as atas da *Sociedade Libertadora Cachoeirana*, Cincinato Franca era um dos sócios presentes na reunião de instalação da citada instituição. Em seu discurso, elogiou a iniciativa de abolicionistas locais, demonstrando “com proficiência a utilidade do fim da criação desta sociedade”.¹⁰³ Além de participar desta, o professor atuou no movimento

¹⁰¹ *Jornal da Tarde*, 4 de maio de 1887, p. 2.

¹⁰² BPEB, *Almanach da Comarca de Cachoeira, 1889*. Catálogo de revistas raras. Setor de periódicos raros, p. 82.

¹⁰³ APB, *Atas da Sociedade Abolicionista Libertadora (Cachoeira) (1884-1887)*, maço: 2878.

escrevendo artigos publicados em jornais locais, onde denunciava o escravismo como entrave para o progresso.¹⁰⁴

Segundo Luiz Cláudio Nascimento, Cincinato Franca e outros intelectuais cachoeiranos, como Augusto Ferreira Motta, Sílio Boccanera e Tranquilino Bastos, “adaptavam salas de aula na redação e oficina do jornal *O Guarany*, para alfabetizarem seus trabalhadores negros e outros interessados”.¹⁰⁵ Como professor, Cincinato Franca adotou a instrução popular como divisa na luta contra a escravidão e continuou nesse propósito mesmo após o maio de 1888. Em 23 de março de 1888, *O Asteróide* noticiou a formação de uma turma presidida por ele, acrescentando o seguinte aviso: “sendo livre [o aluno] pagará uma pequena mensalidade, e escravizado gratuitamente”.¹⁰⁶ Tempos depois, em 12 de junho de 1888, ressaltando a atuação do “Clube Carigé”, presidido por Cincinato Franca, um articulista registrou que ainda durante o escravismo a referida instituição abolicionista havia convidado a todos para, gratuitamente, “aprender a ler, sem exceção, quer livre, quer fosse escravo”. A partir dessas informações, vemos que o projeto de abolição do professor estava relacionado à instrução pública.

O médico Henrique Álvares dos Santos também estava ligado ao periódico. Em seu inventário, realizado no ano de sua morte, em 1901, consta uma avaliação, ocorrida em 1860, de seus bens, onde encontramos escravos, diversas casas na capital baiana, sítios e alguns móveis, num total de 20:338\$000 [vinte contos, trezentos e trinta e oito mil réis].¹⁰⁷ No momento em que foram arrolados os bens ele residia em Salvador com sua família. Desconhecemos a época em que se estabeleceram em Cachoeira, mas foi possível encontrar o doutor nos documentos referentes ao ano de 1880. Além de médico da municipalidade, ele era redator-chefe do jornal *O Rochedo*, uma “*gazeta democrática em bem da educação popular*”.¹⁰⁸ Assim, se tratava de uma pessoa culta, ocupando função de destaque na sociedade e herdeiro de grande patrimônio.

O médico abolicionista, um adepto de ideias republicanas, defendia a educação popular como caminho para o progresso do país, à semelhança do

¹⁰⁴ Ver Luiz Cláudio Dias do Nascimento. “Terra de macumbeiros: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jeje-nagô em Cachoeira e São Félix – Bahia”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA/CEAO, 2007, p. 68.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ *O Asteróide*, 23 de março de 1888, p. 2.

¹⁰⁷ APB, *Inventário*, 01/79/108/1.

¹⁰⁸ Pedro Celestino da Silva. “Datas e tradições cachoeiranas”. In: Anais do Arquivo Público da Bahia, vol. XXIX, 1943, p. 380.

professor Cincinato Franca. Em texto publicado no jornal *O Santelmo*, fez o seguinte registro: “o estudo da história me faz ver que da educação popular depende a prosperidade de um país, para o que a liberdade com instrução é a mais poderosa alavanca produzindo o trabalho”.¹⁰⁹ No mesmo texto, depois de apresentar instantes de sua trajetória na capital baiana, acrescentou “(...) resolvi em Cachoeira na redação do *Planeta Vênus* continuar concorrendo para a abolição, elemento necessário para a república no Brasil”.¹¹⁰ Desse modo, quando se juntou a outros abolicionistas, cachoeiranos e sanfelistas, para editar *O Asteróide*, o doutor já estava envolvido na campanha antiescravista durante algum tempo. A instrução popular tornou-se interesse comum entre Henrique Santos e Cincinato Franca antes e depois da abolição.¹¹¹

Outro espaço de atuação do médico foi a *Sociedade Libertadora Cachoeirana*. Em seu discurso, no dia de instalação da referida instituição, Henrique Santos mostrou a “necessidade de criação desta sociedade, a fim de poderem por esse meio com mais curto prazo ver-se o Brasil livre de um cancro que tantos males lhe têm trazido”.¹¹² Para o abolicionista, a escravidão era a responsável pelo atraso do Brasil e, por conta disso, deveria ser combatida. Nos momentos finais do escravismo esteve presente em conferências abolicionistas, discursando contra o cativo e defendendo a instrução popular como instrumento de progresso para o país.

Em relação à cor dos abolicionistas envolvidos na produção de *O Asteróide*, as imagens que nos chegam são bastante limitadas. Muito embora acreditemos que entre eles estivessem homens livres brancos, não dispomos de informações exatas que precisem essa suspeita. Não obstante, algumas “pistas” evidenciam a presença de pessoas negras entre os envolvidos com a gazeta. Uma primeira imagem que surge é referente ao entregador do periódico Ignácio José de Freitas, carteiro dos correios. Em outubro de 1887, por motivações abolicionistas, ele envolveu-se num conflito com o delegado da cidade, Joaquim Ignácio Albernaz, embate registrado nas páginas de *O Asteróide*.¹¹³ Após relatar o bate boca entre o carteiro e o delegado,

¹⁰⁹ *O Santelmo*, 29 de março de 1880, p. 3.

¹¹⁰ *Idem*.

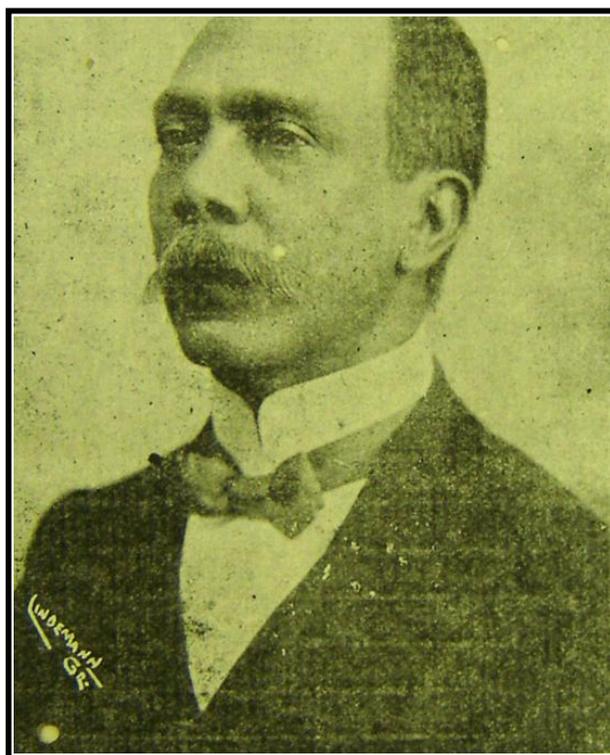
¹¹¹ Em 18 de julho de 1884, o Dr. Henrique Álvares dos Santos oficiou à presidência da província, apresentando os estatutos da *Sociedade Educação popular*, onde exercia o cargo de presidente. Outro documento mostrou que o médico abolicionista ocupava o cargo de vice-presidente do *Clube de Instrução*, fundado em 18 de agosto de 1887, em Cachoeira. Ver, APB, *Presidente da província*, maço: 4597.

¹¹² APB, *Atas da Sociedade Abolicionista Libertadora (Cachoeira) (1884-1887)*, maço: 2878.

¹¹³ Esse conflito será analisado no segundo capítulo.

um articulista registrou “que ele, delegado, chamando-o de negro, acompanhara tal palavra de um murro nas faces, que prostrara por terra o pobre velho, prendendo-o em ato contínuo”.¹¹⁴

Embora não tenhamos encontrado referências quanto à origem étnica do velho agredido em outros documentos, é reveladora a imagem apresentada pelo periódico. Bem verdade que a gazeta nutria um sentimento de repúdio da autoridade policial, mas não teria sentido acrescentar essa informação ao texto, caso o velho, relativamente conhecido na sociedade, não possuísse uma tez escura. Além de Ignácio Freitas, outro abolicionista que atuava como redator da folha antiescravista, o professor Cincinato Franca, não se encaixava na categoria de homens brancos. A fotografia abaixo nos permitiu visualizar sua afrodescendência, ainda que de forma parcial.



Fotografia 3 – Professor Cincinato Ricardo Pereira da Franca
Fonte: Edição da Livraria Econômica, Bahia, 1914.

A partir de pequenos indícios documentais sobre a vida dos abolicionistas que faziam parte da equipe de *O Asteróide*, verificamos que se tratava de homens de

¹¹⁴ *O Asteróide*, 8 de outubro de 1887, p. 1.

diferentes condições econômicas, sociais e raciais.¹¹⁵ Muitos desses intelectuais possuíam escravos e/ou eram provenientes de famílias que possuíam escravos. O fato de muitos deles possuírem estabilidade econômica e ocuparem cargos de prestígio nos fazem sustentar a ideia apresentada páginas atrás de que os fundadores de *O Asteróide* não tinham interesses financeiros na veiculação do jornal. Não seria um equívoco sugerir que alguns deles investiam parte de suas economias para que a folha ganhasse as ruas e contagiasse seus leitores.

Falando aos senhores e aos escravos

Pensar na atuação da imprensa no movimento abolicionista é buscar entender o público leitor que tinha acesso ao conteúdo registrado em suas páginas. A sociedade baiana oitocentista era quase toda iletrada. A alfabetização era privilégio de poucos, alcançando uma reduzidíssima parcela. Os escravos, seus descendentes e pobres livres eram excluídos do acesso à alfabetização.¹¹⁶ Mesmo entre a população livre mais abastada era grande o número de analfabetos. A cidade de Cachoeira não fugia a essa regra. A tabela abaixo revela que o índice de analfabetismo entre os residentes no município era extremamente elevado.¹¹⁷

Tabela 2 – Distribuição da população por instrução, 1872.

LOCALIDADE	CONDIÇÃO	SABEM LER E ESCREVER	ANALFABETOS	TOTAL
N. S. do Rosário da Cachoeira	Livres	807	7.339	8.146
	Escravos	-	1.124	1.124
S. D. M. de São Félix	Livres	231	2.628	2.859
	Escravos	-	347	347
Santiago do Iguape	Livres	917	4.157	5.074
	Escravos	-	2.089	2.089

Fonte: *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. CEBRAP – Centro brasileiro de análise e planejamento.

¹¹⁵ Wlamyra Ribeiro de Albuquerque. *O jogo da dissimulação*, p. 87, fala da participação de “homens de cor” no movimento abolicionista e cita Manoel Querino, um sujeito com grande inserção social na capital da Bahia, que em seus discursos pelo fim do escravismo destacou a participação do negro na construção do país.

¹¹⁶ Kátia M. de Queirós Mattoso. *Bahia, século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, pp. 200-207.

¹¹⁷ Para a análise da instrução da população cachoeirana, elegemos a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, a freguesia de Senhor Deus Menino de São Félix e a freguesia de Santiago do Iguape. Esse recorte espacial obedeceu ao seguinte critério: nos dois primeiros casos, por se tratar do centro urbano onde residiam e circulavam a maioria dos habitantes da Comarca; no terceiro caso, por ser o maior distrito açucareiro da região e, portanto, o que se mostrou mais resistente à abolição.

De acordo com as estimativas apontadas pelo censo oficial de 1872, grande parte dos livres residentes na sede do município eram analfabetos. Apenas 807 indivíduos, num total de 8.146, sabiam ler e escrever. Na outra margem do rio, na povoação de São Félix, somente 231 pessoas foram registradas sabendo ler e escrever, numa população livre estimada em 2.859 pessoas. Já entre os residentes na freguesia de Santiago do Iguape, importante distrito açucareiro da região, das 5.074 pessoas livres, 917 eram alfabetizadas. Portanto, era reduzidíssimo o universo de leitores no município. Tanto no espaço urbano, como nas freguesias em destaque, nenhum escravo foi apontado como leitor ou dotado da escrita, o que não causa espanto diante de todas as questões limitadoras à escolarização desse grupo social.

Embora esses números sejam para 1872, não acreditamos que houve mudanças substanciais com o passar dos anos. Supomos que em 1887 o acesso à leitura e à escrita era ainda limitado para grande parte da população local. Então, como explicar a expressiva quantidade de jornais editados na localidade? Quem eram os leitores cachoeiranos durante a segunda metade do século XIX? Essas questões são importantes para compreendermos o processo de recepção do que se publicava na imprensa local. Isso é fundamental esclarecer, já que mesmo sendo expressivo o número de iletrados, a imprensa local teve uma vitalidade impressionante. Segundo o memorialista Francisco José de Mello, a população cachoeirana teve uma “rica formação cultural”, incrementada pelas notícias, artigos e notas impressas nos diversos periódicos que se publicavam na localidade.¹¹⁸

Assinalemos uma questão fundamental. Apesar do alto índice de iletrados, a maioria dos baianos não ficava alheia aos assuntos veiculados nos jornais. A leitura em voz alta nos oitocentos era uma prática comum, tornando possível a veiculação das notícias entre os iletrados ou aqueles pouco afeitos à leitura.¹¹⁹ Fazia-se, então, uma “literatura sem leitores”¹²⁰ ou aquilo que se chamou de “leitura de ouvido”.¹²¹ Diversos abolicionistas utilizavam-se desta prática quando discursavam em

¹¹⁸ Francisco José de Mello. *História da cidade da Cachoeira*. Cachoeira: edição do autor, 2001.

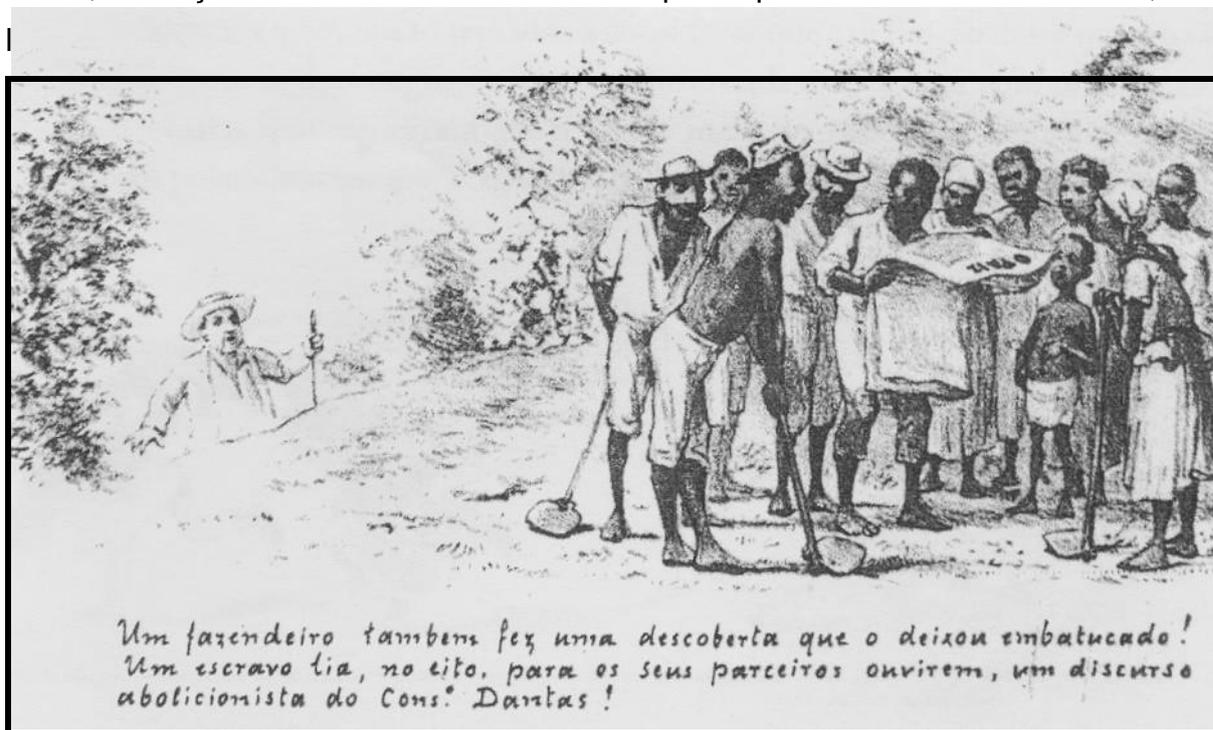
¹¹⁹ Meire Lúcia Alves dos Reis. “A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana, 1888 – 1937”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 2000, p. 8.

¹²⁰ Márcia Maria da Silva Barreiros Leite. *Entre a tinta e o papel: memórias de leitoras e escritas femininas (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005, p. 52.

¹²¹ Humberto Fernandes Machado. “Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro”, p. 3, fala que, devido a essa prática, muitos analfabetos tinham acesso às ideias abolicionistas na Corte.

conferências, em momentos de entrega de alforrias, nas instalações de sociedades antiescravistas, entre outras ocasiões. O objetivo era explícito: atrair o maior número possível de pessoas para a causa abolicionista. Perto da abolição, quando os discursos tornaram-se mais inflamados, não faltou indivíduos para desenvolver a prática da oratória em ocasiões solenes. Os discursos, marcados por forte apelo emocional, eram inevitavelmente interrompidos por aplausos, vivas, lágrimas e soluços de ouvintes um tanto frenéticos.¹²²

Com base nesse argumento, não seria absurdo afirmar que os escravos residentes no município de Cachoeira e localidades vizinhas tiveram conhecimento do conteúdo veiculado no jornal *O Asteróide*. Possivelmente, os incisivos discursos impressos no periódico geraram repercussões que foram ouvidas e comentadas nas ruas da cidade, no interior dos armazéns, nas tabernas, em conversas de senhores, no cais do porto, nas hospedarias, entre a comercialização de produtos nas feiras. A circulação oral daquilo que estava na folha abolicionista fazia com que diversas pessoas ficassem “informadas” sobre a agitação abolicionista na cidade de São Paulo, das ações de maus tratos realizadas por capitães do mato e senhores, das



Fonte: Joseli Maria Nunes Mendonça. *Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 104.

¹²² *O Asteróide*, 1 de maio de 1888, p. 1. Boa parte da seção de noticiários foi ocupada por uma matéria, onde, sob o título de “Conferência abolicionista”, o articulista procurou evidenciar os discursos proferidos naquela reunião, marcados por “palavras veementes e arrebatadoras” que levavam o “nobre auditório” ao delírio.

A imagem acima revela que o discurso abolicionista atravessou as cancelas das fazendas cafeeiras do sudeste, gerando um clima desconfortável para muitos proprietários. Ironicamente, através de ilustrações, o jornalista Ângelo Agostini demonstrou que os escravos não estavam alheios àquilo que era discutido no parlamento. Na imagem, ganha destaque um escravo lendo um jornal para homens, mulheres e crianças aparelhados com suas ferramentas de trabalho, tornando conhecido o conteúdo impresso no veículo de informação, durante a labuta diária. Ao fundo da ilustração aparece o único homem branco da cena, certamente o senhor, visivelmente amedrontado diante daquilo que seus olhos viam.

Não podemos desprezar a possibilidade de que algum escravo ou liberto soubesse decifrar as palavras e torná-las conhecidas entre seus companheiros de lida.¹²³ Não esqueçamos de que a instrução de escravos fazia parte do programa abolicionista do professor Cincinato Franca, que abria as portas de suas salas de aula para ensinar cativos a ler e escrever. Além disso, lembre-se o leitor da preocupação do senhor Egas Moniz Barreto de Aragão, residente em São Francisco do Conde, quando descobriu que panfletos assinados por abolicionistas de Cachoeira e São Félix foram encontrados nas senzalas de seus engenhos.

Os discursos impressos em *O Asteróide* revelam que os articulistas tinham o explícito interesse de atingir diversos públicos de leitores. Em muitos casos, a linguagem utilizada é direcionada a um grupo específico de pessoas, a exemplo do extenso artigo publicado no segundo exemplar do jornal e dirigido às senhoras cachoeiranas. Ali, a intenção do autor era conquistar o apoio das mulheres, mostrando que a defesa da escravidão chocava-se com os princípios cristãos defendidos por elas. Em palavras impressas, afirmava:

Se assim é, senhoras, se fostes educadas nestes princípios de moral e de religião, se sois cristãs, deveis saber, senhoras, que se na terra existem esses preconceitos sociais de elevação ou de inferioridade, perante Deus, porém, todos nós somos iguais. Vós, senhoras, sois cristãs e como tais não ignoreis este sublime preceito ensinado pelo divino Mártir do Golgóta: “amai-vos uns aos outros”.¹²⁴

¹²³ Sobre alfabetização e letramento de escravos e libertos ver, Tânia Lobo e Klebson Oliveira (orgs). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009.

¹²⁴ *O Asteróide*, 27 de setembro de 1887, p. 1.

Sabemos que a alfabetização era limitada para as mulheres baianas, mesmo as de elite, e que elas tiveram um ingresso tardio no processo de escolarização,¹²⁵ no entanto essa realidade não anula a possibilidade desse grupo ter tido acesso ao conteúdo impresso no jornal. Assim sendo, a estratégia dos jornalistas em alcançar o público feminino tinha sentido. Implicitamente, eles demonstravam o poder de persuasão das mulheres, através dos acordos estabelecidos no ambiente doméstico. Não foi por acaso que o texto dirigido às “distintas” mulheres ficou destacado na primeira página do periódico. Por meio de argumentos religiosos e emotivos buscavam chegar aos proprietários de escravos através de suas mães, esposas, irmãs, filhas e afilhadas, como ficou registrado na parte final do texto: “Vós senhoras, que sabeis a linguagem dos anjos, falai a vossos esposos, a vossos pais, a vossos irmãos, a vossos filhos, mostrando-lhes tão grande desumanidade!”.¹²⁶

Em maior medida, os abolicionistas buscaram atingir o resistente grupo de proprietários de escravos. Os argumentos, palavras e linguagens utilizadas para esse público, foram os mais variados. Em todos os casos, a intenção era convencê-los a libertar os escravos, mostrando-lhes que a abolição não tardaria a acontecer diante do desgaste que vinha sofrendo a escravidão. A retórica paternalista foi marca distintiva dos inúmeros artigos e notas onde se reclamava a libertação imediata dos cativos. Essa assertiva ficou evidenciada numa nota publicada em novembro de 1887 onde, depois de desferir críticas a determinadas posturas senhoriais, o articulista prognosticou: “Tudo será debalde! Senhores escravocratas, a hora vai soar, o único recurso é libertar os escravos e abraçá-los para não deixarem quem os criou”.¹²⁷ Em outras palavras, invocar o sentimento de gratidão entre os cativos seria o meio de conter as fugas e garantir a dominação sobre os mesmos numa virtual abolição.

O conteúdo dos textos direcionados aos senhores demonstra a forma como os abolicionistas ligados ao periódico defendiam o encaminhamento da abolição no

¹²⁵ Márcia Maria da Silva Barreiros Leite. *Entre a tinta e o papel*, pp. 46-47.

¹²⁶ *O Asteróide*, 27 de setembro de 1887, p. 2. Ver Célia Maria Marinho de Azevedo. “Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil”. *Revista USP*, São Paulo (28): 96-109, dezembro/fevereiro 95/96. Analisando as representações dos escravos entre abolicionistas norte-americanos e brasileiros, essa autora notou referências religiosas num discurso proferido por Rui Barbosa e dirigido às mulheres de elite da Bahia. Para ela, que defende um caráter secular do abolicionismo brasileiro em detrimento do religioso, as palavras de Rui Barbosa, além de outras coisas, foi uma estratégia para alcançar as mulheres baianas através do sentimento de fraternidade com os escravos, já que ambos ocupavam uma posição hierárquica inferior naquela sociedade patriarcal.

¹²⁷ *O Asteróide*, 4 de novembro de 1887, p. 2.

município. Influenciados pelos rumos do abolicionismo em outras províncias e desejando sensibilizar os setores escravistas, afirmavam que a libertação escrava não causaria transtornos à grande lavoura. Desse modo, rebatiam a idéia predominante de um abandono generalizado das fazendas pelos ex-escravos com o argumento de que estes permaneceriam nos locais de trabalho, após a liberdade, movidos pelo sentimento de gratidão ao seu ex-senhor. E afirmavam: “(...) vendo protegido [o escravo], garantido por aqueles mesmos que acabam de ser seus senhores, raro estamos certos serão aqueles que desertarão das fazendas para a vida da vagabundagem”.¹²⁸

Aliados à defesa da libertação escrava, os discursos de elogio ao trabalho como caminho para o progresso tornaram-se frequentes na folha desde novembro de 1887. Através de matérias transcritas de outros periódicos do império, com o objetivo de conferir maior credibilidade aos argumentos, os redatores procuravam mostrar as vantagens econômicas do trabalho livre, ao tempo que buscavam tranquilizar os proprietários sobre os efeitos da liberdade entre os cativos. Mas a associação dos libertos à vadiagem foi uma marca daquele momento histórico. Desde as primeiras décadas do século XIX, houve crescente vigilância, sobretudo pelas autoridades policiais, da população pobre que circulava pelas cidades e vilas da Bahia. Os libertos eram submetidos a rígido controle pelas autoridades policiais, e os assaltos, roubos, e a prostituição eram encarados como consequência da vadiagem. Preocupados com a situação da lavoura, muitos senhores procuraram mostrar que era preciso “tratar” a vadiagem no intuito de manter a “ordem”. Assim, a indisponibilidade dos livres e libertos para o trabalho agrícola foi o “pretexto para repressão”. Segundo a ótica senhorial era preciso encarar a vadiagem com mais rigor e tentar assegurar o bom andamento da produção agrícola.¹²⁹

Joseli Maria Nunes Mendonça notou que essa questão não passou despercebida entre os deputados brasileiros que subiam à tribuna na Câmara para debater projetos relacionados à solução do “elemento servil”. Vale registrar que muitos deles eram proprietários de escravos ou mesmo porta-vozes dos setores

¹²⁸ *O Asteróide*, 25 de novembro de 1887, p. 2.

¹²⁹ Walter Fraga Filho. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC/EDUFBA, 1996, pp. 174-177, notou que os discursos que estigmatizavam os libertos como “vadios e ociosos” intensificaram-se após a extinção definitiva do tráfico de africanos, em 1850, quando os grandes senhores de engenho já não contavam mais com a renovação da mão-de-obra cativa. Desse modo, fala o autor, “ao estabelecer a conexão entre vadiagem, crime e pobreza, as autoridades buscaram justificar a utilização do recurso da força contra os libertos”.

escravistas. Segundo a autora, durante a tramitação do projeto que resultou na lei de 28 de setembro de 1885 – conhecida como Lei dos Sexagenários – os parlamentares desenvolveram intensas discussões sobre os comportamentos e as atitudes dos libertos. Preocupados com os senhores que, segundo alarmavam, sofreriam perdas irreparáveis, caso houvesse a libertação dos sexagenários sem a indenização. Nos calorosos debates parlamentares, os ex-escravos figuravam como potencialmente perigosos e despreparados para a vida em liberdade, isso porque “havia a previsão de que o liberto pautaria a liberdade na desocupação e na ociosidade”.¹³⁰ Daí a sempre requisitada “tutela” do liberto pelo ex-senhor que, na realidade, atendia a lógica de assegurar o exercício do domínio senhorial, preservando antigos laços estabelecidos na escravidão.

Na visão de *O Asteróide* a vida “dissoluta” dos libertos só teria um rumo satisfatório mediante a aplicação de leis que os obrigassem ao trabalho. No editorial de 22 de novembro de 1887, em que defende a colonização nacional em detrimento da estrangeira como “medida de salvação agrícola”, o articulista afirmava: “temos braços suficientes para vivermos independentes; o que não temos é polícia reta que obrigue os ociosos, os vagabundos, e ultimamente, os libertos a sujeitarem-se ao trabalho”.¹³¹ Apesar desse quadro desanimador, os jornalistas procuravam mostrar aos senhores que a libertação do escravo e o estabelecimento de novas relações de trabalho resultariam em vantagens para os lavradores. Somente em abril de 1888 passaram a defender mais sistematicamente a liberdade incondicional como forma de garantir maiores vantagens nos serviços da lavoura. Uma matéria veiculada na seção editorial de 4 de maio de 1888, perto da abolição, exemplifica esse ideário:

O trabalho livre é a fonte da riqueza. (...)
Os srs. Capitão Manuel Antonio da Silva Pinto, drs. Pedro Viana e Honorato Paim; coronel Themístocles e outros que ultimamente libertaram seus escravizados incondicionalmente, também estão plenamente satisfeitos com os seus novos trabalhadores, e animados a esperança de que suas safras vindouras serão muito mais rendosas do que as anteriores; tal é o gosto e animação que reina no trabalho das mesmas.¹³²

¹³⁰ Joseli Maria Nunes. *Entre as mãos e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Cecult, 1999, p. 56.

¹³¹ *O Asteróide*, 22 de novembro de 1887, p. 1.

¹³² *O Asteróide*, 4 de maio de 1888, p. 1.

O articulista acreditava revelar a “fórmula” exata para o sucesso dos lavradores da região. Para evitar o desgosto de ver suas “propriedades” humanas escaparem dos locais de trabalho, o autor do texto sugeriria àqueles a “libertação espontânea” imediata e incondicional. A gratidão do escravo ficaria assegurada, caso seu senhor se antecipasse à lei da abolição que mostrava sinais no distante horizonte. Desse modo, expressava: “A libertação espontânea, plena, é uma anistia dos senhores para com seus escravizados; ambos ficam conciliados”, e acrescentava; “aconselhamos a todos que ainda tiverem escravos libertem-nos, para aumento de fortuna e de sua lavoura”.¹³³

Mas, se em alguns momentos os articulistas dirigiam-se aos senhores na intenção de convencê-los a libertar seus cativos, noutros os discursos voltavam-se para a população escrava sob títulos variados como “aos escravos”, “em poder dos escravos”, “a fuga”, “os escravos devem fugir” e “fujam, fujam, fujam”. Em todos os artigos aparece uma ideia comum: a fuga escrava dos locais de trabalho deveria acontecer, mas sem prejudicar a ordem estabelecida. Isto revela a proposta de abolição perseguida pela folha que tinha como objetivo uma mudança que não prejudicasse a ordem social e econômica. Portanto, o discurso assumido pelos articulistas era que o trabalho nas fazendas não sofreria “desorganização” com a abolição. Segundo essa visão, a transformação deveria ocorrer, mas sem atrapalhar os grandes centros agrícolas da região.

Entre outros, o artigo publicado em 18 de abril de 1888 nos chama a atenção para a linguagem direcionada ao público escravo. Isso mostra que eles sabiam que de algum modo o que era publicado chegaria aos ouvidos dos cativos. Permita-nos o leitor a transcrição de parte do texto, embora seja relativamente extenso.

O direito de conquistar o escravo a sua liberdade está no abandono dos engenhos e das fazendas; porém no abandono tranquilo e pacato, sem ameaça às vidas de seus algozes.

Deixai, escravos, no campo o instrumento do trabalho obrigatório que vos impõe a escravidão e retirai-vos, sem medo, com o coração cheio de valor; ide atravessando estas caravanas em busca do vosso direito que está no trabalho livre.

Não erguei o vosso braço musculoso contra aquele que sobre vós exercia um direito anticristão.

Não procurai as estradas nem as florestas como abrigo para a defesa da perseguição daqueles que vos compraram, não. Segui em

¹³³ Idem.

buscada liberdade, exigindo a paga de vosso suor e de vosso trabalho.

O homem veio ao mundo para o trabalho, porque este é o selo da liberdade e nesta fonte ideal do cristianismo é que ele pode levar o coração e chegar a Deus.

Não procurai a sombra negra da noite para abandonar a companhia de que vos domina, não. (...)

Sois livres, não revoltai contra os vossos 'senhores': usai de toda prudência no abandono das fazendas; desprezai qualquer armamento que tiverdes. (...)

A fuga é um direito que vos assiste, e o elemento mais poderoso a liberdade.¹³⁴

As palavras de incentivo às fugas escravas aparecem no periódico desde dezembro de 1887, sobretudo na seção editorial. Porém, somente nos meses de março e abril de 1888 é que elas intensificaram-se. Publicando-se textos de outros jornais do Império sobre o tema ou mesmo expressando, particularmente, aquele desejo, os articulistas se dirigiam aos cativos. Por outro lado, acreditamos que, mesmo quando a linguagem impressa era direcionada para os cativos, estrategicamente os articulistas visavam pressionar os senhores da localidade e mostrar-lhes que a escravidão revelava sinais de desgaste. Apesar de notarmos o incitamento às fugas nos primeiros exemplares, foi somente com a “vitória abolicionista” da absolvição de Cesário Ribeiro Mendes do “crime” de acoitamento escravo, em março de 1888, que os articulistas posicionaram mais intransigentes em defender essa asserção.

Essa postura revela a forma como os jornalistas entediam a condução do movimento abolicionista, ou seja, o tipo de abolicionismo defendido pela equipe de *O Asteróide*, destacando a “prudência” como a tônica do discurso. Vejamos isto numa nota de 3 de abril de 1888:

(...) Exercendo o nobre direito de defesa própria, eles, as vítimas da barbárie, tem abandonado os seus algozes em busca de suas liberdades e consta-nos que nestes 3 dias últimos já sobe a 100 o número de retirantes (...)

Muito bem, é digno de louvor aqueles que reagem, com toda a *prudência e moralidade*, contra seus algozes.¹³⁵ (grifos nossos)

Embora entendessem que a abolição só seria viável com a participação da senzala no processo, ideia presente em vários artigos e notas onde os articulistas

¹³⁴ *O Asteróide*, 18 de abril de 1888, p. 1.

¹³⁵ *O Asteróide*, 3 de abril de 1888, p. 2.

conclamavam os escravos à fuga, defendendo o “direito natural” de liberdade, os abolicionistas ligados ao periódico posicionavam-se dentro de uma linha moderada do movimento. Mesmo incitando e defendendo as fugas da população escrava, o jornal recomendava “prudência e moralidade”, numa tentativa de assegurar o resguardo da vida senhorial. Essa posição de *O Asteróide* difere da adotada por alguns jornais paulistas ligados ao grupo de caifazes que defendiam um abolicionismo radical, fora dos trâmites legais.¹³⁶ Não obstante os editoriais, matérias e artigos constantemente inflamados, o caráter conciliador foi marca dessa folha.

Nesse sentido, os articulistas amparavam-se num discurso mediador de conflitos entre senhores e escravos. Esta assertiva fica bastante evidente numa nota publicada em março de 1888 onde se registrou algumas manumissões realizadas pelo redator e advogado José Theodoro Pamponet. Segundo a nota, ao agir desta forma, o abolicionista estava “conseguindo, desta sorte, harmonizar os escravizados com seus senhores e, ao mesmo tempo, contribuindo para que o trabalho não sofra desorganização”.¹³⁷ Mais adiante acrescentou, “para manifestação da ordem regular do trabalho e para harmonizar os libertados com seus ex-senhores, honra-nos por demais o epíteto de ‘acoitador’ que nos é emprestado pelo ódio do escravagismo”.

Diante dessas declarações, chegamos a uma questão central: qual a posição dos escravos nessa conjuntura? Estavam os cativos interessados em manter relações harmoniosas com seus senhores? Será que agiram com “prudência e moralidade” ao abandonar o cativeiro como reiteradamente pregava a folha? Embora o discurso assumido pela gazeta tivesse como pano de fundo a ideia do controle social dos escravos, não podemos negligenciar as vontades e desejos dos cativos nesse contexto. A apropriação do conteúdo registrado no periódico não pode ser vista como recepção passiva, mas como uma ação ativa. Noutras palavras: não acreditamos que os cativos se submeteram irrestritamente aos propósitos abolicionistas, mas que se articularam segundo as regras do jogo, fazendo aquilo que maior proveito lhes traria.

Tratando dessa questão, Jailton Lima Brito argumentou que Célia Maria Marinho de Azevedo em *Onda negra, medo branco*, ao analisar a atuação do grupo abolicionista caifazes, defendeu que “os abolicionistas cumpriram o papel de

¹³⁶ Para uma reflexão sobre a atuação dos caifazes, sob a liderança do abolicionista Antonio Bento, ver Maria Helena Machado. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo: Ed. UFRJ: EDUSP, 1994.

¹³⁷ *O Asteróide*, 23 de março de 1888, p. 2.

controlar a revolta negra que se intensificava com o passar dos anos oitenta”.¹³⁸ No entanto, segundo ele, Azevedo deixou de atentar para uma peça importante nesse debate: os interesses dos escravos. Brito argumentou que, embora os abolicionistas defendessem um discurso onde atendia, em parte, os anseios dos senhores que buscavam manter seus trabalhadores, muitos pagaram alto preço por desafiar o poder senhorial. Desse modo, salienta o pesquisador que se muitos escravos decidiram permanecer nos antigos locais de trabalho mesmo depois de libertos não foi porque estavam dispostos a obedecer aos abolicionistas, como se precisassem de pessoas para guiá-los, mas porque possuíam interesses particulares.

Enfim, a partir da leitura dos textos impressos no periódico *O Asteróide*, notamos que a linguagem utilizada sugere que o público leitor era bastante variado. Além de abolicionistas, a população livre em geral, os senhores e mesmo os escravos leram ou tiveram conhecimento do conteúdo editado. De uma forma ou de outra, nos interessa perceber a recepção daquilo que estava veiculado no periódico. A sugestão dos articulistas para mudanças nas condições de trabalho pode ter motivado proprietários que, nos primeiros meses de 1888, promoveram alforrias em massa na tentativa desesperada de prender seus ex-escravos pelo sentimento de gratidão e ficarem resguardados das consequências do abandono generalizado dos locais de produção.

Além dos grupos anteriormente citados, constatamos através da seção de anúncios que comerciantes, médicos e farmacêuticos tiveram conhecimento daquilo que era noticiado no jornal. A expressiva quantidade de anúncios editados na folha revela que ela era lida por muitas pessoas, embora a prática da leitura fosse privilégio de poucos na sociedade oitocentista. A quantidade expressiva de exemplares impressos revela que *O Asteróide* teve importante atuação no interior do movimento abolicionista, divulgando ideias antiescravistas, sensibilizando leitores e favorecendo a expansão do sentimento de repúdio ao escravismo. Adiante veremos como denúncias de maus tratos dos cativos por senhores e capitães do mato figuraram nas páginas da gazeta. Ao estampar as mazelas da escravidão os redatores tinham a intenção de revelar as injustiças inerentes ao escravismo.

¹³⁸ Ver Jailton Lima Brito. *A abolição na Bahia*, pp. 165-172; Célia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, especialmente o 4º capítulo.

Cenas do cotidiano escravista

Nas páginas de *O Asteróide* circulavam, sistematicamente, notas e referências a violências físicas e psicológicas de senhores contra escravos. O comportamento de muitos proprietários, ao agirem de forma “arbitrária”, era duramente denunciado nessa folha que buscava demonstrar a insustentabilidade das relações escravistas, tornando-a, muitas vezes, em caso de polícia. A linguagem usada para retratar o quadro de “horror” nas fazendas ou mesmo no perímetro urbano revela a intenção dos jornalistas em solapar o poderio senhorial, além de servir como estratégia para provocar reações de indignação nos leitores/ouvintes. Ao “pintar” a imagem de um senhor extremamente cruel e violento, a intenção era evidenciar as nefastas consequências geradas pela escravidão e, assim, conquistar e/ou ampliar a adesão da sociedade para a causa libertária.

Devidamente selecionados, os títulos das matérias em que se noticiavam os “abusos” escravagistas aparecem sempre de forma destacada e desordenada entre as páginas do jornal. “Barbaridades”, “horror, horror”, “cenas da escravidão” foram alguns dos títulos utilizados pela imprensa para dar publicidade às “crueldades” realizadas por senhores e capitães do mato, que, segundo os articulistas, não marcavam hora para atentar “barbaramente” contra o cativo. Através dos numerosos relatos impressos percebemos que as ações de maus tratos ou de capturas escravas aconteciam no silêncio da noite ou durante o ensolarado dia.

A cada novo exemplar impresso, o proprietário de escravos poderia ser surpreendido ao ver seu nome estampado nas páginas da imprensa, sob a acusação de proceder violentamente contra seus cativos. É difícil precisar o grau de veracidade dos textos em que se fazem referências a violências com a participação e/ou consentimento do senhor. A leitura do periódico demonstra que não havia preocupação entre os redatores em confirmar aquilo que estava contido nas correspondências que chegavam à redação ou mesmo que se ouvia entre os cidadãos. Por exemplo, no caso noticiado em 11 de abril de 1888, o articulista inicia seu relato da seguinte forma: “Consta-nos que foi preso e horripelmente castigado um escravizado...”, mais adiante ele comenta; “a ser verdade, é um crime e deve ser punido com a lei”.¹³⁹ Em geral, as matérias eram construídas a partir de denúncias, e

¹³⁹ *O Asteróide*, 11 de abril de 1888, p. 2.

mesmo boatos e rumores que corriam a cidade. Dessa maneira o jornal terminava também se alimentando da oralidade, do que era dito, para compor as matérias.

As notícias de violência contra os cativos poderiam chegar à redação do jornal através de palavras rabiscadas em papel ou mesmo por meio de transmissão oral. Como não possuíam o conhecimento exato das informações que liam e/ou ouviam, a estratégia usada pelos redatores foi mostrar ao público que estas eram sempre transmitidas por “pessoas de fé”. Uma vez estampadas nas páginas da imprensa a repercussão seria inevitável. As cenas descritas eram sempre recheadas de palavras que buscavam despertar nos leitores indignação pela ação senhorial. Assim, são comuns expressões como “bárbaros castigos”, “horrorosos e revoltantes castigos”, “barbaramente surrada”, “castigo imoderado”. Através de determinados termos, os leitores eram levados a comungar das ideias dos articulistas. Autor e leitor eram colocados diante de um inimigo comum – nesse caso, o senhor cruel e desumano. Assim, as investidas dos senhores contra seus cativos eram sempre mostradas como injustificadas e, portanto, inaceitáveis.

Entre outros relatos, destacamos dois em que a possível agressão teria gerado marcas permanentes nos agredidos. O primeiro deles foi publicado em 17 de janeiro de 1888, na seção de noticiários, com o título de “Barbaridade”. Segundo o texto, a parda Rita procurou o delegado em exercício do termo de Cachoeira para requerer o exame de corpo de delito em seu filho Sirilo, acusando seu proprietário João Chrisostomo Mascarenhas de ter “barbaramente espancado aquele [o escravo], arrancando-lhe a murros quatro dentes da frente, produzindo-lhe grande hemorragia e deformidade”.¹⁴⁰ O segundo caso foi exposto no exemplar veiculado em 3 de abril de 1888. Segundo a nota, após sofrer um imoderado atentado pelo seu proprietário, o escravo de nome Braz teve que enfrentar um “horrível martírio”. Assim diz o texto: “Treme-nos a pena: João Ferreira de Oliveira com uma navalha ‘retalhou’ as nádegas do desgraçado escravo, deitando sobre as chagas um ‘molho de pimenta’”.¹⁴¹ Em ambos os casos, as cenas retratadas revelam como os articulistas procuravam alertar o público leitor para as injustiças da escravidão.

Lidas de outra forma, as notas revelam que os cativos possuíam percepções próprias do viver diário no mundo da escravidão. Os anseios e atitudes escravas emergem sutilmente por entre as linhas dos textos, embora a intenção dos

¹⁴⁰ *O Asteróide*, 17 de janeiro de 1888, p. 1.

¹⁴¹ *O Asteróide*, 3 de abril de 1888, p. 2.

articulistas não fosse dar visibilidade às ações autônomas dos cativos. Por exemplo, não eram poucos os escravos que recorriam a autoridades policiais e judiciárias quando se viam ameaçados pelo poder senhorial. O caso da parda Rita e seu filho Sirillo, acima mostrado, confirma esta ideia na medida em que, se sentindo prejudicada pela atitude daquele senhor, ela recorreu ao delegado da cidade, reclamando de um castigo que certamente considerava desmedido. Infelizmente não encontramos informações sobre os resultados da ação da parda Rita, mas sabemos que muitos escravos eram reconduzidos aos seus proprietários, tendo que enfrentar um cativeiro mais cruel, marcado pela fúria e desmandos dos senhores.

Não foram poucos os escravos que procuraram fazer valer direitos e conquistas quando se sentiram ameaçados pelo poder senhorial. À semelhança do episódio da parda Rita, muitas outras histórias indicam que na relação senhor – escravo era fundamental o reconhecimento de direitos e obrigações de ambas as partes. Uma vez violada, essa relação ficaria seriamente ameaçada. Sidney Chalhoub, ao analisar casos de escravos que chegaram à Corte nas últimas décadas da escravidão, mostrou que muitos, quando inquiridos por autoridades policiais e judiciárias, apontavam o exagero nos castigos físicos como motivação para as fugas. Para esse autor, “a referência a castigos excessivos era provavelmente a forma de um escravo ‘traduzir’ para a linguagem dos senhores a sua percepção mais geral de que direitos seus não estavam sendo considerados ou respeitados”.¹⁴²

No entanto, nem sempre os escravos encontraram autoridades policiais dispostas a acolher suas queixas. Pelo contrário, em algumas situações os policiais foram acusados de maltratar escravos retidos na cadeia local. É o caso noticiado no periódico em 11 de outubro de 1887. Direcionando seu discurso ao delegado em exercício, o articulista denunciava possíveis espancamentos que havia sofrido certa escrava pelo soldado Firmino. Ao final da nota expressava sentimentos de confiança e de justiça na ação daquela autoridade para libertar a cativa. Dias antes, em 8 de outubro de 1887, o articulista noticiou outro caso de violência física realizada por autoridades policiais contra uma “pobre mulher que diziam escrava”, sendo acusados o 3º suplente da delegacia, capitão Joaquim Ignácio Albernaz, e seu irmão, Manuel Albernaz.

¹⁴² Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 65.

Ao fugirem muitos escravos buscavam apoio entre a população citadina. Em 10 de março de 1888, o periódico denunciou a violência perpetrada pelo proprietário do escravo Pedro. Na denúncia intitulada “Barbaridade”, foi informado que o escravizado fugiu para Cachoeira “tendo o olho direito horrivelmente injetado e quase sem vista, em virtude de lhe ter o seu ‘senhor’ dado-lhe uma paulada sobre esse órgão”. Em seguida, o articulista registrou que os abolicionistas Henrique Álvares dos Santos e Joaquim Villas-boas apresentaram o cativo à polícia para os procedimentos necessários. Destacamos neste caso a determinação do escravo Pedro em abandonar o ambiente de trabalho, consciente de que não deveria mais permanecer no cativeiro sob aqueles termos. A participação dos abolicionistas pode ser um indicativo de que Pedro soubesse que podia contar com eles na luta contra o furor do seu senhor. Assim é comum nos depararmos, entre as notas de violência contra cativos, com a expressão “tratar de sua liberdade”.¹⁴³

As cenas descritas nos textos aconteciam em via pública, sob o olhar de populares que, indignados com as atitudes dos capitães do mato e dos senhores, geralmente tomavam partido do suposto fugitivo. A intenção dos jornalistas era colocar a opinião pública contra os defensores do escravismo e, assim, conquistar mais adeptos para a campanha antiescravista. Em 14 de outubro de 1887, a seção de noticiários de *O Asteróide* estampou uma matéria intitulada “Prisão ou captura de escravizados” onde era denunciado o modo “desastrado” como se efetivavam as buscas de cativos pelas ruas de Cachoeira. Reclamando providências do delegado em exercício, o autor do texto verberava:

O senhor que se julga prejudicado com a ausência de seu escravizado, pode pelos meios legais obter que ele volte a seu serviço, requerendo a autoridade competente com a matrícula, mandado de captura, mas nunca de maneira porque ultimamente se tem feito tais prisões.¹⁴⁴

Dias mais tarde, em 25 de outubro daquele mesmo ano, a parte destinada aos noticiários voltou a ser ocupada com uma matéria onde o “furor” escravagista era o tema central. Na matéria intitulada de “Capitães do mato e o povo”, o articulista procurou narrar com detalhes os passos da captura de um cativo pertencente ao

¹⁴³ Em 4 de outubro de 1887, titulando a nota com o termo “Horrível”, o articulista imprimia o relato recebido por carta: “(...) foi-nos comunicado que existe ali [Maragogipe] uma infeliz escravizada com uma corrente ao pé há cerca de 4 meses, pelo fato de ter vindo à esta cidade *tratar de sua liberdade*”.

¹⁴⁴ *O Asteróide*, 14 de outubro de 1887, p. 3.

subdelegado de Afogados – povoação próxima da cidade. A linguagem utilizada evidencia o interesse de colocar a opinião pública contra os agressores, ao mesmo tempo em que procura exaltar a postura de populares ao repudiar as ações que se deram naquele dia. Observamos que a campanha abolicionista não estava restrita ao movimento organizado e a seus líderes.¹⁴⁵ Populares expressaram com elevada ênfase o sentimento antiescravista que se vinha desenvolvendo na sociedade.

Segundo o relato, um “audacioso escravocrata”, acompanhado de três capitães do mato, invadiu a residência de uma mulher lavadeira, que aparece anônima, a pretexto de capturar um cativo que afirmavam estar fugido durante anos. Ao encontrá-lo, os capitães do mato atiraram sobre o “infeliz” escravo e, após manietarem-no e espancá-lo “brutal e selvagemente”, conduziram-no pelo bairro Pitanga em direção à fazenda do pretense proprietário. Ali, então, os condutores foram surpreendidos pela atuação de populares. Segundo o relato: “o povo indignado com semelhante cena de canibalismo, desarmando os ‘capitães do mato’ cortara as cordas que arrocavam os pulsos do infeliz, restituindo-o a provisória liberdade” mais adiante afirmou: “o povo cachoeirano já não tolera tão revoltantes atos de ‘barbaria’ e opor-se-á a todos esses e outros atos de violência e ilegalidade”.¹⁴⁶ À oposição dos capturadores seguiram-se instantes de tensão, marcados por apedrejamentos e tiros. O termo “povo” correspondia a pessoas de diferentes condições sociais e profissionais como advogados, professores, charuteiros, médicos, carteiros e mesmo libertos.

Entre tantas matérias veiculadas no jornal sobre as capturas de escravos, essa, que ora tratamos, parece ter despertado maior atenção entre as autoridades locais, talvez por ser o escravo fugido pertencente a um subdelegado do termo. Ainda no mesmo dia do confronto, o delegado em exercício, capitão José Galdes de Aragão, enviou um ofício para o chefe de polícia da Bahia, comunicando-lhe sobre o conflito. De acordo com a correspondência, diversos indivíduos arrancaram o cativo do poder dos condutores, ferindo dois deles, “um na cabeça por uma pedrada e outro na perna por um tiro”.¹⁴⁷ Chegando ao local do episódio, o delegado encontrou apenas os feridos, deixando de proceder ao exame de corpo de delito por ser já

¹⁴⁵ Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 114.

¹⁴⁶ *O Asteróide*, 25 de outubro de 1887, p. 2.

¹⁴⁷ APB, *Delegados (1887-1889)*, maço: 6226.

noite.¹⁴⁸ Dias depois, uma nova correspondência dava conta de que “não foi possível descobrir nenhum dos autores” do atentado realizado contra os capitães do mato que conduziam o escravo fugido, relatando ainda que os ferimentos provocados naqueles homens “foram de pouca importância”.¹⁴⁹

No desfecho da correspondência, o delegado registrou uma informação bastante comum para os últimos dias do escravismo – as fugas escravas. Segundo ele, “há tempos o mesmo escravo, segundo me informaram, foi capturado e tomado no mesmo lugar”.¹⁵⁰ Sendo verdade o que disse o informante, notamos que aquela autoridade policial estava diante de um escravo reincidente na fuga. É bem provável que, ao decidir rumar para Cachoeira, o escravo do subdelegado de Afligidos levasse em consideração as possibilidades de inserção social naquela cidade portuária, avaliando que, uma vez infiltrado entre os cidadãos, seriam maiores as suas possibilidades de viver em liberdade. De qualquer forma, tanto o relato jornalístico quanto a correspondência do delegado revelam que o escravo fugido desfrutou da liberdade durante alguns anos sem ser localizado por seu proprietário.

Passar despercebido entre a multidão foi o que muitos escravos em fuga conseguiram nas cidades. A experiência da fuga causava receios, mas, ao mesmo tempo, gerava expectativas de desfrutar da liberdade.¹⁵¹ O cenário urbano cachoeirano possuía características ideais para livre mobilidade daqueles que transitavam pelas suas estreitas ruas. Na década da abolição, grande contingente negro ocupava as ruas e praças da cidade, causando temor em setores das elites locais, que reclamavam medidas das autoridades para por fim às frequentes “desordens” praticadas por escravos e libertos.¹⁵² Mas, se por um lado esse quadro favorecia o escravo fugido que decidia rumar para ali, por outro nem sempre a estratégia de misturar-se entre os cidadãos tinha sucesso, especialmente nos centros urbanos menores, onde a possibilidade do anonimato era quase nula. Quando ela fracassava, o retorno para o cativo poderia ser mais dramático e doloroso. Talvez fosse esse o caso experimentado por Antonio, estabelecido na

¹⁴⁸ APB, *Chefes de polícia (1854-1887)*, maço: 2980.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ APB, *Delegados (1887-1889)*, maço: 6226.

¹⁵¹ Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade*, p. 214, analisa diversas histórias de escravos que, fugindo de seus senhores, fizeram das cidades um lugar de esconderijo, muito embora tivessem que lidar com a “suspeição generalizada”.

¹⁵² Edmar Ferreira Santos. *O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Salvador, EDUFBA, 2009, p. 21.

freguesia de Cruz das Almas. Segundo a nota, ele era um exímio negociante, destacando-se naquela localidade pelo seu bom procedimento. Certo dia,

apareceu o sr. capitão Pedro Celestino da Rocha ‘dizendo-se senhor’ de Antonio, e bruscamente, ajudado de ‘capitães do mato’ prenderam-no violentamente e levaram o infeliz amarrado em cordas para o engenho do sr. Umbelino, onde dizem mete-lo no tronco.¹⁵³

Mais adiante o jornalista registra que Antonio era filho de africana importada após 1831. O que surpreende na nota é o modo como o suposto fugitivo conseguiu se estabelecer naquela freguesia, “negociando com molhados, comprando e vendendo”, ou seja, articulando-se de forma a ocultar sua condição escrava. Ademais, a história de Antonio poderia ser perfeitamente uma invenção de alguém intencionado em “manchar” a reputação do capitão Pedro Celestino da Rocha, ou mesmo do articulista intencionado em “informar” aos leitores os males da escravidão, gerados na vizinha freguesia de Cruz das Almas. Seja como for, a história de Antonio demonstra muito mais a fragilidade da condição de liberdade dos que um dia viveram a experiência da escravidão.

Embora utilizassem diferentes linguagens na propaganda abolicionista, sem dúvida, uma das estratégias largamente empregadas pelos articulistas foi destacar a participação de populares em situações de confronto envolvendo senhores, capitães do mato e escravos em fuga. Em diferentes notas, o articulista louvou a atitude do “povo”, ao enfrentar os algozes do cativo, encarando a ação popular como uma prestação de “serviço à sociedade” e à pátria. Para isso foi frequente o uso de termos que despertassem o sentimento de “filhos do Paraguaçu”. A participação dos cachoeiranos nos conflitos pela independência da Bahia, em 1823,¹⁵⁴ era intencionalmente lembrada, visando, à semelhança daquele evento, o comprometimento do “povo” nas batalhas pela abolição do escravismo como se observa num artigo veiculado em 4 de novembro de 1887.

O Brasil esta terra de valor cuja relva o tapete da Santa Cruz não pode possuir escravos, porque a existência desta instituição bárbara é o degredo de nossa honra, é o assassinato de nosso patriotismo.

¹⁵³ *O Asteróide*, 28 de dezembro de 1887, p. 2. Esse mesmo episódio foi noticiado no jornal *O Americano* que circulou em 1 de janeiro de 1888.

¹⁵⁴ Ver João José Reis e Eduardo Silva. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, especialmente o 5º capítulo.

Cachoeiranos! Tu que não temestes ao jugo lusitano, tu que no furor inexpugnável do patriotismo subjugastes a tirania e erguestes o “auri verde” pendão da liberdade, não deixarás por certo de ouvir o grito do cativo.

Povo brioso, não há direito na escravidão senão o da liberdade ou morte, os escravos são livres como nós (...).¹⁵⁵

Em 29 de novembro de 1887, uma nota intitulada “Novo ultraje aos brios cachoeiranos” trazia informações sobre uma tentativa de captura realizada por capitães do mato, na rua da feira. Segundo o relato, certo indivíduo,

pretendia prender ilegalmente a um crioulo, que dizia ser seu escravo, *o povo*, em virtude de lastimável estado em que se achava o infeliz, devido a castigos imoderados, opôs-se fortemente a que fosse realizado este ultraje à Cachoeira (...)

O infeliz cativo, que ia ser novamente ‘surrado’ foi solto pelo *brioso povo*, que pôde assim prestar um serviço à sociedade, livrando-a de encarar, talvez, mais um assassinato.¹⁵⁶ (grifos nossos).

Dias depois, a primeira página do jornal voltou a ser ocupada com uma matéria onde registrava o confronto ocorrido perto da redação do jornal. O relato informava que um ex-senhor, acompanhado de três capitães do mato, desejou “reduzir ao cativo” a um liberto pela “lei Saraiva”. Então, o “povo” entrou novamente em cena:

(...) o povo cachoeirano, porém sempre *nobre e altivo*, não consente que a Cachoeira seja jaula de infelizes brasileiros, que buscam a sua liberdade, e possuído de justo patriotismo, não consentiu que mais uma vez aos seus olhos, em pleno dia se realize este atentado próprio dos tempos bárbaros, por cuja razão grande número de cidadãos se opôs formalmente perante os capitães do mato e de um soldado Firmino, que também os auxiliava e conseguiram arrancar-lhes a sua vítima (...)¹⁵⁷ (grifos nossos).

Eliminado-se os possíveis exageros contidos nas matérias, percebemos que a participação de populares contra as capturas e maus tratos de escravos foi relativamente comum entre os cachoeiranos. As ações dos escravistas, apoiadas nos capitães do mato, eram retratadas como forma de demonstrá-los como promovedores de desordens. Os conflitos ocorridos nas ruas ganhavam destaque nas páginas do periódico desde outubro de 1887 e ao longo dos meses de

¹⁵⁵ *O Asteróide*, 4 de novembro de 1887, pp. 1 e 2.

¹⁵⁶ *O Asteróide*, 29 de novembro de 1887, p. 1.

¹⁵⁷ *O Asteróide*, 27 de janeiro de 1888, p. 1.

novembro e dezembro. Entre os envolvidos nos episódios de confronto urbano, provavelmente, estavam pessoas livres, libertas e/ou escravas. Ao longo da década de 1880 o escravismo sofreu crescente ataque por parte da sociedade brasileira, numa evidente demonstração de desgaste.

Ao denunciar maus tratos contra os escravos, *O Asteróide* pretendia por em xeque as relações escravistas como um todo. Embora os castigos físicos tivessem sido proibidos em 1886, o desejo dos proprietários de reaver os cativos fugidos não era considerado um crime. Porém, nas páginas desse jornal, a forma “violenta” como os senhores procuravam manter seus escravos assumiria uma conotação de criminalidade. A ideia era mostrar e convencer os leitores de que o escravismo era um mal contra a religião e contra a humanidade, portanto, deveria ser rejeitado pela sociedade.

À medida que dava publicidade ao modo “injusto” como os senhores tratavam seus cativos, o jornal denunciava práticas e abusos contra os escravizados. Possivelmente, muitos senhores da região alimentaram um grande repúdio pelos abolicionistas quando viam seus nomes estampados nas páginas da imprensa local. Entretanto, ao proceder dessa forma o jornal buscava atingir um de seus objetivos políticos que era o da *propaganda*. Era preciso “pintar” um quadro desprezível da escravidão de modo a suscitar grande indignação social e, conseqüentemente, conquistar o maior número possível de pessoas para a causa abolicionista. Assim, a imprensa desempenharia um papel essencial no desgaste da debilitada escravidão e da moral de diversos senhores locais.

Buscando a gratidão dos libertos

Aproximava-se o natal de 1887. Seria uma ocasião ideal para tornar público o sentimento humanitário que a data requeria. Então, o tenente-coronel Antônio Olympio Mascarenhas, residente da vila do Orobó, comarca de Camisão, resolveu derramar tinta no papel e redigir as cartas de alforria dos escravos Gabriel, Anselmo, Francisco, Thomas, João e Pedro. Justificando esse ato, o coronel declarou estar “convencido do direito que tem o homem à liberdade (...)” E acrescentou: “concedendo-lhes mais em cada ano sessenta dias úteis para empregarem em seu favor, prática esta por mim adotada desde 1870”. Porém, os ex-cativos ainda

esperariam algum tempo para celebrar a efetiva emancipação, pois a alforria estava subordinada a uma cláusula de prestação de serviços até dezembro de 1889.¹⁵⁸

A “conversão” do coronel Mascarenhas ao abolicionismo refletia uma realidade bastante comum naquele momento, quando diversos proprietários concederam, gratuitamente, liberdade aos cativos na tentativa de mantê-los sob controle. A carta endereçada a Pamponet, redator-chefe de *O Asteróide* e primo do coronel, era uma peça importante de propaganda, pois apontava um possível caminho para o trabalho livre. Os diversos elogios diante daquele “louvável ato” do coronel parecem suprimir a dura realidade do cativo. Isso fica mais evidente na abertura da nota quando o jornalista refere-se ao coronel como “nosso amigo e muito distinto abolicionista”.

Embora se posicionasse, em certos momentos, de forma bastante agressiva, desde setembro de 1887 *O Asteróide* noticiava as libertações como dádiva dos senhores a cativos que deveriam figurar como sujeitos agradecidos. Com grande frequência, apareceu no jornal a expressão “espírito humanitário”, numa referência aos “nobres” e “generosos” sentimentos de senhores e senhoras. Isso revela o projeto de abolição defendido pelo periódico, que perpassava pelo controle dos “bons senhores cachoeiranos”. As libertações eram noticiadas com entusiasmo, tornando-se frequentes durante os meses de março e abril, dando mostras do avanço da propaganda abolicionista, das ações escravas e das notícias que chegavam do Rio de Janeiro de que o projeto de libertação estava em curso na Câmara.

As libertações veiculadas no jornal foram basicamente de dois tipos: incondicionais ou gratuitas e condicionais.¹⁵⁹ No primeiro tipo, o proprietário “concedia” a carta de liberdade ao cativo, ressaltando o bom comportamento como requisito indispensável para aquela ação. Dentre muitos, foi o caso noticiado em 7 de fevereiro de 1888. O tenente-coronel Manoel Pires Pedreira, residente na freguesia de Santo Estavam do Jacuípe, alforriou “gratuitamente e sem ônus algum”

¹⁵⁸ *O Asteróide*, 28 de dezembro de 1887, p. 1.

¹⁵⁹ Robson Luís Machado Martins. “Atos dignos de louvor”: imprensa, alforrias e abolição no sul do Espírito Santo, 1885-1888”. *Afro - Ásia*, 27 (2002), p. 197, apresenta um outro tipo de alforria encontrada na imprensa capixaba: as alforrias com a participação de terceiros. Escravos, livres e libertos que “concorriam com quantias para a compra da liberdade de um escravo”. Para uma análise sobre as alforrias no alto sertão da Bahia, ver Maria de Fátima Novaes Pires. “Cartas de alforria: ‘para não ter o desgosto de ficar em cativo’”. *Revista Brasileira de História*. Dez 2006, vol. 26, nº. 52, p. 141-174. Essa autora identifica a “autocompra” da liberdade por escravos mediante o pagamento em espécie ou mesmo através de criações. E conclui: “diante das condições econômicas mais modestas dos senhores do sertão, as formas de pagamento das cartas revelam que parte deles se valia de pertences muito simples de seus escravos”, p. 158.

o escravo de nome Florentino, “pelos bons serviços que lhe prestara o mesmo escravo”. No entanto, notamos que Florentino não estava mais disposto a oferecer “bons serviços” ao capitão Manoel. Dizemos isto pelo fato de o articulista ter registrado que a carta de liberdade havia sido remetida ao abolicionista Pamponet, a fim de este entregar ao escravo que se encontrava residindo em sua casa, em São Félix, ou seja, era um escravo fugido.¹⁶⁰

No segundo tipo de alforria, o proprietário libertava seu escravo, ficando este obrigado a prestar-lhe serviços por tempo previamente estabelecido. Em geral, eram determinados dois, três ou quatro anos para que o cativo pudesse desfrutar da efetiva liberdade. Essa realidade foi vivenciada pelos escravos Thomaz, João, Benedita e Joaquim, pertencentes ao senhor José Antonio de Souza, lavrador residente no termo de Amargosa. Eles receberam suas cartas de liberdade, mas ficaram submetidos à prestação de dois anos de trabalho.¹⁶¹ É interessante que, neste caso, como no apresentado logo acima, os escravos estavam na povoação de São Félix e, segundo o articulista, sob a proteção do abolicionista Pamponet. Ainda segundo o registro, os cativos “seguiram [...] muito satisfeitos a cumprirem a condição a que se sujeitaram”. Se de um lado notamos a estratégia do senhor José em libertar seus cativos e assim fazê-los retornar aos locais de trabalho, por outro percebemos que para os redatores do jornal a liberdade condicional era importante, pois preservava a autoridade senhorial.

Inicialmente, o periódico dava publicidade às libertações sem tomar partido pelas formas condicional ou incondicional. Era a ação senhorial em “conceder” a liberdade para o cativo que ganhava destaque na folha, independente do modo como ela se manifestava. No entanto, às vésperas do fim do trabalho escravo, em abril de 1888, os redatores passaram a defender a liberdade incondicional. A linguagem utilizada pelo jornal visava promover e/ou despertar os leitores para as libertações “concedidas” pelos senhores. Por conseguinte, a imprensa abolicionista não poupou elogios, sobretudo em relação às alforrias gratuitas, crescentes a partir da década de 1880.¹⁶² Nesse momento, o ato da libertação parece assumir um novo caráter. Ou seja, era necessário garantir a continuidade do paternalismo senhorial,

¹⁶⁰ *O Asteróide*, 7 de fevereiro de 1888, p. 1.

¹⁶¹ *O Asteróide*, 23 de março de 1888, p. 2.

¹⁶² Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982, p. 461.

atentando para a lógica de “ceder um pouco para não perder tudo”.¹⁶³ Era preferível reconhecer a abolição como um fato quase consumado, uma vez que a escravidão mostrava-se inviável, mantendo os antigos escravos nos locais de trabalho do que perdê-los para sempre devido às fugas.

Desde o primeiro exemplar, o periódico registrou as frequentes liberdades que aconteciam em toda a província da Bahia, bem como em outras partes do país. Para os redatores, a “concessão” da alforria deveria ser realizada por todos os senhores de escravos da região, sob pena de enfrentarem o esvaziamento das fazendas com as fugas escravas e a ação governamental na implementação de leis que acelerassem a abolição. Em todos os casos, as libertações eram noticiadas com o explícito interesse de apontá-las como exemplo para os proprietários da região. Assim, frequentemente, se publicavam os caminhos tomados pela campanha abolicionista na Província de São Paulo, destacando as libertações escravas e os novos contratos de trabalho firmados pelos paulistas com os ex-escravos.

Hebe Mattos notou que, à semelhança dos jornalistas ligados ao *O Asteróide*, diversas folhas noticiosas do Rio de Janeiro e Minas Gerais empenharam-se em difundir as liberdades que ocorriam no município paulista, ressaltando a “generosidade dos senhores” como motivação desse ato. Na realidade, as frequentes fugas escravas que ocorriam na província de São Paulo, em 1887, argumenta a autora, eram registradas na imprensa fluminense no sentido de orientar os senhores a anteciparem-se aos cativos e tentar preservar a “autoridade moral e a organização do trabalho, como faziam os proprietários paulistas”.¹⁶⁴ Ou seja, as libertações aparecem nesse momento como uma estratégia senhorial para a abolição do trabalho servil, mantendo de laços de dependência dos ex-escravos.

O discurso do periódico cachoeirano em relação às libertações que aconteciam no sudeste brasileiro tornou-se constante à medida que avançou o ano de 1888. Muitos dos argumentos utilizados pelos articulistas visavam o convencimento dos proprietários de que a escravidão era contrária à civilização. Os senhores paulistas eram apresentados como “progressistas” na medida em que “abrem mão a favor de seus escravizados, concedendo-lhes a liberdade em massa, ao mesmo tempo proporcionando os meios necessários a fim de os habilitarem a ser cidadãos úteis à

¹⁶³ Idem, p. 442.

¹⁶⁴ Hebe Maria Mattos de Castro. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 219.

pátria”.¹⁶⁵ Assim sendo, os senhores do sudeste deveriam servir de espelho para os baianos resistentes à abolição.

Esse modo de pensar se relaciona a uma missão que os próprios redatores queriam imprimir no jornal, um veículo de educação e de civilização. Os senhores cachoeiranos precisavam civilizar-se, isso mirando-se no exemplo paulista, tomados como exemplos de modernidade. A referência ao fato dos fazendeiros habilitarem os ex-escravos para serem “cidadãos úteis à pátria”, denota que era preciso conduzir de forma “civilizada” o processo de passagem para o trabalho livre. Por isso que, mesmo quando os discursos eram no sentido de apoiar as fugas, exigia-se dos escravos cautela e prudência. Sendo assim, mais do que civilizar as elites locais, a constatação de que a luta antiescravista arriscava ameaçar a ordem.

As libertações aparecem, nesse momento, como um caminho pelo qual os senhores poderiam manter a obediência dos ex-escravos mediante a ideia de gratidão e a adoção de contratos de trabalho. Afinal, o que estava em jogo era a estabilidade da produção agrícola local, ameaçada com a agitação social no campo e na cidade. Em matéria veiculada no dia 6 de abril de 1888, dias antes da abolição, foi noticiada a libertação de 300 escravos pertencentes a três grandes lavradores da região, sendo contratados como trabalhadores livres. De acordo com o autor da nota, essa ação era um excelente meio de promover “a paz e a segurança que deve existir nos centros agrícolas”.¹⁶⁶ Em seguida, caberia a eles, os abolicionistas, o papel de mediar os conflitos entre senhores e escravos, contribuindo para que os trabalhos nas propriedades não sofressem a temida desorganização.

Os anúncios de liberdades indicam que parte dos abolicionistas ligados à gazeta entendia que a alforria gratuita era o caminho mais viável para estabelecer contratos de trabalho com os libertos. Era uma forma de prendê-los às propriedades pela “dívida de gratidão”. Portanto, uma solução paternalista para evitar fugas e a desorganização dos trabalhos nas fazendas. Dito de outra forma, eles defendiam a permanência dos libertos nos antigos locais de trabalho como requisito indispensável ao sossego das fazendas. Essa asserção fica explicitada no exemplar publicado em 6 de dezembro de 1887, quando, depois de exaltar a atitude do capitão Afonso Pedreira de Cerqueira em libertar os escravos Moisés, Damásio, Antonio e Manuel, com a obrigação de prestar-lhe serviços por dois anos, o

¹⁶⁵ *O Asteróide*, 4 de janeiro de 1888, p. 1.

¹⁶⁶ *O Asteróide*, 6 de abril de 1888, p. 1.

articulista enfatizava: “Estes homens que acabam de sob uma condição gozarem de sua liberdade não poderão jamais odiar ao seu benfeitor porque além dos dias santificados trabalharão para si nas segundas e terças-feiras”.¹⁶⁷

O procedimento dos libertos no gozo de sua liberdade deveria reproduzir o reconhecimento da “benevolente” atitude do capitão Cerqueira. “Nós garantimos ao capitão Afonso”, continuou o articulista, “que estes homens não se entregarão senão ao trabalho, porque eles hoje têm a opção, tem o interesse e, portanto, o lucro de seu trabalho”. Era preciso tranquilizar aquele proprietário, e mostrar aos demais que a libertação naqueles termos representaria um tempo de progresso e maiores esperanças para os lavradores. Ao liberto restava “jamais odiar” seu antigo senhor, pois, além da alforria, teriam direito de trabalhar “para si” conforme o sentimento “humanitário” do ex-senhor. Assim, o jornal participava da ideia de que fidelidade ao ex-senhor e “bons serviços” eram atributos necessários para se alcançar a *dádiva* da liberdade.¹⁶⁸ Em outra referência sobre as libertações escravas, o articulista afirmava: “só pedimos gratidão [ao liberto] com o vosso benfeitor e procurai seguir sempre as pegadas do homem de bem, obedecendo à lei e amando ao trabalho”.¹⁶⁹ Gratidão, obediência e trabalho eram apontados como fundamentais para a vida em liberdade.

No entanto, as diferentes notícias sobre as libertações registradas em *O Asteróide* sugerem muito mais que “princípios humanitários”. O jornal pretendia apontar um caminho viável à tensão crescente produzida pelas fugas. Esse comportamento evidencia o projeto abolicionista moderado dos militantes do jornal, moralista e aparentemente humanitário, do seu papel mediador, visando a manutenção da ordem através do trabalho, legitimado por leis, para controle da perigosa vadiagem e para assegurar harmonia às “novas” relações de trabalho. Ao mesmo tempo, revela o procedimento de alguns proprietários locais que buscavam resguardar sua autoridade ante a crescente tensão e expectativas dos cativos. Portanto, não se tratava apenas da pretensa contribuição à nobre causa da emancipação escrava, como queria fazer acreditar o jornal.

¹⁶⁷ *O Asteróide*, 6 de dezembro de 1887, p. 2.

¹⁶⁸ AFSF. *Livro de compra e venda*. Sem código. Neste documento notamos que a justificativa dos “bons serviços” para a libertação dos escravos foi bastante comum entre proprietários da freguesia de Cruz das Almas, durante os primeiros anos da década de 1870 e 1880.

¹⁶⁹ *O Asteróide*, 10 de fevereiro de 1888, p. 2.

Os motivos e as ocasiões para a “concessão” de alforrias foram os mais diversos. Aniversários, casamentos, batizados, nascimentos e falecimentos eram momentos propícios para a entrega de cartas de liberdade. Nos derradeiros dias do escravismo, os senhores utilizaram-se largamente dessa estratégia numa demonstração de que ainda possuíam domínio sobre seus cativos. Em 17 de outubro de 1887, o Sr. Perminio José da Costa e esposa, por ocasião do batizado de sua filha, libertaram a escrava Heliodora.¹⁷⁰ No dia 11 de fevereiro de 1888, D. Francisca Carolina Espínola de Andrade, residente em Curralinho, libertou, “sem ônus algum”, em felicitação pelo casamento de seu filho Cincinato Espínola de Andrade, sua escrava de nome Camila.¹⁷¹ O Sr. Francisco Muniz Barreto de Aragão, proprietário do Engenho Vitória, libertou “grande número de seus escravos”, em abril de 1888, em comemoração ao aniversário de sua esposa.¹⁷²

Segundo o escrivão de paz de São Félix, Alberto José Pinto, em carta enviada ao redator de *O Asteróide* e publicada no exemplar de 3 de abril de 1888, diversos senhores daquela freguesia haviam libertado alguns escravos, “gratuitamente”, durante as celebrações da Paixão de Cristo. Entre os proprietários estava o capitão Fernandes Vicente de Oliveira e D. Maria Laranjeira Dantas.¹⁷³ Em determinada altura do texto o escrivão fez questão de registrar que a decisão daqueles senhores teria sido de “espontânea vontade”. Não desprezamos a sinceridade do ato praticado por aqueles senhores sanfelistas, contudo, muitas libertações que aconteceram às vésperas da abolição foram o resultado da pressão social. Assim, era mais interessante demonstrar espontaneidade no momento da libertação do que reconhecer que não havia mais outra alternativa que não a concessão da alforria.

A entrega das alforrias, noticiadas no jornal quase sempre, era marcada por atos solenes em que se reafirmava a autoridade senhorial. Oradores eloquentes, público em êxtase, senhores “convertidos”, sinhás em lágrimas e cativos submissos faziam parte do cenário que retratava o “aboliconismo de última hora” de diversos proprietários no Recôncavo baiano. Essa foi a versão construída por *O Asteróide*, veiculado em 18 de abril de 1888, quando registrou a “festa da liberdade” ocorrida na freguesia de Cruz das Almas. Meses antes, porém, um abolicionista que preferiu ficar no anonimato dirigiu um apelo ao comendador Temístocles da Rocha Passos.

¹⁷⁰ *O Asteróide*, 21 de outubro de 1887, p. 3.

¹⁷¹ *O Asteróide*, 16 de março de 1888, p. 2.

¹⁷² *O Asteróide*, 11 de abril de 1888, p. 1.

¹⁷³ *O Asteróide*, 3 de abril de 1888, p. 2.

Utilizando-se de um discurso que visava comover esse senhor, solicitava a libertação de todos os seus escravos.¹⁷⁴ Entre outras coisas, a intenção do autor do apelo, que assinou como “um crente”, era fazer com que o comendador desse o “primeiro passo” que seria acompanhado por outros escravistas locais.

Possivelmente, o “crente” estivesse levando em conta a influência política do comendador na província. E ele não estaria de todo errado. A família Rocha Passos era grande possuidora de terras e escravos na região. Durante os anos de 1881 e 1882, Temístocles Passos esteve à frente da presidência da câmara de vereadores em Cachoeira.¹⁷⁵ Em 1888, o comendador ocupou o cargo de deputado provincial, além de atuar como Juiz de Paz, na freguesia de Cruz das Almas.¹⁷⁶ Além dele, seu irmão Amâncio da Rocha Passos também ocupou cargos políticos importantes na localidade. Durante o ano de 1888, atuou como vice-presidente na câmara de vereadores e segundo suplente de Juiz de Paz da freguesia de São Félix.¹⁷⁷

Um fato curioso apresentado pela documentação foi o envolvimento do comendador Temístocles Passos em instituições abolicionistas. Na ata de instalação da *Sociedade Libertadora Cachoeira*, um dos sócios presentes no cerimonial “declarou que o comandante Temístocles da Rocha Passos, deputado federal por este distrito, lhe autorizou a fazer ciente a Sociedade que entrava como sócio para ela e oferecia de sua jóia a quantia de 200\$000 [duzentos mil réis]”.¹⁷⁸ Essa determinação do comendador não significa que ele era um convicto abolicionista. Na verdade, representou muito mais uma atitude de cortesia e habilidade do comendador, uma vez que atuando como político sua intenção era conquistar a simpatia de todos os segmentos da sociedade local.

A destacada posição do comendador Temístocles Passos explica a publicidade conferida pelo jornal às libertações “concedidas” por ele. Quatro dias antes da “festa da liberdade”, o periódico noticiava: “Comunica-nos sr. coronel Temístocles que no próximo domingo libertará também todos os seus escravizados em número de 46”.¹⁷⁹ Dias depois, numa quarta-feira de abril, o jornal tornava pública a “esplendida festa da liberdade” ocorrida em Cruz das Almas. As palavras utilizadas pelo articulista, ao

¹⁷⁴ *O Asteróide*, 20 de janeiro de 1888, p. 2.

¹⁷⁵ Pedro Celestino da Silva. “A Cachoeira e seu município”. In. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 64, 1938.

¹⁷⁶ BPEB, *Almanach da Comarca de Cachoeira, 1889*. Catálogo de revistas raras. Setor de periódicos raros, p. 97.

¹⁷⁷ *Idem*, p. 66.

¹⁷⁸ APB, *Atas da Sociedade Abolicionista Libertadora (Cachoeira) (1884-1887)*, maço: 2878.

¹⁷⁹ *O Asteróide*, 11 de abril de 1888, p. 1.

narrar o evento, procuravam destacar os “virtuosos sentimentos” do comendador ao adotar aquela medida, ao tempo em que buscavam convencer os proprietários ainda resistentes a seguirem o mesmo exemplo. A descrição da cerimônia nos oferece uma compreensão de como muitos senhores realizaram essas libertações de última hora. Vejamos a seguir alguns trechos da matéria.

(...) o sr. Temístocles da Rocha Passos, em frases repassadas de sentimento, proferiu um discurso tocante, nem só declarando que de modo próprio e por livre espontaneidade alforriava todos os escravos que possuía em número de 54 e que estavam todos presentes, declarando que fizera com eles contrato de serviços, (...) e agradecendo a seus libertando a boa vontade com que sempre o serviram, *esperava que continuassem a ser seus amigos.*

(...) ao entregar as cartas de liberdade aos seus ex-escravizados tanto chorava o escravo, como o coronel Temístocles e sua senhora, dando lugar a que diversos assistentes também derramassem lágrimas.

(...) o coronel Temístocles ofereceu um lauto jantar a seus escravizados, no qual houve muitos brindes, notando-se três dos libertos, que pronunciaram frases de gratidão ao seu benfeitor, *prometendo em nome de seus companheiros nunca abandonar aquela casa.*¹⁸⁰ (Grifos nosso).

A solenidade de entrega das alforrias foi cuidadosamente planejada, uma missa, depois o jantar. Aquele ato foi testemunhado por diversas pessoas da região. O articulista noticiou que estavam presentes naquela cerimônia tanto “pessoas gradas” da sociedade, numa referência aos homens e mulheres de elite, como “muito povo”, provavelmente numa alusão a libertos e livres. A imprensa da capital baiana também ocupou suas páginas com notícias daquela festa, dando relevo às declarações de lealdade dos libertos aos seus antigos senhores.¹⁸¹

A descrição daquele episódio, estampada nas páginas de *O Asteróide*, revela muito mais que um gesto “bondoso” do comendador Temístocles Passos. Na realidade, a atitude do cruzalmense estava em sintonia com o que acontecia em outras localidades do país. Nos instantes finais da década de 1880, muitos senhores promoveram libertações em massa na tentativa de minimizar o impacto político que poderia resultar uma possível abolição da escravatura que se discutia no parlamento e que se reivindicava nas ruas. O comendador Temístocles Passos, certamente,

¹⁸⁰ *O Asteróide*, 18 de abril de 1888, p. 1.

¹⁸¹ Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, p. 116.

conhecia de perto a discussão que se travava no parlamento sobre a “solução do elemento servil” e sabia que o fim da escravidão se avizinhava.

A declaração “esperava que continuassem a ser seus amigos” é bastante sintomática para o momento histórico em questão. O esvaziamento das fazendas era o grande temor que perturbava os proprietários de escravos brasileiros na iminência da abolição. A preocupação com a permanência dos trabalhadores nas propriedades para tocar os serviços nos campos e nas cidades estava presente nos discursos de diversos senhores e também de parte dos abolicionistas locais. Para o comendador Temístocles Passos, e para muitos senhores locais não se tratava mais de defender a escravidão, mas de salvar pelo menos a autoridade senhorial mediante novos contratos de trabalho.

Embora o articulista tenha destacado o sentimento de gratidão dos libertos pela ação do comendador, o historiador pode inferir outros sentidos daqueles atos. Para os ex-cativos, a liberdade possuía significados que necessariamente não se traduziam em abandonar a propriedade onde haviam trabalhado durante gerações.¹⁸² O comportamento aparentemente submisso dos libertos pode ser interpretado como uma estratégia para ampliar espaços de autonomia e sobrevivência, principalmente numa questão elementar como o acesso a terra, com suas roças, plantações e criações.¹⁸³ Mas o comendador sabia que apenas a dívida de gratidão não era suficiente para mantê-los nas propriedades.

A marcha dos acontecimentos mostrava para os senhores baianos que a abolição não tardaria a acontecer. Os debates sobre o fim da escravidão cresciam de forma que em março e abril de 1888 os redatores de *O Asteróide* promoveram conferências com o objetivo de estabelecer prazos para libertar Cachoeira e São Félix da “nefanda instituição”. As alforrias noticiadas no periódico revelam que parte dos proprietários buscava se antecipar à possível abolição e mesmo às fugas escravas. Ao libertarem seus cativos de forma condicional, os senhores pretendiam mostrar domínio sobre a conversão dos escravos em livres, evidenciando ainda o

¹⁸² Sobre essa questão, ver Eric Foner. “O significado da liberdade”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 8, n° 16, 1988. Ver também Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade que discute esse episódio na perspectiva dos libertos, especialmente no 7º capítulo.*

¹⁸³ Segundo Eric Foner. “O significado da liberdade”, pp. 24-25, a questão da posse da terra esteve no centro do debate dos libertos no pós-abolição, sul dos Estados Unidos. “Para alguns negros, a distribuição da terra parecia uma conseqüência lógica da emancipação”. Os libertos entendiam que por terem trabalhado durante tempos nas propriedades de seus ex-senhores, eles deveriam ter, por direito, parte das terras.

projeto de abolição que considerava mais viável naquele momento. Ou seja, era preciso mostrar que o controle do processo de emancipação estava em suas mãos.

A imprensa abolicionista noticiava as libertações de maneira eufórica, destacando os “nobres sentimentos” dos senhores como princípio fundamental na redação da carta de alforria. Porém, a leitura do jornal revela uma ambiguidade na sua postura diante da escravidão. Se em alguns momentos os proprietários eram duramente atacados no discurso impresso quando se recusavam a aderir o movimento de libertação que naqueles dias fazia muitos simpatizantes, em outros momentos eles eram intensamente enaltecidos como pessoas distintas e “humanitárias”, quando “ouviam o clamor” dos abolicionistas. Desse modo, os discursos dos redatores variavam a depender da forma como os senhores se posicionavam em relação à “solução do elemento servil”.

CAPÍTULO III

AGITANDO A CIDADE: CONFLITOS E TENSÕES ÀS VÉSPERAS DA ABOLIÇÃO

Durante a década de 1880, o sentimento antiescravista encontrou ampla adesão dos setores médios urbanos e das camadas populares brasileiras. Fatores diversos, como a legislação emancipacionista, a luta dos escravos pela liberdade, a pressão internacional, entre outros, contribuíram para solapar as bases do escravismo no Brasil. Nesse momento, ampliaram-se as perspectivas de liberdade para o cativo, uma vez que se podia contar com maior apoio populacional. Este poderia vir tanto por meio da legalidade – através das ações de liberdade, contando com a ajuda de advogados e juristas simpatizantes do abolicionismo – quanto mediante a colaboração de populares que se engajaram no movimento antiescravista.

Naquela década, houve um crescimento no número de escravos que conquistaram a liberdade mediante a compra de alforrias, das fugas ou através de ações de liberdade, movidas na arena judicial.¹⁸⁴ No entanto, embora as libertações tenham se tornado frequentes, nem todos eram partidários da emancipação escrava. No Recôncavo baiano, onde havia grande concentração de mão-de-obra escrava,¹⁸⁵ a lavoura açucareira mostrou-se mais resistente à abolição, gerando conflitos acirrados num momento em que grande parte da opinião pública havia aderido a propaganda abolicionista.¹⁸⁶

A imprensa abolicionista cachoeirana envolveu-se diretamente em conflitos com senhores de engenho e/ou seus representantes. O periódico *O Asteróide*, ao propagandear o movimento abolicionista que avançava pelo país e no território baiano, e denunciar os horrores da escravidão, sofreu perseguição daqueles que lucravam com a escravidão. Embora os senhores de escravos fossem duramente atacados em seus discursos, as autoridades policiais, em diversos momentos, foram o principal alvo da investida dos articulistas. As críticas impressas no periódico

¹⁸⁴ Ricardo Tadeu Caires Silva. “Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade, Bahia, século XIX”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 2000.

¹⁸⁵ Bart Jude Barickman. *Um contraponto baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003, p. 39.

¹⁸⁶ Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 36.

inflamaram os ânimos, sobretudo do delegado da cidade – capitão Joaquim Ignácio Albernaz.

Rasgar exemplares da folha noticiosa, realizar espancamentos e prisões de abolicionistas foram algumas das acusações que recaíram sobre o capitão Albernaz. Desse modo, as agitações de rua revelaram-se sintomáticas de um momento de mudanças de pensamento e elaboração de projetos de futuro. A seguir, buscaremos analisar como a imprensa abolicionista, particularmente *O Asteróide*, noticiou os confrontos envolvendo abolicionistas, senhores de escravos e autoridades policiais. Assim, este capítulo enfoca as tensões sociais geradas pelo movimento antiescravista e busca mostrar o posicionamento de *O Asteróide* nesse contexto.

Histórias de um abolicionista

Nas palavras de um articulista de *O Asteróide*, Cesário Ribeiro Mendes figurava como um “abolicionista intransigente”.¹⁸⁷ Como consta no processo movido contra ele em abril de 1887 pelo senhor de escravos Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão, proprietário do Engenho Novo, na freguesia de Santiago do Iguape, Cesário Mendes era natural de Cachoeira, com quarenta e dois anos de idade e solteiro.¹⁸⁸ Não por acaso, seu nome aparece com grande frequência na documentação da época. É que sobre ele pesava o “crime” de agitar a população escrava e promover diversos acoitamentos na região, o que gerava insatisfações em senhores locais que viam nele uma constante ameaça diante de suas “propriedades” humanas.

Embora estivesse articulado na campanha antiescravista, participando da instituição de clubes e sociedades de inspiração abolicionista, do agenciamento de escravos no judiciário e até mesmo envolvendo-se em conflitos com senhores de escravos e comerciantes da região, o nome do abolicionista Cesário Mendes aparece esparsamente nas páginas de *O Asteróide*. É razoável supor que o abolicionista não fazia parte da equipe de redatores do periódico. Desse modo, para a narrativa seguinte analisaremos as notas do referido jornal onde aparece o nome de Cesário Mendes, procurando dialogar com outros documentos, a fim de refletir

¹⁸⁷ *O Asteróide*, 11 de outubro de 1887, p. 1.

¹⁸⁸ APB, *Processos-crime*, 19/669/15 (1887), fl. 108. O historiador Walter Fraga Filho utilizou-se desta fonte quando refletiu sobre os confrontos envolvendo senhores de engenho e abolicionistas do Recôncavo baiano, ver Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, p. 110.

sobre o envolvimento/participação desse abolicionista na desestruturação do escravismo na região de Cachoeira.¹⁸⁹

A mais remota referência sobre o envolvimento de Cesário Mendes no movimento antiescravista remete-nos ao ano de 1881, quando, em anúncio publicado nas páginas do periódico *A Ordem*, o abolicionista oferecia serviços a causa, na forma de assistência jurídica.

O solicitador Cesário Ribeiro Mendes se encarrega de questões de liberdades, por acordo ou arbitramento, e também pelo fundo de emancipação, podendo ser procurado das 9 horas da manhã às 3 da tarde em seu escritório, à Rua da Praça da Regeneração, casa nº. 31. Muita brevidade e agência diminuta.¹⁹⁰

O abolicionista procurava, em diferentes instâncias, assistir juridicamente os escravos interessados em tratar sobre “questões de liberdade”, seja através do fundo de emancipação, por arbitramento de valor ou negociando com senhores. Uma vez atuando como intermediário nas relações escravistas, Cesário Mendes acabou despertando antipatia em senhores locais, que se mobilizaram no sentido de barrar suas ações. Chama-nos atenção a existência de um escritório, numa localidade de forte tradição escravista, estabelecido com o intuito de agenciar escravos e, por conseguinte, interferir em relações de foro privado, revelando que as brechas do escravismo mostravam-se cada vez maiores para os escravos, e ampliando os espaços de luta na busca da conquista da liberdade.

Segundo matéria publicada na imprensa, a escrava Maria, parda, pertencente a Cândida Pereira Mesquita, moradora da freguesia de Conceição da Praia, na capital baiana, foi uma das muitas escravas que teve sua liberdade agenciada por Cesário Mendes. A parda Maria desembolsou a quantia de 300\$000 [trezentos mil réis] para conseguir sua carta de alforria, que lhe foi entregue após uma missa celebrada na igreja matriz da referida freguesia.¹⁹¹ Além deste caso, a escrava Joana, parda, pertencente a Clementino Ferreira Coelho, residente na freguesia de Muritiba, contou igualmente com o abolicionista para lutar na justiça pela sua liberdade. Em

¹⁸⁹ APB, *Atas da Sociedade Abolicionista Libertadora (Cachoeira) (1884-1887)*, maço: 2878. Cesário Mendes fazia parte da comissão responsável pela criação da *Sociedade Libertadora Cachoeirana* que entrou em atividade no dia 1º de maio de 1884. Ver também APB, *Escravos*, maço: 2897. Em 24 de maio de 1887 foi criado o *Clube Carigé*, onde Cesário Mendes aparece como um dos principais fundadores.

¹⁹⁰ *A Ordem*, 1 de julho de 1881, p. 4.

¹⁹¹ *O Guarany*, 4 de novembro de 1884, p. 2.

dias de 1884, Joana pediu arbitramento para sua liberdade perante o Juiz Municipal da Comarca de Cachoeira, depositando no cofre público a quantia de 300\$000 [trezentos mil réis]. Cesário Mendes foi nomeado para curador e depositário da escrava.¹⁹²

Entretanto, o abolicionista não recorreu apenas às vias institucionais em sua campanha antiescravista. Acusações de que ele se utilizava de “meios artificiosos”, numa linguagem senhorial, para tratar de questões de liberdade, foram comuns entre proprietários atemorizados. As perseguições tornaram-se crescentes, notadamente no ano de 1887. No primeiro número de *O Asteróide*, o nome de Cesário Mendes aparece ligado à perseguição policial em Cachoeira. Na parte destinada aos noticiários, o articulista transcreveu, sob o título “Abusos policiais”, parte de um ofício dirigido ao chefe de polícia pelo presidente da Província, onde este reprovava a atuação policial ao efetuar prisões fora do flagrante delito. Para o Presidente,

a causa principal da resistência, tumultos e graves conflitos que, especialmente no interior do país, produzem a perturbação da ordem e da segurança pública (...) é devido ao procedimento abusivo de muitas autoridades policiais (...).¹⁹³

Ao apresentar a posição do presidente da Província, o articulista procurou mostrar aos leitores que ela havia sido resultante dos “fatos lamentáveis de 23 de julho a esta parte, havidos nesta heróica cidade”, embora em nenhum momento da correspondência o presidente faça referência a esse acontecimento. De qualquer modo, o dia vinte e três de julho não seria facilmente apagado da memória daqueles que desejavam ver o fim do escravismo naquela localidade, afinal nessa data Cesário Mendes fora preso acusado de acoitar escravos da região.

Meses antes, em fins de abril, a tranquilidade pública encontrava-se seriamente comprometida em Cachoeira. Através de uma correspondência enviada por Cesário Mendes ao abolicionista Eduardo Carigé, percebemos o clima tenso que pairava sobre a cidade. Segundo a carta, transcrita numa folha local, o abolicionista cachoeirano estava enfrentando “perseguição”, “ânimos exaltados” e “capangas” que

¹⁹² ARC, *Homicídio e tentativas de homicídios*. Documentos avulsos. Essas informações constam em um ofício endereçado ao Chefe de Polícia pelo delegado em exercício, de Cachoeira. No documento, o delegado rebate a notícia veiculada pela *Gazeta da Tarde* de que a escrava Joana sofria maus tratos de seu senhor. Infelizmente não foi possível saber se Joana conseguiu alcançar a desejada liberdade.

¹⁹³ *O Asteróide*, 23 de setembro de 1887, p. 3.

atentavam contra sua vida.¹⁹⁴ O mesmo jornal noticiou que Carigé, dirigindo-se ao Presidente da Província, informou-o sobre o relato contido na correspondência, apontando os senhores Temístocles, Prisco, Henrique Teixeira, Amâncio Passos, Dr. Almeida, coronel Ignácio Bulcão e o juiz municipal, Arthur Pedreira, como responsáveis por quaisquer investidas que Cesário viesse a sofrer.

Àquela altura, a perseguição ao abolicionista era cada vez mais evidente entre as pessoas que residiam e/ou circulavam pela cidade, pois se tratava de uma pessoa relativamente conhecida.¹⁹⁵ Aliado a isso, os burburinhos se encarregavam de espalhar as notícias e comprometer o sossego local. Proprietários da região, a todo o momento, buscavam acionar a autoridade senhorial numa tentativa de desqualificar e impedir a atuação abolicionista na cidade. A mais decisiva ação desenvolvida contra Cesário Mendes ocorreu através do processo-crime instaurado para enquadrá-lo no crime de acoitamento de escravos fugidos.

O processo em que Cesário Mendes aparece como réu foi movido pelo coronel Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão, grande senhor de engenho do Iguape, em abril de 1887. O queixoso acusou o abolicionista de manter em seu poder, desde maio de 1885, o escravo Calixto e o ingênuo Adriano.¹⁹⁶ Segundo dados da matrícula efetuada em 28 de fevereiro de 1887, anexada ao processo, o escravo Calixto tinha dezesseis anos de idade, estava empregado no serviço da lavoura, e seu valor estava estimado em 900\$000 [novecentos mil réis]. Perder o escravo Calixto não estava nos planos do coronel, afinal era uma mão-de-obra em idade produtiva, de valor elevado e muito útil para tocar os serviços no engenho. Isso explica o esforço do coronel para reaver o escravo e o ingênuo evadidos de sua propriedade, contando com a ajuda de alguns senhores que tentaram negociar pessoalmente com o abolicionista a devolução dos fugitivos. No entanto, foi obrigado a acionar a justiça diante da relutância de Cesário Mendes, que se opunha àquele negócio.¹⁹⁷

¹⁹⁴ *Planeta da Tarde*, 4 de maio de 1887, p. 2.

¹⁹⁵ Além de ocupar o cargo de “solicitador do Foro”, segundo consta no processo-crime, Cesário Mendes foi administrador do celeiro público municipal, ver ARC, *Documentos avulsos*, sem código.

¹⁹⁶ Era chamado de “ingênuo” o filho da escrava nascido após a lei de 28 de setembro de 1871 – conhecida como Lei do Ventre Livre. Embora “livres”, os ingênuos deveriam permanecer sob a autoridade dos senhores de suas respectivas mães até os oito anos de idade. Depois disso, os senhores decidiriam se entregariam ao Estado e receberiam 600\$000 [seiscentos mil réis] como indenização ou desfrutariam dos trabalhos do ingênuo até os vinte e um anos.

¹⁹⁷ APB, *Processos-crime*, fl. 5. No processo não aparece dados referentes ao ingênuo Adriano, senão que era filho da escrava Cipriana, preta, com trinta e nove anos, solteira, da lavoura e no valor de 600\$000 [seiscentos mil réis].

Joaquim Bulcão recebeu o apoio de vários amigos, grandes senhores de escravos da região, que testemunharam em seu favor no processo.¹⁹⁸ Seu advogado, Arthur de Almeida Boaventura, aparece nas páginas do processo sem muita expressão. Já o advogado do queixado, Eduardo Carigé, destacado abolicionista da capital baiana e experiente na defesa de escravos e abolicionistas na justiça, utilizou-se de diferentes argumentos, a fim de convencer o júri da improcedência da queixa. Além deste, Cesário Mendes contou com a ajuda de outros amigos abolicionistas da *cidade da Bahia* e de Cachoeira, o que evidencia a extensão do sentimento de solidariedade entre os envolvidos na defesa da abolição da escravatura. A participação de Carigé na defesa de Cesário aponta para a existência de uma rede ligando os abolicionistas da capital com os do interior da província. Os meandros do processo, que se iniciou em abril de 1887, e teve seu desfecho em março de 1888, revelam que a disputa judicial foi marcada por instantes de grandes debates e ânimos agitados.

A participação do Conselheiro Francisco Prisco de Souza Paraíso como testemunha de acusação mereceu grande indignação nas páginas do jornal *O Asteróide*. Recapitulando instantes de sua trajetória política, o articulista procurava mostrar que a postura do Conselheiro em relação à extinção da escravidão era marcada por uma explícita ambiguidade. Segundo o relato jornalístico, o Prisco Paraíso que se mostrou abolicionista e solidário ao “projeto Dantas”, quando atuava como ministro da justiça do “gabinete 6 de junho”, foi o mesmo que se prestou a “jurar contra Cesário Mendes”,¹⁹⁹ tornando-se “mais escravocrata do que a própria escravidão.”²⁰⁰ Ao desferir duras críticas à postura do Conselheiro, o objetivo da imprensa era mostrar que ele pautava-se pela incoerência política, uma vez que, mesmo apresentando-se como defensor de convicções liberais, investia contra os adeptos do abolicionismo.

O periódico não estava equivocado ao sugerir que o Conselheiro era partidário de ideias abolicionistas. Isto porque seu nome aparece ao lado de diversos cidadãos cachoeiranos que, na década de 1870, se uniram na fundação da *Sociedade*

¹⁹⁸ Figura entre as testemunhas de acusação o Conselheiro Francisco Prisco de Souza Paraíso, Doutor Francisco Maria de Almeida, Comendador Temístocles da Rocha Passos, Capitão Durval de Souza Lopes, Capitão Henrique Pereira Teixeira e o Tenente Coronel Amâncio da Rocha Passos.

¹⁹⁹ *O Asteróide*, 8 de maio de 1888, p. 1.

²⁰⁰ *O Asteróide*, 21 de dezembro de 1887, p. 1.

Abolicionista 25 de Junho.²⁰¹ Segundo Luiz Cláudio Dias do Nascimento, sob os auspícios da referida Sociedade, Prisco Paraíso envolveu-se em questões de liberdade numa tentativa bem sucedida de favorecer o liberto Manoel Augusto Cardoso. Segundo esse autor, o jovem Manoel, de quinze anos de idade, após ser preso, contou com o auxílio do Conselheiro que, através de um *habeas-corpus*, livrou-o de ser engajado na Marinha, na capital baiana. Ainda segundo Nascimento, muitos outros processos foram movidos pela citada instituição abolicionista em favor dos libertos, que “constantemente eram reduzidos à escravidão, e de proprietários de escravos que contrariavam as leis e tentavam impedir a compra legal de suas liberdades”.²⁰²

Contudo, o fato de Prisco Paraíso, sendo senhor de escravo, estar envolvido em situações que sugerem posições abolicionistas não deve ser visto como algo atípico na sociedade escravista. Apesar de muitos senhores mostrarem-se obstinados pela ideia abolicionista, alguns proprietários tinham seu próprio projeto de abolição, o que muitas vezes incluía a emancipação escrava de forma gradual na intenção de preservar as relações de dependência e mando. Assim, sugerimos que, ao testemunhar contra Cesário Mendes, Prisco Paraíso colocava-se como porta-voz dos interesses de seu grupo – grandes senhores de engenho – em detrimento de um provável sentimento abolicionista.

Mas, voltemos ao processo. Para fundamentar a queixa-crime, o coronel definiu Cesário Mendes como “useiro e viseiro na prática destes crimes [acoitamento], ocultando escravos alheios, tornando-se nesta terra o flagelo dos proprietários”.²⁰³ Os depoimentos das testemunhas de acusação confirmaram a tese do coronel, revelando que o abolicionista tornou-se um grande desafeto para os senhores da região. Segundo o relato do Comendador Temístocles da Rocha Passos, proprietário de terras e escravos na região, por diversas vezes, foi ele procurado em sua residência, na freguesia de Cruz das Almas, por proprietários e fazendeiros, que

²⁰¹ APB, *Governo da Província – Sociedades (1883-1889)*, maço: 1575. Segundo Luiz Cláudio Dias do Nascimento. “Terra de macumbeiros: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jeje-nagô em Cachoeira e São Félix – Bahia”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA/CEAO, 2007, p. 65, entre os envolvidos na fundação dessa Sociedade estavam pessoas de alto prestígio social como engenheiros, advogados e comerciantes, muitos deles provenientes da família de poderosos senhores de engenho de Santiago do Iguape. Ver também Jailton Lima Brito. *A abolição na Bahia: uma história política, 1870-1888*. Salvador CEB, 2003, p 137. Com base em uma lista de sócios dessa Sociedade, esse autor concluiu que a grande maioria eram negociantes e/ou proprietários. Assim, acaba convencido de que ela foi formada a partir de uma associação comercial.

²⁰² Luiz Cláudio Dias do Nascimento. “Terra de macumbeiros”, p. 66.

²⁰³ APB, *Processos-crime*, fl. 2.

solicitavam a sua intervenção a fim de reaver escravos que declaravam estar refugiados por Cesário Mendes.²⁰⁴ O Conselheiro Prisco Paraíso afirmou em sua versão que foi procurado por diversas pessoas para “conseguir de Cesário a entrega de diversos escravos”, sendo ele o principal intermediário entre o abolicionista e o coronel Joaquim Bulcão.²⁰⁵

Hoje, sabemos que o acoitamento de escravos foi algo muito comum nos instantes finais do escravismo. Não apenas “gentes do povo” arriscavam-se na difícil, perigosa e ilegal tarefa de dar refúgio a escravos em fuga, mas também pessoas de alto prestígio social.²⁰⁶ Com base em anotações pessoais do engenheiro e abolicionista negro André Rebouças, o historiador Eduardo Silva constatou que a princesa Isabel refugiou diversos escravos no Palácio Imperial. Ele sugeriu que a princesa estava envolvida em um complexo esquema de fugas escravas e, diante desse comprometimento, afirmou que o Palácio “transformara-se numa espécie de quilombo abolicionista”.²⁰⁷ A atitude da princesa recebeu atenção de diversos contemporâneos, a exemplo de Rui Barbosa que, em abril de 1888, ratificava o comportamento de Isabel em solenidade abolicionista ocorrida na Bahia.²⁰⁸

Robert Conrad, analisando os últimos anos do escravismo no Brasil, registrou que na província de São Paulo o abolicionista Antônio Bento, liderando pessoas de diversas profissões em função da campanha antiescravista, atormentou parte dos fazendeiros paulistas, incitando e refugiando escravos fugidos. Não anulando a participação dos cativos no processo que resultou no fim do cativeiro brasileiro, esse autor afirmou que os caifazes, como eram chamados esses abolicionistas, adotavam métodos extremos que consistiam em “incitar os escravos a abandonarem as fazendas de seus donos, com ênfase, inicialmente, nas fazendas em que os

²⁰⁴ APB, *Processos-crime*, fl. 25.

²⁰⁵ APB, *Processos-crime*, fl. 12 v.

²⁰⁶ A Lei dos Sexagenários, de 1885, em seu Artigo 4º, parágrafo 3º, dizia: “O acoitamento de escravos será capitulado no art. 260 do Código Criminal”. Ou seja, tornava essa prática um crime. Sobre os debates em torno da Lei de 1885, ver Joseli Maria Nunes Mendonça. *Entre as mãos e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Cecult, 1999.

²⁰⁷ Eduardo Silva. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 28.

²⁰⁸ Idem, p. 29. Ver Robert Daibert Junior. *Isabel, a “redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 116. Segundo esse pesquisador, apenas durante a década de 1880, quando a expectativa pela abolição era consenso entre a população brasileira, foi que a Princesa Isabel “passou a apresentar-se publicamente como crítica à instituição escravista, construindo sua imagem como defensora da abolição”.

escravos eram notoriamente maltratados”.²⁰⁹ Para demonstrar a extensão da atuação dos caifazes, Conrad cita o caso de Antônio Paciência, um abolicionista que tinha a prática de infiltrar-se nas fazendas como trabalhador e, uma vez nesses domínios, estimulava os escravos a abandonarem os locais de trabalho.²¹⁰

Realidade semelhante vinha acontecendo no Recôncavo baiano nas falas de muitos proprietários que apontavam Cesário Mendes como um dos perturbadores da paz e tranquilidade senhorial. Maria, Germano, Antonio, Felipa e Luiz são alguns nomes que aparecem nas folhas do processo como escravos refugiados pelo abolicionista. O curioso dos relatos foi o poder de decisão conferido a ele pelas testemunhas, quando tentavam negociar a devolução dos cativos acoitados. Aproveitando-se dessa brecha, Eduardo Carigé questionou o posicionamento das autoridades policiais que, como afirmavam, mesmo conhecendo esse procedimento do abolicionista, nada faziam. Para Prisco Paraíso, o delegado em exercício “limitava-se a fazer pedidos ao queixado”. Já no testemunho de Francisco Maria de Almeida consta que o delegado alegava não ter força policial suficiente para proceder às diligências.²¹¹ O que fica desses relatos é que as autoridades policiais estavam perdendo o controle das fugas e não tinham muito que fazer com os que acoitavam os escravos fugidos.

Prosseguindo na queixa, o coronel Joaquim Bulcão acusou o abolicionista de apoderar-se do pecúlio dos escravos fugidos e de tentar alforriá-los pelo Fundo de Emancipação. Essa denúncia foi sustentada por testemunhas, a exemplo de Temístocles Passos, quando relatou que Cesário Mendes apresentava na “Coletoria desta cidade como casados [os escravos acoitados] com o fim de alforriá-los pelo Fundo de Emancipação, lançando mão de seus pecúlios em seu proveito”.²¹² O capitão Henrique Pereira Teixeira, por sua vez, quando perguntado pelo advogado do coronel “se sabe que o queixado [...] tem averbado ilegalmente como casados na Coletoria geral [os escravos fugidos] a fim de locupletando-se com aqueles pecúlios libertá-los artificialmente pelo Fundo de Emancipação”, respondeu que o próprio coletor lhe havia declarado esse procedimento do abolicionista, afirmando ainda que

²⁰⁹ Robert Conrad. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 2ª ed., 1978, p. 294.

²¹⁰ Idem, p. 296.

²¹¹ Iacy Maia Mata. “‘Os treze de maio’: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBa, 2002, pp. 50-57. Segundo a autora, na década de 1880, diversas reclamações por conta do diminuto número de praças e constantes pedidos de força policial partiram de diferentes pontos da província para o Chefe de Polícia da Bahia.

²¹² APB, *Processos-crime*, fl. 23.

não podia opor-se à averbação dos cativos, pois Cesário Mendes apresentava os documentos exigidos por lei, embora duvidasse de que as declarações eram “escritas pelo queixado ou pelo senhor dos escravos”.²¹³ O que parecia trapaça do abolicionista para aproveitar-se dos cativos que lhe procuravam, era a astúcia de um militante intransigente que procurou por diversos meios viabilizar a alforria dos escravos fugidos. As testemunhas de acusação, na intenção de legitimar o argumento apresentado, por negligência e/ou esperteza, desprezaram que o Fundo de Emancipação não beneficiava escravos fugidos.²¹⁴

Mas, o procedimento do abolicionista não incomodava apenas as testemunhas que depuseram no processo. Em ofício dirigido ao Presidente da Província, datado de 3 de janeiro de 1887, a Junta de classificação desabafava indignada pela atitude de Cesário Mendes em sugerir irregularidades em seu trabalho. Na ocasião, o abolicionista utilizou-se das páginas do periódico *Gazeta da Tarde* para dirigir-se ao Presidente da Província e ao Ministro da Agricultura, reivindicando providências em relação às atividades da Junta que, segundo afirmava, não procedia com isenção. Em contrapartida, os membros da Junta defenderam-se perante o Conselheiro Bandeira de Mello, sugerindo que a reação do abolicionista havia sido motivada por “não querer a Junta admitir escravos solteiros como casados, no que se empenhava o denunciante [Cesário Mendes]”.²¹⁵

Isabel Cristina Ferreira dos Reis constatou que foram muitas as dificuldades enfrentadas pela Junta de classificação para deliberar sobre a preferência dos cativos que seriam alforriados pelo Fundo, destacando a situação dos escravos casados, uma vez que essa condição lhes garantia prioridade na classificação.²¹⁶ Por conta disso, foram comuns as reclamações de autoridades sobre escravos que casaram durante os procedimentos da Junta ou legalizaram “uniões consensuais preexistentes”. Contudo, “como dificilmente eles se casariam sem a anuência dos seus proprietários, os casamentos realizados durante os trabalhos da junta parece uma estratégia de ambos, tanto senhorial como dos cativos”, concluiu Isabel Reis.²¹⁷

²¹³ APB, *Processos-crime*, fl. 19v e 20.

²¹⁴ O artigo 3º, parágrafo 20, da Lei de 1885 – conhecida como Lei dos Sexagenários –, dizia o seguinte: “O escravo evadido da casa do senhor ou donde estiver empregado não poderá, enquanto estiver ausente, ser alforriado pelo Fundo de Emancipação”.

²¹⁵ APB, *Junta de classificação de escravos (1876-1887)*, maço: 2873-1.

²¹⁶ Isabel Cristina Ferreira dos Reis. “A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888”. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 2007, especialmente o 4º capítulo.

²¹⁷ Idem, p. 208.

Analisando ações de liberdade movidas por escravos baianos, Ricardo Tadeu Caires Silva notou que diversos senhores se valeram do argumento de que os abolicionistas, curadores e advogados, que representavam os cativos nas disputas judiciais, se apoderavam das custosas economias dos escravos, fazendo dessa atividade um meio de vida. Para esse autor, não se pode ignorar que entre os envolvidos na libertação escrava houve aproveitadores. Não obstante, a decisão do libertando era determinante no instante de acionar o poder judiciário e investir na conquista da liberdade.²¹⁸ Por outro lado, ao alegar que os abolicionistas agiam como “sedutores” e “oportunistas”, os proprietários, desafiados e questionados diante de autoridades judiciárias, procuravam utilizar o recurso da desmoralização, evidenciando os “incômodos” e o mal-estar vivenciados pelos interessados na manutenção das relações escravistas.

Acusações parecidas foram dirigidas a um dos principais líderes do movimento abolicionista da Corte. Segundo denúncias estampadas na imprensa carioca, José do Patrocínio era suspeito de “usar o dinheiro recebido em campanhas e arrecadações em causa própria”,²¹⁹ o que lhe rendeu o apelido, nada lisonjeiro, de “papa-pecúlio”. Ana Carolina Feracin da Silva, analisando a trajetória social de José do Patrocínio, argumenta que a acusação formulada contra ele, em um momento bastante acirrado do movimento antiescravista, servia para corroer as bases da campanha abolicionista que se pautava num princípio “humanitário”. Além disso, segundo a autora, a denúncia possuía um explícito sentido de ataque pessoal, por se tratar de um “homem de cor”, filho de um vigário com uma “preta” que, apesar de se tornar um “empresário de jornais” e viajar para o exterior, tivera que enfrentar o estigma negativo da cor de sua pele, numa sociedade visivelmente preconceituosa.²²⁰

À semelhança de Patrocínio, Cesário Mendes foi alvo de constantes denúncias que colocavam em xeque sua militância abolicionista, sugerindo interesses

²¹⁸ Ricardo Tadeu Caires Silva. “Os escravos vão à justiça”, pp. 119-120. Esse autor sugere duas explicações nas acusações dos senhores: 1º. Possivelmente muitos abolicionistas aceitaram “valores pouco expressivos” dos escravos, por conta de interesses sinceros na militância antiescravista; 2º. Ao procurarem ajuda de abolicionista, os cativos tinham em mente que seria melhor “perder” para estes, do que “pagar muito mais por uma indenização, conforme a vontade senhorial”. Contrário à idéia de que os escravos eram facilmente manipulados, conforme sugere os relatos dos senhores, Ricardo Tadeu acredita na cumplicidade existente na parceria entre cativos e abolicionistas bacharéis.

²¹⁹ Ana Carolina Feracin da Silva. “De ‘papa-pecúlios’ a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX”. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 2006, p. 140.

²²⁰ Idem.

pecuniários. O coronel Joaquim Bulcão e seus amigos escravocratas não foram os únicos a utilizarem a acusação de que o abolicionista havia se apropriado dos pecúlios dos escravos em proveito próprio. Em março de 1885 diversos lavradores e negociantes da freguesia de Muritiba redigiram, para o Presidente da Província, um abaixo-assinado, contendo 77 assinaturas, onde reivindicavam providências imediatas em relação às ações de Cesário Mendes e seus companheiros abolicionistas. Estes eram acusados de “seduzir os escravos alheios para acoitá-los escandalosamente, para firmarem quilombos no centro das cidades e até pregarem a insurreição” e “embolsar o pecúlio da pobre vítima de sua torpe especulação”, para empregá-lo em proveito próprio.²²¹

O que se percebe na leitura das fontes é que a atuação dos abolicionistas da localidade deixou sobressaltados aqueles proprietários. Perseguiu-os o receio de que outros escravos pudessem ouvir o chamado dos abolicionistas e evadir de suas propriedades. Os senhores fizeram questão de afirmar que não eram escravocratas, só não queriam que a “questão do elemento servil fosse resolvida sem prudência, sem critério, com sacrifício da fortuna particular e pública e, o que é mais ainda, com desvantagem para a própria liberdade”. Afirmar-se escravocrata naqueles dias não era um bom negócio, afinal grande parte da população mostrava crescente simpatia pelo sentimento abolicionista. O documento redigido pelos muritibanos pode ser lido como uma estratégia senhorial para assegurar o controle sobre os cativos naqueles difíceis dias em que o escravismo perdia continuamente legitimidade.

Preocupados, aqueles senhores não mediram palavras e nem tinta na redação do texto, quando decidiram desmoralizar as ações dos abolicionistas. A segurança da propriedade parecia ser a principal motivação para aquele pedido, uma vez que ela se mostrava ameaçada com as crescentes investidas do abolicionismo local. Nas palavras daqueles senhores o escravo “representava um valor, uma soma de dinheiro que custou-lhe a ganhar e, muitas vezes, até dedica-lhe certa afeição que vem do berço”. Logo, procuravam mostrar que as ações de Cesário Mendes e seus companheiros serviam para perturbar as leis do trabalho, as relações sociais, seja

²²¹ APB, *Escravos*, maço: 2897. Alguns pesquisadores se utilizaram desse documento, quando refletiram sobre as ações abolicionistas, porém não se detiveram numa análise mais detalhada das repercussões locais. Para este trabalho, essas evidências são fundamentais para entender como agiram os abolicionistas da região, promovendo preocupações nos senhores resistentes à libertação escrava. Sobre isso, ver Jailton Lima Brito. *A abolição na Bahia*, 154; Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, p. 110.

privando o senhor dos serviços de seus cativos, seja lhe causando o receio da evasão de outros escravos.²²²

Anos depois, a representação feita pelos lavradores e negociantes muritibanos foi comentada pela redação de *O Asteróide* que imprimiu uma nota, na primeira página do exemplar de 16 de março de 1888, onde mostrava aos proprietários da região que a tentativa de ultrajar a “honra abolicionista” seria debalde. Para o articulista, o documento dirigido à presidência da província seria uma incontestável “prova de desespero” reinante entre o grupo de senhores de escravo da localidade. Ao final do texto, o jornal voltou-se para os escravocratas, imprimindo o seguinte aviso: “podem fazer as perseguições e as tiranias, as mais fortes contra nós, que elas só nos servirão de mais elevar as nossas ideias em prol do mísero cativo”.²²³

Os redatores do periódico não estavam equivocados em creditar ao “desespero” a atitude dos autores daquele manifesto. Ainda durante o ano de 1885, o senhor de escravo Manuel Pereira de Almeida, residente na freguesia de Outeiro Redondo, em nota publicada n'*O Americano*, expressava o temor que rondava os proprietários da região. Segundo ele, seu escravo de nome Rangel, crioulo, após fugir, havia sido “protegido por uma certa pessoa residente na cidade de Cachoeira, que a título de libertá-lo, aconselha-o a tirar a existência do abaixo-assinado e correr para sua casa”.²²⁴ Não é possível saber quem havia acolhido o escravo na fuga, mas foi uma marca daquele momento as denúncias contra os que acoitavam escravos fugidos. Além disso, as palavras impressas naquele periódico revelam que a relação senhor - escravo estava visivelmente abalada, pois além da fuga do escravo Rangel, a intervenção de terceiros nas relações escravistas se mostrava crescente.

Em fins da década de 1880, as fugas escravas tornaram frequentes as preocupações dos senhores em manter o controle sobre a população cativa. Os relatos das deserções escravas revelam que os senhores tiveram que conviver com uma grave crise que abatia o escravismo, tornando-o cada vez mais impraticável. Segundo Maria Helena Machado, os senhores paulistas viram-se diante de uma crescente “desarticulação dos trabalhos nos eitos”, devido à grande soma de escravos que abandonavam as senzalas. Esse quadro gerava uma situação tensa

²²² Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, p. 110. Fraga Filho atribui à acusação de apropriação dos pecúlios como uma forma de os senhores desqualificarem as ações dos abolicionistas que, nesse momento, final da escravidão, assumem formas mais arrojadas para a conquista da liberdade do cativo.

²²³ *O Asteróide*, 16 de março de 1888, p. 1.

²²⁴ *O Americano*, 1 de janeiro de 1885, p. 2.

que assustava as populações urbanas. Os relatos dos delegados, juízes, promotores e fazendeiros, analisados pela pesquisadora, são reveladores do estado de ânimos daqueles dias de 1887 e 1888.²²⁵ Hebe Mattos notou que “o fantasma da desordem” atordoou diversos fazendeiros paulistas que viram, em 1887, um expressivo número de cativos abandonarem os locais onde serviram durante tempos.²²⁶

Sem dúvida, durante a década de 1880, as fugas escravas eram assunto principal nas discussões entre senhores do Recôncavo baiano. O medo de perder a mão-de-obra que tocava os trabalhos assombrava os proprietários, que buscavam intensificar o controle sobre os cativos. A fala do senhor de escravo Francisco Muniz Barreto de Aragão, proprietário do Engenho Vitória, estampada nas páginas do jornal *O Guarany*, evidencia bem esse temor senhorial. Ao libertar “gratuitamente” o escravo carapina Luís, o dito senhor expressou que “era digno de elogio e animação a conduta de escravos que, surdos aos infames conselhos de perversos conselheiros, trilhavam com os olhos fitos em Deus o caminho da virtude”.²²⁷ Ao fazer essa declaração buscava ele assegurar a permanência de seus escravos na propriedade, revelando ainda preocupação com os “perversos conselheiros”.

Embora ressaltemos a participação de Cesário Mendes no movimento antiescravista, as iniciativas dos escravos eram determinantes na luta contra o domínio senhorial. No processo movido contra o abolicionista, as testemunhas deixaram escapar autonomias escravas ao abandonar o cativo em busca de apoio para a conquista da liberdade. O barão de Belém, José Maria de Almeida, senhor de escravo e presidente da câmara de vereadores na ocasião da tramitação do processo, foi um dos “prejudicados” pela ação escrava. De acordo com Temístocles Passos, um escravo pertencente ao dito barão havia sido “pego na roça do tal queixado”. Ainda segundo ele, dois escravos haviam sido “pegos na ponte desta cidade, pertencentes a Jacinto José Ribeiro, confessando vir para casa do queixado a seu chamado e dizendo trazer a quantia de 100\$000 [cem mil réis] conforme exigia o queixado”.²²⁸ Sensivelmente rancoroso, o cruzalmense pretendia mostrar que o abolicionista recorria a métodos ilegais, desequilibrando as relações entre senhores

²²⁵ Maria Helena Machado. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Ed. UFRJ: EDUSP, 1994, pp. 227-228.

²²⁶ Hebe Maria Mattos de Castro. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, especialmente o 10º capítulo.

²²⁷ *O Guarany*, 29 de novembro de 1884, p. 2.

²²⁸ APB, *Processos-crime*, fl. 25.

e escravos. Contudo, ao fugir levando suas custosas economias, e procurar apoio do abolicionista, muitos escravos acreditavam ampliar suas chances de conquistar a liberdade.

O doutor Francisco Maria de Almeida, ferrenho inimigo do abolicionista, em sua versão também deixou entrever iniciativas escravas. Apontou que Cesário Mendes possuía “redutos” na cidade onde concentrava “escravos alheios que o procuram”.²²⁹ Bem provável que muitos cativos soubessem, por ouvir falar, do envolvimento de Cesário Mendes no movimento antiescravista. Assim, ao procurarem o abolicionista, como sugeriu a testemunha, os escravos fugidos revelavam insatisfação com o cativo, decidindo livremente sobre os rumos de suas vidas. Nesse sentido, o apoio de abolicionistas estaria articulado aos projetos de liberdade dos cativos quando decidiam abandonar os domínios senhoriais e lutar pela liberdade.

Ainda que indiretamente, o processo incurso contra Cesário Mendes revela que dois trabalhadores do coronel Joaquim Bulcão, sendo um escravo e o outro ingênuo, estavam distantes do domínio senhorial, sabe-se lá onde, em busca de melhores condições de vida. A narrativa criminal procurou destacar a ação do abolicionista como sendo a principal agente na deserção do escravo Calixto e do ingênuo Adriano. Contudo, apesar de ofuscada nas páginas do processo, a decisão dos referidos trabalhadores de abandonar os serviços na fazenda e perseguirem outras perspectivas de vida deve ser entendida como um projeto de liberdade particular desses indivíduos que, possivelmente, enxergavam no abolicionista a possibilidade de ampliar os caminhos na conquista da sonhada liberdade.

Assim, evitando-se formular uma visão heroica de Cesário Mendes ou de tributar unicamente aos escravos o desfecho que resultou na abolição, conforme sugeriu Maria Helena Machado, propomos uma reflexão que leve em conta a participação de diferentes setores sociais na luta antiescravista.²³⁰ Ao destacar a atuação de Cesário Mendes no movimento abolicionista, procuramos enfatizar que a população escrava contou com um militante audacioso e intransigente, não obstante todas as críticas depreciativas formuladas pelos senhores da região. Sem dúvidas, o cargo exercido pelo abolicionista, registrado no *processo-crime* como “solicitador do Foro”, foi fundamental para o desenvolvimento de sua ação no campo da legalidade,

²²⁹ APB, *Processos-crime*, fl. 38.

²³⁰ Maria Helena Machado. *O plano e o pânico*, p. 146. Ver também Hebe Maria Mattos de Castro. *Das cores do silêncio*, p. 212.

uma vez que o conhecimento das leis e do judiciário habilitava-o a agir com determinação nos processos em que se apresentava como depositário e curador de cativos.²³¹ De qualquer modo, a atuação dos abolicionistas da região tornou-se cada vez mais ousada, à medida que avançaram os últimos anos de escravismo e prender os escravos já não era tarefa muito fácil para os senhores.²³²

O coronel Joaquim Bulcão sabia disso muito bem. A amarga experiência de ver trabalhadores evadidos de sua propriedade mostrava àquele senhor que a escravidão perdia força naqueles dias. Para o senhor de escravos já não era importante ter apenas o respeito de seus subordinados, no caso os escravos, a ele era exigido que ganhasse e afirmasse o respeito dos de fora, afinal, estes representavam grande ameaça para a manutenção da disciplina dentro dos limites da ordem senhorial. Era preciso ser mais incisivo para não ter maiores infortúnios. Talvez isso explique a decisão do coronel de processar o abolicionista naquele momento, mesmo passado alguns anos da fuga do escravo e do ingênuo.

Entretanto, foram contundentes os argumentos do advogado de Cesário Mendes. Experiente naquela tarefa, Eduardo Carigé procurou mostrar ao magistrado que o desafeto das testemunhas pelo abolicionista tinha como motivação o esforço de Cesário Mendes em garantir a liberdade dos escravos introduzidos no país após a Lei de 7 de novembro de 1831. Desse modo, o advogado habilmente buscou mudar o foco da investigação e mostrar que as ações do abolicionista não eram injustificadas e nem estavam à margem da lei. Além disso, a intenção era também livrar seu companheiro de uma decisão desfavorável do magistrado ou mesmo amenizar a pena que pudesse sofrer por crime de acoitamento de escravos fugidos.

Após analisar atentamente os depoimentos, o promotor público Pedro Vergne de Abreu produziu um extenso discurso para convencer o juiz de que a acusação era improcedente. Mostrou que o único motivo daquela audiência deveria ser o acoitamento do escravo Calixto e do ingênuo Adriano, não sendo conveniente “ventilar toda a vida de um indivíduo”, como queriam as testemunhas de acusação ao relembrar ações pretéritas do abolicionista. Procurou mostrar ainda que a

²³¹ Segundo o dicionário *Novo Aurélio Século XXI*, a palavra *solicitador* refere-se ao “auxiliar de advogado, habilitado por lei para requerer em juízo ou promover o andamento das ações, com diversas restrições legais”, ver Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1879.

²³² Jailton Lima Brito. *A abolição na Bahia*, p. 154. Esse pesquisador acredita que, pela atuação enérgica de Cesário Mendes no movimento abolicionista, possivelmente tenha sido o seu grupo que espalhou panfletos pelos engenhos do Recôncavo baiano, afirmando que a escravidão era um roubo e convocando os escravos à fuga.

acusação não se sustentava no caso do ingênuo Adriano, que, nascido após a Lei de 1871, deveria ser reconhecido como “cidadão brasileiro” de nascimento. Já que a acusação estava baseada nos artigos 260 e 269 do Código Criminal, que tratavam de crimes contra a propriedade, ela não se aplicava ao ingênuo Adriano que “não é objeto de domínio ou propriedade, nem é cousa” (grifo no original).²³³ Com este argumento o promotor deu por encerrado o caso do ingênuo e partiu para elaborar argumentos em relação ao acoitamento do escravo Calixto.

Cesário Mendes não negou que houvesse dado refúgio a Calixto, porém declarou que o mesmo não mais se encontrava em seu poder, residindo na capital da província. Baseado nisso o promotor argumentou que não se caracterizava o crime de acoitamento ou sedução de escravo alheio. A legislação foi evocada para evidenciar que

os artigos 257 e 260 do Cód. Crim. combinados com o art. 1º do Dec. de 15 de outubro de 1837, tratam da tirada ou retenção do escravo alheio para si ou para outrem contra a vontade de seu dono. Em tais delitos é elemento característico e constitutivo a apropriação fraudulenta da coisa alheia. (grifo no original).²³⁴

Logo, já que o abolicionista não desfrutava dos serviços do escravo, nem mesmo o mantinha sob seu domínio, ficava isento de qualquer responsabilidade criminal, deixando de “ser um obstáculo ao direito do senhor ou à ação da justiça”.

Convencido pelo relato das testemunhas de que o acoitamento do escravo Calixto se deu antes da promulgação da lei de 28 de setembro de 1885 – conhecida como a Lei dos Sexagenários -, o promotor público mostrou que, como a lei não tinha caráter retroativo, o abolicionista não poderia ser julgado pelo dispositivo da citada lei quando trata do acoitamento escravo. Segundo ele, “dar asilo ou refúgio ao escravo fugido, se não era uma ação louvável, também nunca foi criminosa e punível antes da lei invocada pelo querelante [Joaquim Bulcão]”.²³⁵ Demasiado categórico em suas afirmações, Pedro Vergne de Abreu concluiu que a acusação feita contra o abolicionista Cesário Mendes não encontrava respaldo na legislação.

Apesar do esforço do promotor público, o parecer do juiz municipal, em primeira instância, foi favorável para o coronel Joaquim Bulcão. Aliás, a decisão do

²³³ APB, *Processos-crime*, fl. 50.

²³⁴ APB, *Processos-crime*, fl. 56.

²³⁵ APB, *Processos-crime*, fl. 56

magistrado pareceu bastante tendenciosa. Apesar de considerar improcedente a acusação do coronel em relação ao ingênuo Adriano, tendo em vista que a legislação em vigor tratava do acoitamento de escravos, não se aplicando ao ingênuo que gozava de condição livre por ter nascido após a lei de 1871, ele sugeriu que aquele senhor poderia lançar mão de outros dispositivos da legislação para reaver o ingênuo.

Em relação ao escravo Calixto, entre outras coisas, o juiz não aceitou, devido à ausência de prova documental, o argumento do abolicionista de que o cativo estava residindo publicamente na capital da província. Em seguida, o argumento da não retroatividade da lei, bastante evocada pelo promotor, foi descartado pelo juiz sob a alegação de que Cesário Mendes manteve acoitado o escravo Calixto depois da promulgação da lei de 28 de setembro de 1885. Apresentando esses contra-argumentos e entendendo que as testemunhas ouvidas eram “dignas de crédito pelo conceito público de que gozam e por sua posição social”, o juiz municipal Arthur Pedreira de Cerqueira sentenciou Cesário Mendes, reconhecendo-o como culpado do crime de acoitamento e solicitando ao escrivão o mandado de prisão do abolicionista.²³⁶

Entre a sentença pronunciada pelo juiz municipal, em 27 de junho, e a prisão de Cesário Mendes, em 23 de julho, passou-se quase um mês. Nesse intervalo de tempo o abolicionista procurou articular contatos na capital, o que lhe rendeu como fiadores os Srs. Frederico Augusto da Silva Lisboa e Elpídio de Mesquita, companheiros de causa, para pagar a fiança fixada em 4:000\$000 [quatro contos de réis]. Em 22 de julho de 1887 o juiz de direito Antonio José de Castro Lima, em grau de recurso, tornou inafiançável o delito do qual era acusado o abolicionista. No dia seguinte, o juiz municipal Arthur Pedreira de Cerqueira cassou a fiança de Cesário Mendes e passou mandado de prisão que ocorreu naquele mesmo dia.²³⁷

O *Asteróide* lembrou aquele acontecimento com grande indignação. O periódico posicionou-se hostil à decisão dos juízes em sentenciarem o abolicionista à prisão. A revolta do articulista, que definiu a prisão de Cesário Mendes como o “vergonhoso drama do 23 de julho”,²³⁸ estava associada à inaceitável ideia de conceber o acoitamento escravo como um crime. Segundo o médico Luís Anselmo

²³⁶ APB, *Processos-crime*, fl. 62.

²³⁷ APB, *Processos-crime*, fl. 77.

²³⁸ O *Asteróide*, 11 de outubro de 1887, p. 1.

da Fonseca, Cesário Mendes foi o primeiro abolicionista, na província da Bahia, a ser preso pelo crime de acoitamento.²³⁹ Embora a legislação de 1885 estabelecesse como crime dar refúgio a escravo em fuga, até aquele momento ninguém havia sido pronunciado nessa disposição da lei. Isso explica a irritação do articulista ao repugnar a decisão das autoridades locais em relação ao abolicionista.

Segundo Luís Anselmo da Fonseca, o momento da prisão do abolicionista foi marcado por ofensas físicas, numa evidente demonstração da ação escravagista na localidade. Acompanhado por diversas pessoas, inclusive por Henrique Pereira Teixeira, político conservador que depusera no processo contra Cesário Mendes, o delegado em exercício, Joaquim Ignácio Albernaz, procedeu com violência de modo que, dias depois, a agressão foi comprovada no exame de corpo de delito feito no abolicionista. Recapitulando aquele episódio, Luís Anselmo expressou:

Em casa de Cesário Mendes quando a mulher, que vive em sua companhia, o quis defender dos golpes que lhe desfechava o imite e truculento delegado, não da polícia, porém da escravidão, o Sr. Teixeira ousou espancá-la com o seu guarda-sol. Depois de Cesário preso nos vigorosos braços dos soldados, o Sr. Teixeira apanhando sobre uma mesa do aposento, em que ele se achava, alguns números do *Jornal da Tarde* (folha abolicionista), com eles friccionou-lhe violentamente no rosto.²⁴⁰

Luís Anselmo procurou mostrar que a atitude do delegado e daqueles que o acompanharam para efetuar a prisão de Cesário Mendes era desmedida, uma vez que o abolicionista não estava armado nem apresentou reação contrária à decisão do magistrado. Entretanto, no auto de prisão feito por Manoel Antonio Ferreira, oficial da justiça, consta que o abolicionista resistiu à prisão, em virtude de não saber que a fiança apresentada havia sido cassada. Em seguida, o oficial de justiça, que a tudo assistiu, declarou que “depois de alguma luta com o delegado”, Cesário Mendes foi conduzido à cadeia da cidade.²⁴¹

A prisão do abolicionista foi narrada por Luís Anselmo em tom de grande reprovação devido à forma arbitrária como ela aparentemente se processou. Porém Luís Anselmo equivocou-se ao avaliar que o movimento pela libertação escrava sofreu drasticamente com a prisão de Cesário Mendes ao ponto de ocorrer um

²³⁹ Luiz Anselmo da Fonseca. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988, p. 341.

²⁴⁰ Idem, pp. 360-361.

²⁴¹ APB, *Processos-crime*, fl. 78 v.

abrandamento das ações abolicionistas em Cachoeira. Na verdade, houve um acirramento dos ânimos depois da prisão de Cesário Mendes. Reconhecemos a importância de Cesário Mendes no movimento pela libertação escrava, no entanto pessoas anônimas aparecem na documentação da época sinalizando a forte mobilização popular vivida naquela cidade às vésperas da abolição.

Diferente do que relatou o médico abolicionista, o delegado Joaquim Ignácio Albernaz oficiou ao Chefe de polícia da Bahia informando-o que a ordem pública não havia sido alterada durante a prisão de Cesário Mendes. Possivelmente, pesou na decisão da dita autoridade policial mostrar para seu superior que mantinha o controle da situação. Porém, a presença do abolicionista na cadeia pública causava receios ao delegado que temia uma reação popular. No mesmo ofício ele solicitava o envio de alguns praças, visando aumentar a força policial e “garantir a cadeia contra qualquer agressão por parte dos amigos do preso Cesário Ribeiro Mendes, que como V. S^a sabe tem seus adeptos e é de recear qualquer tentativa em seu favor”.²⁴²

A prisão de Cesário Mendes mereceu até mesmo atenção de Joaquim Nabuco, militante abolicionista conhecido nacionalmente. Na parte destinada ao editorial de *O Asteróide* de 28 de outubro de 1887, o redator publicou um artigo de Joaquim Nabuco, onde condenava com veemência os crimes praticados contra escravos e contra os defensores da ideia da liberdade. Após fazer referência às ações do delegado de Cachoeira – que falaremos mais adiante – o abolicionista concluiu:

Os fatos da Cachoeira mostram outra coisa: que o cidadão que no interior do país quiser, como a primeira vítima do capitão Albernaz, o Sr. Cesário Mendes, salvar o escravo das garras do senhor (...) não pode, sob o atual governo, esperar da parte das autoridades senão o tratamento que deu àqueles alentados abolicionistas o delegado da Cachoeira.²⁴³

Ao tornar conhecido o artigo de Joaquim Nabuco, o articulista buscou mostrar que as ações escravistas e abolicionistas que se davam na “heroica” Cachoeira vinham ganhando repercussão nacional. Quis apontar ainda que a perseguição ao abolicionismo e aos seus adeptos havia atingido níveis inaceitáveis, naquela localidade. Uma nota, acompanhada do artigo de Nabuco, revelou um tom de

²⁴² APB, *Delegados, (1887-1889)*, maço: 6226.

²⁴³ *O Asteróide*, 28 de outubro de 1887, p. 2.

protesto do articulista que atribuiu ao ex-delegado a responsabilidade dos acontecimentos havidos.

A decisão do juiz em considerar Cesário Mendes culpado do “crime” de acoitamento causou grande indignação em Lycintheo, um colaborador de *O Asteróide*. Ele sugeriu que a deliberação do magistrado foi acompanhada de uma grande satisfação, induzindo o leitor a pensar que aquela autoridade tinha agido com parcialidade ao julgar o caso envolvendo o abolicionista. Em texto publicado dia 15 de novembro de 1887, cuja autoria não se fez conhecer, mas que, devido o estilo da escrita, acreditamos ter sido também de Lycintheo, a decisão do juiz foi novamente avaliada e taxativamente reprovada alegando ausência de equidade.

Nesse artigo, bastante audacioso, o articulista põe em dúvida a decisão do magistrado ao afirmar: “somos [os abolicionistas] perseguidos pela venalidade do juiz”. E, como que animando seus companheiros na luta contra a escravidão acrescentava: “não tememos... Cesário [Mendes] não deixou-nos o desânimo, este ficaria na consciência lodacenta dos juizes que o condenam e o perseguem”. A intenção do autor do artigo era mostrar que as autoridades locais eram tendenciosas ao tomar decisões que mais favoreciam ao senhor de escravo do que à ideia da liberdade. Além disso, o articulista procurou indicar à sociedade, digo leitores, que os episódios ocorridos na cidade anunciavam consequências desastrosas, apontando como únicos culpados os “traidores da liberdade”. Assim, prognosticava que “a condenação, as perseguições, os processos preparados ou pesados com o ouro do fidalgo da bagaceira, contra os abolicionistas só tem um fim, este é preparar no coração do povo a revolução”.²⁴⁴

Enquanto corria o processo na justiça, Cesário Mendes permaneceu preso na cadeia pública. Pela documentação pesquisada, o abolicionista chegou a planejar a fuga que, para infelicidade sua, foi interrompida com a chegada do delegado e do comandante do destacamento. Em ofício redigido pelo delegado Albernaz e enviado ao Chefe de polícia, a intenção de fuga se deu no dia 2 de setembro, à noite. Naquele dia o delegado, entendendo que o ambiente oferecia as garantias necessárias, acatou o pedido de Cesário Mendes transferindo-o da “prisão de baixo” para uma sala do andar superior, provavelmente mais sólida e arejada, sob a justificativa de que estava doente.²⁴⁵

²⁴⁴ *O Asteróide*, 15 de novembro de 1887, p. 2.

²⁴⁵ APB, *Delegados (1887-1889)*, maço: 6226.

Mais tarde, em outra correspondência enviada ao Chefe de polícia da Bahia, Domingos Rodrigues Guimarães, o delegado Albernaz reconhecia que a decisão tomada dias antes não havia sido a mais acertada. Segundo ele, a sala do pavimento superior, além de possuir grades de madeira, tornava a vigilância do local difícil devido o diminuto número de praças do destacamento policial. Não obstante, para o delegado tudo indicava que o abolicionista havia contado com a ajuda do carcereiro José Caiçara Mascarenhas para levar a efeito o plano de fuga que preparava, o que lhe causou grande indignação, ao ponto de solicitar àquela autoridade a demissão do carcereiro.²⁴⁶

Dias antes da primeira sessão do júri, marcada para 27 de fevereiro de 1888, *O Asteróide* noticiou o processo movido contra Cesário Mendes. No exemplar de 22 de fevereiro de 1888, o articulista empenhou-se no convencimento dos jurados de que a ação do abolicionista estava respaldada no princípio da caridade e justiça. E ratificava: “se Cesário acoitou escravo não cometeu um crime, foi um ato de caridade que nem só o honra como eleva esta nossa terra”.²⁴⁷ O autor da nota não confirmava o “crime” de acoitamento e prosseguia sugerindo que a absolvição do abolicionista expressaria um compromisso com o patriotismo dos jurados.

Em 28 de fevereiro de 1888, portanto durante o julgamento de Cesário Mendes, o periódico desferiu duras críticas aos representantes do judiciário local, acusando-os de servir “aos engenhocratas”.²⁴⁸ A tentativa de desacreditar publicamente o procedimento dos juizes municipal e de direito, demonstra que os articulistas levaram a níveis extremos a intenção de mostrar a improcedência do “crime” do qual o referido abolicionista era acusado. Afinal, atacaram autoridades públicas, sugerindo parcialidade em suas decisões. Por outro lado, procuraram destacar positivamente o procedimento do promotor público, Pedro Vergne de Abreu, quando julgou improcedente a queixa dada contra o abolicionista.

Na realidade, a atuação do promotor refletiu sua postura diante do escravismo. Há tempos o promotor havia sido “contaminado” pelas ideias abolicionistas, realidade recorrente entre diferentes autoridades durante os últimos anos do

²⁴⁶ Idem. Ver correspondência enviada pelo delegado Albernaz ao Chefe de polícia, datada de 23 de setembro de 1887, onde apresenta as condições impróprias da prisão, no andar superior, para a remoção de Cesário Mendes. Ver também ARC, *Documentos avulsos*, sem código. Em ofício datado de 15 de setembro do mesmo ano para o presidente da Câmara de Vereadores de Cachoeira – o Barão de Belém – o delegado Albernaz solicitava a substituição da fechadura da cadeia, alegando insegurança no estabelecimento.

²⁴⁷ *O Asteróide*, 22 de fevereiro de 1888, p. 2.

²⁴⁸ *O Asteróide*, 28 de fevereiro de 1888, p. 2.

escravismo.²⁴⁹ O nome do promotor aparece nas fontes da época, evidenciando sua participação em momentos solenes de instituições abolicionistas. Por exemplo, na sessão magna realizada pela *Sociedade Libertadora Cachoeirana*, em 1º de maio de 1887, em comemoração ao seu terceiro ano de atuação, Pedro Vergne de Abreu proferiu um eloquente discurso a favor do abolicionismo, sendo “freneticamente aplaudido”,²⁵⁰ segundo o secretário da instituição antiescravista. Notamos, então, que sua posição em favor de Cesário Mendes expressava convicções que vinha defendendo há algum tempo.

O queixoso Joaquim Ignácio da Siqueira Bulcão nomeou como seu procurador, na audiência do dia 27 de fevereiro, o advogado Arthur de Almeida Boaventura, alegando que se achava impossibilitado de comparecer à audiência devido a uma queda que havia sofrido dias antes, ao andar a cavalo em sua fazenda. Seria aquele acidente um anúncio do desfecho que tomaria o processo? Na realidade, nem mesmo o advogado compareceu à audiência do dia 27, e, entre as testemunhas de acusação, apenas o Dr. Francisco Maria de Almeida marcou presença. Mau sinal para o coronel Joaquim Bulcão, que não pôde contar nem mesmo com seus amigos escravagistas em momentos tão decisivos.

Na audiência seguinte, em 2 de março de 1888, da parte de acusação, apenas o Dr. Francisco Maria de Almeida esteve presente. Mesmo assim o Juiz de Direito, Antonio José de Castro Lima entendeu por bem prosseguir no processo, interrogando o réu Cesário Mendes. Feito o interrogatório e tendo pronunciado o promotor público e o advogado de defesa (infelizmente não consta no processo os argumentos utilizados por ambos), o júri composto por doze pessoas reuniu-se em sala secreta para deliberar sobre o processo. Em seguida pronunciou-se:

Não por unanimidade, o réu Cesário Ribeiro Mendes, em um dos dias do mês de março do ano de 1885, não mandou seduzir do Engenho Novo, isto na Freguesia de Santiago do Iguape, o escravo de nome Calixto, pertencente ao Sr. Coronel Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão, contra a vontade deste, nem o tem acoitado em seu poder.²⁵¹

Ao Juiz de Direito coube sancionar a deliberação do júri:

²⁴⁹ Estudos diversos revelam que muitos escravos encontraram autoridades policiais e judiciárias simpáticas à causa abolicionista. Entre outros, ver Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; Joseli Maria Nunes Mendonça. *Entre as mãos e os anéis*.

²⁵⁰ APB, *Atas da Sociedade Abolicionista Libertadora (Cachoeira) (1884-1887)*, maço: 2878.

²⁵¹ APB, *Processos-crime*, fl. 113.

Em conformidade das decisões do júri, absolvendo o réu Cesário Ribeiro Mendes da acusação que lhe foi intentado, mando que se lhe passe o competente alvará a fim de ser solto, [...] e findo o prazo legal, se lhe dê baixa na culpa, pagas os custos pelo autor até o lançamento e daí em diante pela Municipalidade.²⁵²

Ao coronel Joaquim Bulcão restou amargar a derrota de um processo que lhe foi desfavorável, além de perder importante mão-de-obra para tocar os trabalhos na lavoura. Como se não bastasse esse “infortúnio”, teve ainda que arcar com o custo do processo que, de acordo com o contador, ficou orçado em 248\$820 (duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos e vinte réis). Para os adeptos do abolicionismo, a absolvição de Cesário Mendes representou o triunfo de uma ideia que crescia e ganhava numerosos simpatizantes. Foi com ar de euforia que *O Asteróide* noticiou aquele desfecho. Com letras garrafais, mostrou que aquele resultado representava muito mais que o desejo de um cidadão privado da liberdade por quase oito meses. Significava a “vitória abolicionista” numa terra onde o poder senhorial procurava impor sua autoridade utilizando-se, muitas vezes, de meios artificiosos.²⁵³

O exemplar publicado em 7 de março de 1888 foi dedicado, exclusivamente, ao relato dos meandros e desfecho do processo. É possível perceber como ocorreu a reunião no “velho e carcomido prédio da municipalidade” que resultou na absolvição de Cesário Mendes, bem como o instante seguinte à sua libertação. Após destacar os discursos do promotor público interino Arsênio Seixá, e do advogado de Cesário Mendes, José Almanchio, ambos identificados como portadores de “sentimentos humanitários e abolicionistas”, o articulista apresentou um dado novo que não encontramos nas folhas do processo: um provável acordo entre o coronel Joaquim Bulcão e o abolicionista. Segundo o relato jornalístico,

à Cesário Mendes fora proposto que retirava a autoria daquele processo o coronel Joaquim Bulcão mediante a quantia de 400\$000 [quatrocentos mil réis]; o que foi aceito pelo nosso amigo Cesário, com a condição de passar o coronel Joaquim Bulcão carta de liberdade ao escravo que motivara o processo porque fora acusado; o que sucedeu, comprando Cesário a liberdade do infeliz escravo.²⁵⁴

²⁵² APB, *Processos-crime*, fl. 113.

²⁵³ *O Asteróide*, 7 de março de 1888, p. 1.

²⁵⁴ Idem.

Depois de mencionar esse possível acordo, o texto prossegue relatando que os membros do júri se reuniram secretamente, deliberando sobre a absolvição do abolicionista. Essa notícia foi seguida de uma grande aclamação entre os presentes naquela audiência que, após atirar flores sobre Cesário Mendes e os “independentes juizes”, exclamavam “altos e calorosos vivas ao abolicionismo e em foras aos ‘escravocratas’”. Tudo indica que aquela sessão foi acompanhada por diversas pessoas, interessadas em conhecer o desfecho de um processo que havia repercutido durante aproximadamente oito meses na cidade.

Ainda naquele periódico, o articulista destacou os momentos seguintes à absolvição de Cesário Mendes quando, acompanhado por inúmeras pessoas, dirigiu-se à sua residência, havendo ali grande celebração pela “vitória abolicionista”. Estavam presentes o Sr. Henrique Álvares dos Santos e o capitão Pamponet (ex-redator da folha abolicionista). O relato daquela reunião em nada se diferencia das diversas conferências abolicionistas, muito frequentes naqueles dias. Discursos intrépidos e inflamados foram seguidos por “longos aplausos e fervorosos bravos e vivas”.²⁵⁵ Foi em tom de zombaria que o articulista finalizou o texto, afirmando que “em nome de uns miseráveis 400\$000 [quatrocentos mil réis]”, o processo havia sido encerrado.

A libertação do abolicionista foi comemorada, também, pelos membros do Conselho da Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos, entidade civil onde ele era sócio efetivo. Na sessão ordinária de 6 de março de 1888, foi informada pelo relator a decisão do júri em libertar o abolicionista Cesário Mendes. A notícia foi recebida com bastante entusiasmo pelos presentes naquela audiência.

Com bastante contentamento vos anuncio que o nosso sócio Cesário Mendes Ribeiro acha-se livre e no seio de sua família, por ter o tribunal do Júri desta Heroica cidade [*ilegive!*] da justiça da causa que em má hora os perseguidores do nosso consócio, contra ele intentaram para abafar uma idéia santa e que motivara o Sacrifício do Gólgota, o absolveu unanimemente mostrando com esse ato toda independência e justiça.²⁵⁶

Se aqueles dias serviram para mostrar aos abolicionistas da região que a luta contra a escravidão tinha seu preço, serviram também para revelar a extensão do

²⁵⁵ Idem, p. 2.

²⁵⁶ ASMPAC, *Relatório do Conselho da Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos (1886-1888)*, documento 57.

apoio à causa da libertação escrava que poderia vir até mesmo do judiciário. Aliás, diversos abolicionistas, em diferentes partes da província, souberam tirar proveito da simpatia do judiciário pela causa antiescravista, apresentando-se como curadores de escravos quando moviam ações de liberdade.²⁵⁷ O desfecho tomado pelo processo movido pelo coronel Joaquim Bulcão animou os adeptos do abolicionismo que acreditavam em dias melhores para as vítimas do cativeiro, que eram os mais interessados na conquista da liberdade. Quanto aos senhores, estes possivelmente ficaram temerosos dos rumos do escravismo daquele momento em diante.

Como dissemos atrás, tudo indica que Cesário Mendes não fazia parte da equipe de *O Asteróide*, isto porque as referências ao abolicionista foram bastante pontuais, caso contrário localizaríamos discursos mais inflamados e corriqueiros como acontece em relação a outros militantes. No entanto, nas notas e artigos em que aparece o nome do abolicionista, percebemos que os redatores o apresentavam como um abolicionista “intransigente” e defensor sagaz do escravo. Logo, exemplo que deveria ser seguido pelos interessados em militar na mesma causa. Desse modo, Cesário Mendes ocupava lugar de destaque no citado periódico que o entendia como o primeiro mártir do abolicionismo em terras cachoeiranas. Prova disto é o noticiário de 25 de outubro de 1887, onde, entre as “datas memoráveis dos mártires do abolicionismo”, aparece o dia 23 de julho daquele ano, data em que o abolicionista foi preso sob a acusação de acoitar escravos fugidos.²⁵⁸

Nas ruas e na justiça

Enquanto se manteve vigente, a escravidão despertou sentimentos diversos entre a população brasileira. Os discursos ficaram mais dissonantes quando, em fins da década de 1880, as ações escravas, articuladas com a campanha abolicionista, assumiram atitudes mais arrojadas. Conflitos envolvendo escravos, libertos, abolicionistas, escravocratas e polícia tornaram-se comuns em diversas partes do país. Onde havia concentração de mão-de-obra escrava, os embates mostraram-se bastante acirrados, como aconteceu na região do Recôncavo baiano. Açucareira e escravocrata, essa região foi palco de intensos conflitos, uma vez que a propaganda antiescravista colocava em “risco” as relações sociais engendradas na escravidão, o

²⁵⁷ Ver Ricardo Tadeu Caires Silva. “Os escravos vão à justiça”.

²⁵⁸ *O Asteróide*, 25 de outubro de 1887, p. 2.

futuro e a riqueza de muitas famílias abastadas que, durante tempos, lucraram com a exploração humana.²⁵⁹

O periódico abolicionista *O Asteróide* envolveu-se diretamente em conflitos ocorridos na cidade de Cachoeira. Desde seu primeiro exemplar, a gazeta ocupou-se em denunciar ações de autoridades policiais locais. Em seguida, conflitos envolvendo abolicionistas e policiais extrapolaram o limite da redação e/ou tipografia, gerando momentos tensos em lugares movimentados da cidade. A narrativa seguinte é uma tentativa de analisar o discurso de *O Asteróide* ao noticiar os confrontos havidos naquela localidade. Mais do que evidenciar os embates entre setores sociais, a forma como a folha noticiou os eventos revela que a população local mostrou-se solidária à luta contra o cativo, reagindo, em diversos momentos, aos excessos escravistas.

Nos primeiros números, extensos editoriais, artigos e notas “informaram” ao público leitor os comportamentos de policiais, sobretudo do delegado da cidade – capitão Joaquim Ignácio Albernaz. A leitura das matérias transparece que a equipe jornalística possuía revelada antipatia pelo capitão, o que fica evidente nos epítetos dirigidos àquela autoridade. Em editorial de 27 de setembro de 1887, o articulista utilizou palavras enfáticas, criticando o governo provincial por ter substituído o capitão Manuel José da Silva Lemos pelo capitão Joaquim Ignácio Albernaz no cargo de delegado de Cachoeira.²⁶⁰ Ali, tinham início as sistemáticas e corriqueiras críticas do periódico ao capitão Albernaz.

(...) a polícia nestes últimos tempos só se ocupa em prender ‘escravizados’, a título de fugidos; só se ocupa em ‘espaldeirar’ o povo; só se ocupa em fazer prisões arbitrárias; a invadir a noite o domicílio inviolável dos cidadãos; a praticar essas correrias anárquicas que tanto depõe da moralidade do indivíduo que investido das funções policiais assim procede!²⁶¹

As acusações do articulista cumpriam o papel de desmoralizar a reputação do corpo de polícia, tendo como alvo principal o delegado Albernaz, definido como “ignorante e sem moralidade”, “homem de fraca intelectualidade, irascível, sem o mínimo

²⁵⁹ Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, p. 111.

²⁶⁰ APB, *Presidentes da Província – registro de títulos (1878-1887)*. Livro – 1981, p. 206. Desde setembro de 1885 o capitão Albernaz ocupava o cargo de 1º suplente da delegacia de Cachoeira.

²⁶¹ *O Asteróide*, 27 de setembro de 1887, p. 1.

conhecimento das leis deste país”.²⁶² O jornal partiu furiosamente contra os policiais, apoiando-se no argumento de que eles agiam “guiados” pelos escravocratas da região, declarando que Albernaz atuava “largamente remunerado por diversos escravocratas inimigos do povo, para tê-lo a seu serviço”.²⁶³ Noutro exemplar, um articulista sugeriu que o delegado Albernaz servia aos “engenhocratas” e “mandioqueiros” do Iguape, numa referência aos grandes senhores de engenho da próspera freguesia de Santiago do Iguape.²⁶⁴ Com efeito, em 1873 Albernaz estava ocupando o cargo de subdelegado do Iguape, numa evidência de que essa autoridade policial possuía vínculos com os proprietários da referida freguesia.²⁶⁵

Embora apareça de forma menos explícita no periódico, as imagens depreciativas do delegado Albernaz, entre outras coisas, tinham como pano de fundo disputas político-partidárias envolvendo liberais e conservadores locais. Em diversos momentos os articulistas procuraram mostrar uma inversão dos programas de partido, sendo os liberais alvo das acusações em que se denunciava a ligação entre estes e membros do partido conservador.²⁶⁶ Com frequência os liberais eram acusados de apoiarem o capitão Albernaz, insistentemente apontado como causador de tumultos envolvendo abolicionistas e parte da população local. Segundo o articulista, o capitão, que era membro do partido conservador, havia se “divorciado de seus amigos” de partido, sendo abraçado por “pseudo liberais”.²⁶⁷ Diversas notas indicavam, além do delegado, membros do partido liberal entre os perseguidores do abolicionista Cesário Mendes.²⁶⁸

²⁶² *O Asteróide*, 4 de outubro de 1887, p. 1.

²⁶³ *O Asteróide*, 21 de outubro de 1887, p. 2. Sobre correspondências em que o delegado rebate denúncias de maus tratos contra escravos da região, ver APB, *Chefes de polícia*, maço: 2987. Em ofício enviado ao Chefe de Polícia, datado de 13 de setembro de 1887, o delegado Albernaz desmente a acusação de que uma escrava do major João da Mata Pinto havia sido colocada no tronco e espancada até à morte. Na ocasião, ele também quis mostrar que um outro escravo, chamado Luís, havia sido castigado dentro da legalidade, já que fora “apenas metido no tronco, sem sofrer outro qualquer castigo”.

²⁶⁴ *O Asteróide*, 6 de dezembro de 1887, p. 2.

²⁶⁵ CEDIG/UFBA. *Almanach administrativo, comercial e industrial da Província da Bahia para o ano de 1873*. Bahia: Tipografia de Oliveira Mendes & C., 1872, p. 123.

²⁶⁶ Jailton Lima Brito. *A abolição na Bahia*, p. 128, para esse pesquisador o que estava em jogo nas decisões de conservadores e liberais era os interesses individuais e regionais. Ver também Andréa Santos da Silva Pessanha. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo: UNIABEU, 2005, p. 92, ela apresenta as críticas de André Rebouças para os liberais que se posicionaram contrários à Lei dos Sexagenários. Para ele, a questão escrava deveria ter prioridade nas discussões entre liberais no parlamento.

²⁶⁷ *O Asteróide*, 21 de outubro de 1887, p. 2.

²⁶⁸ *O Asteróide*, 14 de outubro de 1887, p. 1.

Para o delegado Albernaz, os insultos impressos n' *O Asteróide* certamente contribuíam para desfigurar sua imagem e diminuir-lhe o respeito frente aos cidadãos cachoeiranos e seus subordinados no destacamento. Essa preocupação já vinha atormentando o delegado há tempos. Além do carcereiro José Caiçara Mascarenhas, apontado pelo delegado como reincidente em praticar irregularidades, tornando-se, com esse procedimento, uma ameaça para o bom desenvolvimento das ações policiais,²⁶⁹ o soldado Manoel Leopoldino de Santana também despertou grande indignação no capitão Albernaz.

Em correspondência datada de 12 de maio de 1887, endereçada ao Chefe de polícia, o delegado Albernaz mostrava que havia sido atacado em sua autoridade quando, dirigindo-se ao soldado Manoel na noite de 3 de maio daquele ano e convocando ele e demais praças para patrulharem as ruas da cidade em dias de festa, recebeu como resposta o desprezo por parte dos policiais. Indignado, o delegado escreveu que o “insubordinado” soldado Leopoldino “formalmente desobedeceu-me, voltando-me as costas, dizendo que nada tinha com aquilo, pois era do serviço particular do sargento”.²⁷⁰ Visivelmente ressentido, Albernaz registrou ser o soldado Leopoldino responsável por “perverter todo o destacamento” com seu “insólito” procedimento. O desassossego do delegado demonstra que estava cada vez mais difícil realizar suas atividades policiais, pois além dos “desordeiros” que agiam nas ruas, tinha que enfrentar o procedimento “insolente” dos praças.

A numerosa quantidade de correspondência entre a delegacia de Cachoeira e a presidência da Província revela que o ano de 1887 foi realmente tenso nessa cidade. Diminuto corpo de polícia,²⁷¹ insubordinação de praças e reputação manchada nas páginas da imprensa local foram alguns problemas enfrentados pelo capitão Albernaz em momentos de bastante agitação social em torno da abolição. Lidar com os ventos contrários não foi nada fácil para o delegado, e o resultado de tanta pressão não tardou a aparecer. Espancamentos, prisões de abolicionista e conflitos de rua são algumas das acusações que recaíram sobre a dita autoridade policial.

²⁶⁹ APB, *Delegados (1887-1889)*, maço: 6226.

²⁷⁰ Idem. O delegado Albernaz notifica que no dia 10 de maio de 1887, dirigindo-se ele ao mesmo soldado Leopoldino para solicitar alguns praças a fim de realizar o patrulhamento da cidade foi “pessimamente respondido pelo audacioso” soldado, quase provocando um grave conflito no quartel. Ver também correspondência de 24 de julho de 1887 onde aparecem dois soldados presos por crime de desobediência e agressão ao Cabo.

²⁷¹ Idem. Aparecem várias correspondências solicitando o aumento de praças para a manutenção da ordem.

Em matéria impressa na seção de noticiários, de 30 de setembro de 1887, *O Asteróide* noticiou o episódio que considerou o primeiro “ataque à imprensa” pelo capitão Albernaz. Segundo consta, ao sair o entregador do periódico, João Ângelo Ferreira, em distribuição do segundo número do exemplar, no dia 27 do corrente, foi sumariamente atacado, as gazetas dilaceradas e, em seguida, levado à cadeia da cidade pelo delegado e guardas policiais. Essas ações foram motivadas, segundo o articulista, pelo aparecimento do nome do delegado no exemplar anterior do jornal associado a prisões ilegais, espancamentos e violamento de residências. Ao final da matéria, o autor dirigiu-se àquela autoridade policial, expressando: “este bom povo que o há tolerado com tanta mansidão pode de um dia para outro tornar-se um leão. A paciência tem limite; e o resultado de tantas tropelias pode ser funesto”.²⁷² Com esta assertiva, o articulista buscou mudar o foco da perseguição. Embora os embates tenham sido entre abolicionistas e policiais, a reação viria por parte do “povo” que não admitiria as “tropelias” do delegado.

A redação do jornal não assistiu passivamente ao incidente. Procurou buscar apoio de todas as partes. Além de imprimir incisivos ataques contra aqueles que ocupavam os cargos policiais, procurou deixar bem informado o Presidente da província, a fim de garantir a liberdade de imprensa que estava ameaçada. Em 27 de outubro de 1887, passado um mês do conflito inicial, o redator de *O Asteróide*, José Theodoro Pamponet, telegrafou ao representante da província informando que o delegado Albernaz havia “espancado postilhão”, “dilacerado gazeta”, ações que promoviam “ânimos exaltados” naquela cidade, e concluía o telegrama reclamando providências imediatas.²⁷³

Quando se reportava aos acontecimentos do dia 27 de setembro, o articulista procurava destacar que o delegado havia agido covardemente “porque não respeitou a fragilidade de uma criança”, numa alusão ao entregador da gazeta.²⁷⁴ Além disto, anunciava que foi “contra o povo cachoeirano, que tem a nobreza de querer a redenção dos cativos” que agiram os policiais. Numa tentativa de legitimar sua posição social ou mesmo arrebatá-la a confiança da população local, em diferentes momentos, a folha buscou evidenciar que a ideia abolicionista havia

²⁷² *O Asteróide*, 30 de setembro de 1887, p. 2.

²⁷³ APB, *Chefes de polícia*, maço: 2987.

²⁷⁴ *O Asteróide*, 4 de outubro de 1887, p. 2.

encontrado ampla adesão entre o “povo”. Desse modo, ao voltar-se contra os abolicionistas, o delegado tornara-se “inimigo dos cidadãos”.

Na tentativa de consolidar a folha abolicionista, os articulistas recorreram a todos os leitores. Recordando o episódio em que foi preso o entregador João Ângelo Ferreira, o articulista dirigiu-se “às excelentíssimas matronas cachoeiranas e ao belo sexo em geral”. O caráter sentimentalista do artigo buscava exaltar o espírito humanitário e sentimentos nobres daquelas senhoras. Segundo o articulista, os fatos do dia 27 foram como “castigo de advogarmos a causa do cativo; como um escárnio a imprensa livre, e até (com dor dizemos) como uma afronta a vós, senhoras – a vós – a quem naquele dia havíamos implorado caridade para o mísero cativo”.²⁷⁵ Ao colocar as “matronas cachoeiranas” na posição de vítimas dos policiais, o periódico possuía a intenção de, despertando nelas antipatia para com os inimigos da abolição, ganhá-las para o movimento antiescravista. Para isso recorreram ao emocional: “a compaixão, a caridade e o perdão foram em todos os tempos a trindade sacrossanta que caracteriza a feição moral da mulher. (...) Compadecei-vos dos nossos sofrimentos, dispensai aos míseros cativos a vossa caridade”.²⁷⁶

Se o confronto entre abolicionistas e policiais, ocorrido em 27 de setembro de 1887, repercutiu na cidade e serviu para demonstrar o antagonismo de interesse e ideias em relação à permanência da escravidão naquele distrito, os embates posteriores foram mais incisivos e com resultados mais drásticos. Foi preciso o Presidente da Província, João Capistrano Bandeira de Mello, ordenar que o Chefe de polícia da Bahia saísse às pressas da capital, acompanhado de 10 praças, para tentar “restabelecer a ordem e a tranquilidade pública” em Cachoeira, devido à grande participação de populares em conflitos de rua. Ao chegar naquela cidade, o Chefe de polícia ficou surpreso pela grande multidão que lhe esperava no cais do porto, percebendo que o local encontrava-se ainda alarmado pelos eventos ocorridos no dia anterior.²⁷⁷ *O Asteróide* noticiou aqueles eventos com grande indignação, envolvendo-se diretamente em conflitos com policiais.

Uma sequência de episódios envolvendo autoridades policiais, gentes do “povo” e abolicionistas marcou o dia 4 de outubro naquela localidade. Os conflitos ocorridos nas ruas da cidade chegaram aos tribunais gerando um processo criminal.

²⁷⁵ *O Asteróide*, 11 de novembro de 1887, p. 2.

²⁷⁶ *Idem*.

²⁷⁷ APB. *Chefes de polícia*, maço: 2987.

O Asteróide não poupou palavras para “informar” ao leitor os confrontos ocorridos naquela terça-feira de outubro. Veiculado no dia 8 de outubro de 1887, o editorial, que narra os conflitos mais sistematicamente, ocupou toda a primeira página do jornal e ainda parte da segunda. A forma como o articulista desenvolveu o texto demonstra que sua intenção estava para além de proporcionar ao público o conhecimento dos embates ocorridos naquele dia. Entre as linhas, estava evidente o interesse em colocar a opinião pública contra o capitão Albernaz.

Segundo o discurso impresso, ao cair da tarde daquele dia 4 de outubro, deu-se início ao drama envolvendo o delegado Albernaz e um velho septuagenário. Interpelado em plena via pública, na Rua da Ponte Nova, uma das mais movimentadas da cidade, o funcionário dos correios Ignácio José de Freitas teria sido insultado pela citada autoridade policial com alcunha de “alcoviteiro”. Poucos dias depois daquele encontro, o jornal noticiava:

Nesse dia, seriam três para quatro horas da tarde, sem a mínima razão, o delegado Albernaz encontrando-se com o velho Ignácio José de Freitas, honrado pai de família, respeitado por sua idade, querido por seu procedimento, admirado por seu amor ao trabalho, dirigiu-lhe, além de outros insultos, o epíteto de ‘alcoviteiro’ (...).²⁷⁸

Segundo a narrativa do articulista, o delegado Albernaz, desprovido de qualquer motivo, abordou e atacou o velho Ignácio José de Freitas na sua reputação e caráter. Mas, como que intencionado em apresentar uma imagem daquele senhor diferente da forjada no argumento apontado pelo capitão, o autor da matéria teceu inúmeros elogios à conduta do idoso ultrajado. Às virtudes do senhor contrapõem-se totalmente a ideia que o delegado possuía. Ao buscar definir moralmente Ignácio José de Freitas, a intenção do jornal foi demonstrar que a ação de Albernaz teria sido desmedida, injustificada e, mais ainda, contra um indefeso idoso. Segundo o articulista, os insultos verbais foram seguidos de agressões físicas, quando, após chamá-lo de “negro”, o delegado esmurrou o velho Ignácio Freitas, que caiu ao chão desequilibrado, sendo preso em seguida. O periódico pretendia mostrar abuso de autoridade e a “gota d’água” para o acirramento das tensões já existentes na cidade.

No auto de perguntas feitas ao capitão Albernaz em sua residência, dois dias após os conflitos, pelo Chefe de polícia, o delegado informou que tudo começou

²⁷⁸ *O Asteróide*, 8 de outubro de 1887, p. 1.

estando ele conversando com uma senhora por nome Rosa, na Rua da Ponte Nova. Ao falar “que a gazeta intitulada *Asteróide* se havia ocupado dele interrogado, que não fazia caso de alcoviteiros (...)”,²⁷⁹ o entregador de cartas José Ignácio de Freitas ouvindo-o, numa atitude de defesa do redator do jornal, replicou que “alcoviteiro” era ele – o delegado. Numa tentativa de demonstrar ser vítima naquele episódio, o capitão Albernaz fez questão de registrar que “não vira [o carteiro] por achar-se de costas para a rua”, ficando surpreso com a atitude tomada por José de Freitas.

No entanto, o relato do soldado Antonio José da Luz, que acompanhava a referida autoridade policial, demonstra que aquele embate havia iniciado de outra forma. Segundo o soldado, estando Albernaz na porta de uma senhora a conversar, viu o carteiro dos correios “para quem apontando o delegado disse ‘lá vai um velho alcoviteiro deles’”.²⁸⁰ Desse modo, o relato caminha no sentido de demonstrar que o delegado afrontou o carteiro dos correios por estar distribuindo exemplares do periódico abolicionista onde seu nome havia aparecido associado a irregulares no cumprimento das diligências policiais. Surpreende-nos a determinação do soldado Antonio que, mesmo subordinado ao delegado, apontou-o como o provocador daquele confronto.

Ainda segundo o capitão Albernaz, diante do suposto insulto do carteiro, deu voz de prisão ao mesmo e ordenou ao guarda que o levasse à cadeia, mas logo em seguida revogou a sua decisão, libertando o idoso. Em nenhum momento do testemunho o delegado fez referência à “bofetada” que dera no funcionário dos correios. Contudo, tanto o velho agredido quanto a maioria das testemunhas foram unânimes em confirmar a agressão que, segundo consta, foi responsável pelo desencadeamento de outros conflitos ocorridos naquele dia.

O periódico noticiou que ao saber do conflito envolvendo o delegado e seu pai, Henrique José de Freitas saiu à procura da dita autoridade. Encontrando-o, questionou-lhe o motivo da ação, recebendo como resposta:

²⁷⁹ ARC, *Judiciário*, caixa 1973, vol. 1 (1888). Em *Encruzilhadas da liberdade*, Walter Fraga Filho utilizou-se deste documento quando refletiu sobre a reação senhorial frente aos embates abolicionistas. Porém, como não era intenção deste autor, as falas dos envolvidos nos conflitos não foram destacadas, o que faço nesta parte do texto. Além dessa fonte, muitas outras que serão discutidas neste trabalho já foram citadas pelo referido pesquisador.

²⁸⁰ ARC, *Judiciário*, p. 16.

(...) igual insulto, uma ameaça, o que não realizara porque Henrique mais destro, ligeiramente fizera-lhe com *a mão nas faces do delegado*, o que este havia feito em seu velho pai.

Seguiu-se depois um drama de sangue, isto é, o delegado disparara o revólver contra Henrique, e este em ato contínuo, disparara-lhe por sua vez, uma pistola, saindo Henrique mortalmente ferido, e o delegado Albernaz ferido em uma das mãos!²⁸¹ (grifos nossos)

Em nenhum momento o articulista refere-se aos insultos proferidos por Henrique contra o delegado. No entanto, os relatos das testemunhas demonstram que eles existiram. O advogado Antonio José Baleeiro, vizinho do delegado e testemunha no inquérito, afirmou ter visto Henrique José de Freitas, armado de garrucha e facão, “desafiar” o delegado e proferir “palavras insultuosas” em frente à residência de Albernaz. De igual modo, o negociante português Antonio Gaspar de Oliveira informou que furiosamente Henrique de Freitas gritava, “chamando pelo delegado que lhe aparecesse se era homem”.²⁸² Ao suprimir do texto essa informação, parece que a intenção do articulista foi retirar tudo aquilo que provavelmente concorresse contra o apoio dos leitores para o jovem Henrique.

As testemunhas não confirmam o contato físico entre o delegado e Henrique de Freitas como noticiou o jornal. Elas são unânimes em afirmar que partiram de Henrique de Freitas os tiros e não do delegado como quis fazer-se acreditar o autor da matéria. A forma como o jornal narrou o acontecido revela um discurso bastante tendencioso. Ao mostrar ao público leitor que a primeira ação na troca de tiros partiu do delegado, o articulista tinha como propósito suscitar o repúdio popular contra aquela autoridade. Em contrapartida, a atitude do capitão Albernaz em reagir seria aceitável, afinal àquele ato não lhe restava alternativas.

Os tiros disparados por Henrique de Freitas, defronte do botequim de Campos, atingiram a mão esquerda e o braço do delegado. Em seguida, o capitão replicou com tiros de revólver que atingiram o braço direito do jovem, mas não foi o bastante para imobilizá-lo, pois este saiu em fuga pelas estreitas e íngremes ruas e becos da cidade a ouvir a frase “pega o assassino”, pronunciada pelo delegado que saiu em seu encalço. O ato de Henrique em evadir-se do local onde aconteceram os disparos não foram noticiados pelo jornal, o que ratifica o caráter tendencioso da matéria. Perseguido por dois praças e o capitão Albernaz, Henrique de Freitas foi

²⁸¹ *O Asteróide*, 8 de outubro de 1887, p. 1.

²⁸² ARC, *Judiciário*, p. 14.

encontrado em um beco da cidade, mas não pôde ser preso, porque, após cair vítima de um “ataque de gota”, grande número de indivíduos se opôs à sua prisão.

O articulista noticiou que, estando ainda caído o jovem Henrique de Freitas, “a polícia o espancava juntamente com o indivíduo Manoel Joaquim Albernaz”, irmão do delegado.²⁸³ Ali, acirraram-se os ânimos mais uma vez. Desse conflito saiu ferido o soldado João Carlos dos Santos, vítima de uma pancada na cabeça, e o delegado Albernaz em consequência de uma pedrada que sofrera em um dos ombros. Esses confrontos ocorreram, nas ruas, sob o indignado olhar de inúmeras pessoas. Os conflitos iniciados naquele dia, entre três ou quatro horas da tarde, estenderam-se até à noite, resultando num desfecho mais violento em um outro ponto da cidade.

Entre sete e oito da noite, um novo tumulto se dera nas imediações da residência de Albernaz. A população agitada, tendo à frente alguns líderes do abolicionismo local, entre eles José Theodoro Pamponet, cercou a casa do delegado. *O Asteróide* noticiou que “o povo dirigindo-se à residência do delegado Albernaz [...] intimara ao dito delegado que o prendia a ordem do Sr. Dr. Chefe de polícia”.²⁸⁴ Em seu depoimento, o delegado afirma que um “grupo de desordeiros”, proferindo palavras injuriosas, após arrombar a porta de sua residência, tentou invadi-la, o que não aconteceu porque ele, auxiliado por quatro guardas que o acompanhava, resistiu a isso. Segundo esse relato, a ação do capitão aconteceu posteriormente à atuação dos populares que “à pedradas e tiros”, quebraram todas as vidraças da casa, de acordo com os exames realizados no dia seguinte.²⁸⁵

No entanto, o que se veiculou em *O Asteróide* foi o oposto da declaração do capitão. Segundo consta, imediatamente seguinte “à ordem de prisão que lhe dera o povo”, o delegado ordenou aos “capangas” – policiais que estavam na residência – que atirassem sobre o “povo”. Só então a população inflamada reagiu àquele ato, respondendo com pedradas. A “descarga de tiros” que houve em frente à casa do delegado gerou duas vítimas, ambas com ferimentos nas mãos, sendo elas Enéas Pamponet, filho do redator de *O Asteróide*, e Vicente Ferreira Gomes.²⁸⁶

Os ânimos da população foram acalmados com a chegada do comandante do destacamento, José Geraldês Aragão. A população retirou-se debaixo de “repetidos vivas”, numa expressão de que saía vitoriosa daquele embate. Posteriormente, o

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ *O Asteróide*, 8 de outubro de 1887, p. 2.

²⁸⁵ ARC, *Judiciário*, fl. 7.

²⁸⁶ *O Asteróide*, 8 de outubro de 1887, p. 2.

articulista declarou: “abismou-se, como prevismo”, fazendo referência ao delegado Albernaz que, dias após o confronto, foi exonerado do cargo que exercia.²⁸⁷ Após um discurso onde exaltava a postura de populares cachoeiranos diante dos conflitos, no desfecho da matéria apareceu uma espécie de aviso para as autoridades da região: “Mirem-se pois os déspotas (essas autoridades violentas que por aí além andam a pisar na lei, aviltando os cidadãos), nessa magna lição que infligira o povo cachoeirano ao arbitrário e inconsciente delegado Joaquim Ignácio Albernaz”.²⁸⁸

A expressão “povo”, muito frequente nos relatos da imprensa, referia-se a indivíduos de diferentes posições sociais e ocupações profissionais. Na leitura do processo-crime, notamos que médicos, comerciantes, advogados, livres e libertos participaram dos conflitos de rua com motivações abolicionistas, como nos referimos no capítulo anterior. No embate ocorrido em 4 de outubro, o delegado Albernaz disse que o capitão Albino Milhazes Filho liderou o grande número de indivíduos que se opuseram à prisão de Henrique de Freitas, refugiando-o em sua residência. De acordo com a documentação do período, Milhazes Filho era uma pessoa com forte influência na localidade. Seu pai, Albino José Milhazes, importante político de origem portuguesa, mas naturalizado brasileiro, era proprietário de terras, “negociante abastado, exportador e industrial do fumo”.²⁸⁹

O advogado Antonio José Baleeiro, em seu depoimento, disse ter ouvido o subdelegado “dizer que o doutor Bella falava ao povo não ter havido prisão em flagrante e que assim ela não podia se efetuar”. Esse comportamento do médico Gregório Maurício Bella revela seu envolvimento nos eventos ocorridos nas ruas da cidade, naquele inesquecível 4 de outubro de 1887. Além dele, outro médico, José Pereira Teixeira, aparece na documentação participando de conflitos antiescravistas. O delegado Albernaz apontou o doutor como também fazendo parte do grupo que promoveu “grande alarido” e “tentou arrombar” a porta de sua residência, na noite do dia 4 de outubro. Em que pese o ressentimento do delegado, pessoas com origem em camadas de privilégio da sociedade cachoeirana e populares, referindo-se os livres e libertos, com menor prestígio social, participaram dos confrontos que tiveram como pano de fundo instigações abolicionistas.

²⁸⁷ APB, *Chefes de polícia*, maço: 2987. Ver também o documento onde é nomeado o capitão do corpo de polícia José Galdes de Aragão para substituir o então delegado Manoel José da Silva Lemos, na delegacia de Cachoeira.

²⁸⁸ *O Asteróide*, 8 de outubro de 1887, p. 2.

²⁸⁹ Luiz Nicolau Parés. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 195.

Acontece que os conflitos ocorridos em 4 de outubro de 1887 envolveram diretamente abolicionistas, policiais e populares. A questão motivadora da eclosão daqueles confrontos foi a ideia abolicionista aliada às denúncias contra autoridades policiais estampadas nas páginas da imprensa. O advogado Antonio José Baleeiro, quando interrogado sobre as causas dos acontecimentos, respondeu saber vagamente que foi pelo aparecimento de uma “gazetinha” – fazendo referência ao jornal *O Asteróide*. Segundo o negociante Antonio Gaspar de Oliveira, a prisão de Ignácio de Freitas havia sido efetuada, porque “como carteiro dos correios estava entregando uns jornais intitulados Asteróides”.²⁹⁰ Na parte final de sua versão dos acontecimentos, o delegado Albernaz citou alguns nomes de abolicionistas, entre eles José Theodoro Pamponet, Cesário Ribeiro Mendes, Albino Milhazes, declarando ainda que Henrique de Freitas agiu influenciado por “conselhos e instigações” de seus amigos abolicionistas.

Na realidade, os episódios ocorridos naquele dia tiveram uma ampla participação de populares. Para o delegado Albernaz, mais de trezentas pessoas estavam presentes no momento do apedrejamento de sua residência. Já as estimativas de José Theodoro Pamponet sugerem o envolvimento de mais de “mil cidadãos” naquele episódio.²⁹¹ Não obstante a disparidade entre o número dos envolvidos naqueles acontecimentos, a documentação sugere a participação de um numeroso grupo de indivíduos. Para *O Asteróide* a atuação do “povo” naqueles eventos foi decisiva para a exoneração do delegado Albernaz, representando a vitória do abolicionismo naquela cidade.

Fica evidente que a campanha abolicionista não esteve restrita ao movimento organizado e seus líderes. As camadas populares expressaram o sentimento antiescravista, atuando decisivamente nos rumos dos acontecimentos.²⁹² Em muitos lugares do país, o “povo” expressou repúdio às ações, entendidas como arbitrárias, de certas autoridades através de pedradas, paus, porretes, além de insultos verbais. Em São Paulo, nos últimos anos de vigência do escravismo, algumas ruas foram tomadas por manifestações populares, gerando momentos tensos em diversos espaços da cidade. De ânimos exaltados, no ano de 1886, em Santos, a população

²⁹⁰ ARC, *Judiciário*, fl. 14v.

²⁹¹ ARC, *Judiciário*, fl. 39. Ver petição feita por José Theodoro Pamponet que está anexada ao processo.

²⁹² Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, p. 106.

envolveu-se em conflitos na pretensão de “libertar escravos apreendidos e vingar-se das autoridades policiares”.²⁹³

Os momentos de pânico e tensão enfrentados pelos senhores do oeste paulista, conforme analisou Maria Helena Machado, parece terem sido experimentados pelos senhores baianos. À semelhança do que acontecia em cidades do Sudeste, onde havia uma expressiva participação popular envolvida em questões de liberdade, a população cachoeirana envolveu-se em conflitos de rua, numa demonstração de simpatia com a causa da liberdade escrava, recebendo inúmeros elogios na folha abolicionista.²⁹⁴

Mesmo onde a participação de populares não tinha se manifestado com expressividade, a reação escrava ao cativo, articulada com a atuação abolicionista, despertava indignação em proprietários que buscavam uma solução para a “questão servil”, àquela altura irremediável. Elione Silva Guimarães, ao analisar notícias publicadas em periódicos de Juiz de Fora, constatou a tentativa desesperada dos senhores juiz-foranos, no sentido de organizarem-se em associações, visando propor medidas para salvar a lavoura, além da utilização da imprensa para denunciar práticas “audaciosas” de adeptos do abolicionismo.²⁹⁵ Embora argumente que não houve um movimento forte pela libertação escrava em Juiz de Fora, a referida pesquisadora concluiu que através das folhas locais foi possível perceber “um incomodo movimento abolicionista”,²⁹⁶ capaz de ameaçar a tranquilidade senhorial e perturbar o controle da população escrava pelos fazendeiros. No Recôncavo baiano, não se tratava apenas de incomodo, o antiescravismo e as fugas escravas realmente convulsionaram a vida política local.

Em Cachoeira, a atuação abolicionista parece ter sido mais incisiva que naquela cidade mineira. Segundo notícias publicadas no exemplar de *O Asteróide*, veiculado 8 de outubro de 1887, o delegado Albernaz havia atentado contra dois abolicionistas, em via pública, quando distribuíam exemplares do periódico. A ação do capitão aconteceu naquele conflituoso 4 de outubro. Segundo o articulista, ao encontrar-se com Manoel Fontes Moreira e Olimpio Pereira da Silva, Albernaz dera

²⁹³ Maria Helena Machado. *O plano e o pânico*, p. 150.

²⁹⁴ Jailton Lima Brito. *A abolição na Bahia*, p. 95, fala que o abolicionismo desenvolvido na década de 1880 agrupou “representantes de todos os níveis sociais, das mais variadas profissões”.

²⁹⁵ Elione Silva Guimarães. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

²⁹⁶ Idem, p. 106.

voz de prisão aos entregadores, “ordenando ao guarda policial que o acompanhava que ‘cantasse-lhes o velador’”, o que não se realizou devido a intervenção do suplente da subdelegacia, Virgílio Ferreira Mota.²⁹⁷ Retidos por dois dias na delegacia, os abolicionistas só entraram em liberdade por ordem expressa do Chefe de polícia.

No mesmo exemplar, os citados abolicionistas, agradeceram aos amigos que lhes visitaram na cadeia bem como ao Sr. Virgílio Mota. Outra nota, assinada por ambos, atribuía ao capitão Albernaz a responsabilidade por quaisquer ofensas que sofressem a partir daquele momento, assim como seus bens. Essa preocupação pode até parecer banal. Entretanto, uma leitura atenta nos revela outra coisa. Olimpio Pereira da Silva era o proprietário da tipografia onde era impresso o jornal *O Asteróide*. Ao tomar a decisão de publicar essa nota estava em jogo o receio de eventual destruição de seu estabelecimento, o que não era tão incomum naqueles turbulentos dias. Prova disso eram as frequentes agressões que vinham sofrendo tipografias do sudeste, como informava *O Asteróide*.²⁹⁸

As referências ao capitão Albernaz não ficaram restritas àquela extensa matéria publicada em 8 de outubro de 1887. Nos números seguintes os leitores se depararam com diversos artigos e notas onde os “arbítrios” daquela autoridade foram intencionalmente lembrados pelo articulista. Entre outros, o editorial de 11 de outubro de 1887 voltou a ser ocupado pela figura do capitão na intenção de ratificar a pretensão dos “escravocratas” da região em dar cabo à nascente imprensa. Recapitulando os episódios ocorridos em Cachoeira, o articulista acusou os “inimigos do povo” de intentarem contra a continuidade do periódico. Como se não bastassem os “atentados” sofridos, agora as insinuações de ser um “jornal revolucionário” era a estratégia utilizada pelos opositores.²⁹⁹

Em 18 de outubro de 1887, o promotor público Pedro Vergne de Abreu deu seu parecer sobre o inquérito movido em consequência dos acontecimentos daquele 4 de outubro, deixando de intentar qualquer procedimento criminal contra José Theodoro Pamponet e outros citados nos depoimentos. Isso por entender que os fatos escapavam à ação oficial da justiça. Pelos argumentos do promotor, o que havia acontecido naquele dia expressava uma realidade bastante comum “em todos

²⁹⁷ *O Asteróide*, 8 de outubro de 1887, p. 1.

²⁹⁸ *O Asteróide*, 18 de novembro de 1887, pp. 2 e 3.

²⁹⁹ *O Asteróide*, 11 de outubro de 1887, p. 2.

os tempos e países, sempre que qualquer agente do poder público aliena, pelo arbítrio, pelos abusos e excessos, a força moral e prestígio do seu cargo”.³⁰⁰ Com esta declaração, o agente do judiciário buscava representar as ações populares como resultado direto da postura “abusiva” das autoridades policiais locais. Em relação a Henrique de Freitas, deixou de emitir juízo, esperando o melhor esclarecimento do processo.

Com a continuação do sumário, de novos depoimentos e examinados os autos, o Juiz Municipal Artur de Pedreira Cerqueira concluiu ser procedente a denúncia contra Henrique de Freitas e, pronunciando-o nos artigos 193 do Código Criminal, combinados com os artigos 2º § 2º e artigo 34, determinou ao escrivão que passasse mandado de prisão contra o réu e lançasse seu nome no rol dos culpados.³⁰¹ Através de um libelo crime, o promotor público concluiu que o jovem Henrique de Freitas era culpado das acusações feitas pelas testemunhas inquiridas, pedindo, ao final, sua condenação.³⁰² Vitimado na catástrofe do vapor *Dois de Julho*, que naufragou na cidade de Maragogipe, depois de uma explosão da caldeira, o capitão Albernaz já não estava vivo quando, no início do mês de agosto de 1888, o Juiz municipal determinou que fosse concluído o processo e preso o réu.³⁰³

Não foi possível saber por que somente aproximadamente dez anos depois daquela primeira sentença decretada contra Henrique de Freitas o subcomissário de polícia efetuou a prisão do acusado, em 1 de março de 1898.³⁰⁴ Apesar dessa situação, seguida as formalidades do processo, na audiência ocorrida em 8 de julho do mesmo ano, os jurados deliberaram o parecer sobre o inquérito, declarando improcedente a acusação de que Henrique havia, em dias de 1887, disparado “tiros de garrucha” sobre o então delegado Joaquim Ignácio Albernaz.³⁰⁵ Restou ao Juiz interino do tribunal, Manoel Bernardo Calmon, ratificar a decisão do júri, solicitando o competente alvará de soltura de Henrique.

Pela documentação pesquisada, notamos que os anos de 1887 e 1888 foram bastante tensos na cidade de Cachoeira, em se tratando de questões de liberdade escrava. As ideias e propósitos dos homens e mulheres que participaram dos inúmeros conflitos em torno da libertação escrava estavam em sintonia com o que

³⁰⁰ ARC, *Judiciário*, fl. 56.

³⁰¹ ARC, *Judiciário*, fl. 94.

³⁰² ARC, *Judiciário*, fl. 100.

³⁰³ ARC, *Judiciário*, fl. 101.

³⁰⁴ ARC, *Judiciário*, fl. 102.

³⁰⁵ ARC, *Judiciário*, fl. 144.

aconteciam em outras partes do país. O antiaboliconismo dos escravocratas da região atingiu seu auge no aprisionamento de Cesário Mendes, acusado do “crime” de acoitamento de escravos fugidos. Isso aguçou a agitação social naquela cidade, evidenciando o antagonismo de interesses e ideias que envolviam diversos segmentos sociais em relação à escravidão.

A imprensa abolicionista, por conseguinte, foi arma fundamental no combate ao escravismo. *O Asteróide*, veiculado em Cachoeira, destacou-se como importante espaço de luta pela emancipação escrava. Os artigos e matérias impressos nas páginas desse periódico demonstram que a linguagem adotada pela equipe jornalística tinha a intenção de sensibilizar o público leitor para a causa antiescravista, além de evidenciar a tentativa de garantir a ordem e a manutenção dos trabalhadores libertos nas propriedades. Muito embora os abolicionistas ligados ao periódico estivessem diretamente envolvidos nos confrontos ocorridos nas ruas daquela cidade, outros atores sociais participaram do desmonte do escravismo. *O Asteróide* demonstrou que, além da população escrava, o apoio popular nas lutas pela abolição se desdobrou de diferentes formas, atuando positivamente nos rumos tomados pelo movimento em Cachoeira.

CAPÍTULO IV

“DIAMANTINA E REDENTORA LEI”: CELEBRAÇÕES DA ABOLIÇÃO E
PROJETOS POLÍTICOS DE *O ASTERÓIDE* NO PÓS-ABOLIÇÃO

É absolutamente impossível descrever-se a alegria que tem reinado nesta cidade e em S. Félix, desde sábado, após a chegada do vapor da capital que trouxe-nos a notícia de ter passado em terceira discussão na câmara temporária o projeto da abolição imediata do elemento servil.³⁰⁶

Ainda era sábado, 12 de maio de 1888, a abolição não havia sido decretada quando grande número de pessoas percorreu em passeata as ruas da cidade de Cachoeira e da vizinha povoação de São Félix. Movidos pela expectativa da lei que eliminaria definitivamente o trabalho escravo no Brasil, populares entusiasmados ouviam calorosos discursos de abolicionistas, pronunciados das sacadas das residências, intercalados com ovações, vivas, aplausos e foguetes que estalavam no céu. No dia seguinte, após o decreto assinado pela Princesa Regente Isabel, a festa da liberdade tornou-se mais entusiasmada. A imprensa noticiou as celebrações com visível contentamento, mostrando que durante aquela semana a euforia popular pareceu interminável, para desespero de muitos ex-senhores ressentidos.

O Asteróide esteve diretamente envolvido nas celebrações da abolição. Depois do dia 13, páginas inteiras do periódico foram ocupadas com registros da movimentação popular que marcou os primeiros dias da “lei diamantina” na localidade. A gazeta abolicionista, que até aquele momento tinha como proposta “promover a emancipação escrava”, como deixou registrado seus redatores no primeiro exemplar, passou a defender outro programa que consistia na instrução pública daqueles que viveram a experiência da escravidão. Aliás, essa era uma bandeira levantada pelo periódico antes mesmo de abolido o escravismo, principalmente pelo redator e professor Cincinato Franca, que entendia ser a educação a base para o desenvolvimento da nação.

Destarte, neste capítulo analisaremos como as celebrações da abolição foram noticiadas pela referida gazeta abolicionista, além de refletir como diferentes sujeitos

³⁰⁶ *O Asteróide*, 19 de maio de 1888, p. 1 e 2.

sociais participaram da festa. Interessa-nos identificar e refletir, ainda, os projetos políticos defendidos pelo periódico nos dias que se seguiram a abolição. As novas frentes de luta ficaram gravadas no novo subtítulo do jornal que agora se apresentava como “*órgão de instrução e defesa do povo*”.³⁰⁷ Seu novo programa baseava-se na instrução popular como meio de inserir a população egressa da escravidão na sociedade livre. Diante disso, analisaremos de que forma os redatores colocaram em prática esse projeto político.

Celebrações da “lei diamantina” e resquícios da escravidão

A notícia da abolição foi intensamente festejada na Bahia. Em diferentes partes da província, multidões se reuniram para celebrar a lei nº. 3353, de 13 de maio de 1888, chamada de “Lei Áurea”, que determinou o fim do escravismo no Império. Nas ruas da capital baiana, os desfiles comemorativos prolongaram-se por muitos dias e agruparam pessoas de diferentes segmentos sociais, como estudantes, abolicionistas, libertos e ex-escravos. A imprensa registrou, impressionada, que, ao som das filarmônicas e dos sambas, milhares de populares “invadiram” as ruas da cidade, expressando contentamento pela lei da abolição.³⁰⁸ No Recôncavo baiano, o clima festivo também mobilizou inúmeras pessoas que, nas praças das cidades e nas senzalas dos engenhos e fazendas, receberam com grande entusiasmo a abolição.

Oficialmente a notícia da abolição chegou no dia 14 de maio, através de uma correspondência remetida do palácio da presidência da província para o juiz de direito da comarca de Cachoeira.³⁰⁹ Entretanto, as comemorações aconteceram mesmo antes da comunicação formal da presidência. Adotando o título “grande entusiasmo”, o periódico abolicionista *O Asteróide* iniciou, em 19 de maio de 1888, uma sequência de registros sobre as manifestações populares que alteraram o ritmo da cidade de Cachoeira e povoação de São Félix, antes e depois de aprovada a abolição.

³⁰⁷ *O Asteróide*, 2 de junho de 1888, p. 1.

³⁰⁸ A festa da abolição é analisada por Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, especialmente o 4º capítulo; ver também Wlamyra Ribeiro de Albuquerque. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, especialmente o 2º capítulo.

³⁰⁹ ARC, *Documentos avulsos*, sem código.

No dia que antecipou a abolição, quando as manifestações comemorativas já começavam a surgir, sócios do Clube Carigé, unindo-se a pessoas ligadas à gazeta, saíram pelas ruas “proclamando a solução do senado no dia seguinte e a sanção do projeto pela imperial princesa”, naquele dia. Depressa, o “povo” aderiu ao movimento iniciado pelos abolicionistas, formando uma “imensa multidão”³¹⁰ a ouvir calorosos discursos proferidos por lideranças abolicionistas locais, a exemplo do professor Cincinato Franca, Diogo de Andrade Vallasques e José Theodoro Pamponet.

No domingo pela manhã, 13 de maio, ruas e casas foram enfeitadas com bandeiras e flores, retratando a alegria da população. Segundo *O Asteróide*, notava-se o entusiasmo da população que “inquieta preparava as cores, palmas, vivas, bandeiras, fogos e iluminação” para saudar a esperada abolição. A estação telegráfica e a redação do periódico assistiu uma intensa movimentação de populares que aguardavam notícias do encaminhamento da abolição.³¹¹ Uma atmosfera de contentamento pairou sobre a cidade quando um telegrama enviado da Corte noticiava a abolição definitiva do escravismo. Daí em diante, os festejos avolumaram-se, prolongando-se por vários dias e adentrando altas horas da madrugada, afinal “a cidade não estava disposta a se render ao silêncio”.³¹²

Segundo a gazeta abolicionista, entre seis e sete mil indivíduos saíram em passeata pelas ruas de Cachoeira e povoação de São Félix, na noite do dia 13 de maio. José Correia da Silveira e Souza, secretário da *Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos*, registrou em ata que, naquela mesma noite, uma expressiva quantidade de pessoas, acompanhadas de duas filarmônicas, pararam em frente à sede da Monte Pio onde ouviram um eloquente discurso pronunciado pelo Dr. Pedro Vianna Alvim. Segundo a estimativa do secretário, “mais de oito mil pessoas” estavam naquela manifestação.³¹³ Apesar da disparidade nas avaliações, impressiona a quantidade de pessoas que participaram daqueles eventos e isso, certamente, preocupava autoridades policiais que temiam abalos na debilitada ordem social.

³¹⁰ *O Asteróide*, 19 de maio de 1888, p. 2.

³¹¹ *Idem*.

³¹² *O Asteróide*, 23 de maio de 1888, p. 2.

³¹³ ASMPAC, *Livro de Atas*, 1888. Agradeço ao pesquisador Cacau Nascimento pela indicação da fonte. Ele cita este documento em sua dissertação: Luiz Cláudio Dias do Nascimento. “Terra de macumbeiros: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jeje-nagô em Cachoeira e São Félix – Bahia”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA/CEAO, 2007, p. 71.

Na sede da Monte Pio, uma reunião extraordinária ocorreu em 13 de maio, reunindo grande número de sócios, de “pessoas gradas da alta sociedade e do povo”, a fim de dar “prova da sua adesão a tão magnânima, quanto caridosa lei”.³¹⁴ Dr. Pedro Vianna Alvim, um dos oradores daquela reunião, saudou a “Redentora Lei de 13 de Maio, que veio regenerar totalmente este Império e chamar a Sociedade Brasileira milhares de seus concidadãos que dela se achavam banidos”. Finalizada a reunião, todos os presentes tiveram de permanecer no edifício por conta da aglomeração de pessoas que celebravam nas ruas, ao som de filarmônicas, a festa abolicionista. Naquele dia, da sacada do prédio, Pedro Vianna pronunciou-se à multidão, conforme registros da ata:

(...) proferindo um luminoso discurso no qual tratou do benefício que viria resultar a Nação brasileira tão sabia Lei, e que por tanto as que hoje acabaram de render tão salutar benefício, deveriam continuar no seu trabalho para ser bons cidadãos e perfeitos brasileiros, bem como que a Nação brasileira deveria levantar um grande viva a Princesa regente e auxiliada no seu governo, principalmente se viesse a substituir a seu Pai que se achava em estado mórbido. Findo o discurso levantou as vivas a Nação brasileira, a S. A. Regente ao povo cachoeirano e a Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos.³¹⁵

O discurso demonstra o receio, de que já falamos, muito frequente entre senhores de engenho da região, sobretudo na década de 1880 quando o movimento abolicionista assumiu contornos mais arrojados. Muitos prognosticavam abalos nas produções, pois alarmavam que os ex-cativos não se sujeitariam aos trabalhos nas propriedades, preferindo viver na ociosidade e vadiagem. Logo, não espanta a declaração de que “para ser bons cidadãos e perfeitos brasileiros”, os ex-escravos deveriam submeter-se ao trabalho, sobretudo nas grandes propriedades agrícolas. Vianna queria mostrar para a multidão de libertos que participava das festividades que “continuar no seu trabalho” seria uma forma de expressar gratidão pelo “benefício” recebido.

Nas ruas, várias agremiações, empunhando seus respectivos estandartes, e grande número de libertos participaram das passeatas ocorridas naquela semana festiva. Os abolicionistas receberam especial atenção da redação de *O Asteróide*. Segundo os articulistas, sempre que o préstito passava em frente da residência de

³¹⁴ ASMPAC, *Livro de Atas*, 1888.

³¹⁵ Idem.

algum abolicionista, das sedes dos clubes ou das tipografias, ouviam-se discursos calorosos que arrancavam lágrimas e vivas da multidão. Nos discursos, a abolição representava o desfecho de uma batalha onde os abolicionistas eram apresentados como os lutadores mais destemidos. Foi isso que expressou o médico Henrique Álvares dos Santos. Ao pronunciar-se da sacada da redação de *O Asteróide*, ele “considerou o ‘Clube Carigé’ e o nosso jornal [*O Asteróide*] como baluartes invencíveis ao escravocratismo”.³¹⁶

De maneira geral, os abolicionistas figuraram nas falas dos oradores como responsáveis pela condução do processo que resultou na abolição. Cesário Ribeiro Mendes, discursando à multidão, saudou “o Ministério 10 de março, à Princesa Regente e ao partido abolicionista”,³¹⁷ homenageando aqueles que entendia serem os responsáveis pela abolição. Semelhantemente, Sílio Boccanera Júnior considerou “o Ministério 10 de março, a imprensa abolicionista, como alavanca poderosa da abolição”.³¹⁸ O professor Cincinato Franca foi ainda mais taxativo ao tentar fazer “ciente ao povo que a abolição tinha sido a esforço único do partido abolicionista”.³¹⁹ Para esses homens, entusiasmados com aquele acontecimento, cabia-lhes posição de protagonistas das lutas que resultaram na abolição.

A princesa Isabel não ficou esquecida pelos oradores. Ao contrário, em diversos momentos ela foi evocada como personagem central do processo da abolição. Além das reiteradas saudações pronunciadas durante as passeatas, alguns telegrafaram para a princesa parabenizando-a pela sua ação. *O Asteróide* imprimiu uma cópia do telegrama-resposta enviado pelo Conselheiro João Alfredo para o “Clube Carigé” no qual dizia: “Senhor Cincinato Ricardo Pereira da Franca. Em nome da augusta Princesa Imperial Regente agradece cordialmente as saudações dirigidas pelo Clube Carigé”.³²⁰ A *Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos* também enviou correspondência à princesa, com o seguinte teor: “A S. A. Regente do Império. Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos beija mãos sereníssima da Princesa que hoje completou augusta e angélica missão de Redentora dos escravos brasileiros”.³²¹

³¹⁶ *O Asteróide*, 19 de maio de 1888, p. 2.

³¹⁷ *Idem*.

³¹⁸ *Ibidem*.

³¹⁹ *O Asteróide*, 28 de maio de 1888, p. 2.

³²⁰ *O Asteróide*, 19 de maio de 1888, p. 1.

³²¹ ASMPAC, *Relatório do Conselho da Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos (1886-1888)*, documento 57.

Robert Daibert Júnior, analisando as representações da princesa Isabel, notou a predominância da figura de uma mulher generosa e, portanto, merecedora de glorificação, em parte da imprensa carioca da segunda metade do século XIX. Segundo o pesquisador, essa imagem da princesa interessava aos monarquistas que já estavam trabalhando pelo Terceiro Reinado. Por isso, procuravam “ênfaticamente a presença da Monarquia e, sobretudo, da Regente, como responsável pelo grande acontecimento [da abolição]”.³²² Por conta disso, a expressão “Redentora dos escravos”, pronunciada exaustivamente por abolicionistas, tinha como objetivo exaltar os sentimentos de bondade, carisma e espírito humanitário da princesa. Implicitamente procuravam mostrar que Isabel era merecedora da gratidão dos libertos, uma vez que garantiu-lhes a custosa liberdade.³²³

A imprensa procurou destacar, além da ação da princesa, a participação do Clube Carigé na campanha antiescravista e na festa da abolição, reconhecendo-o como também responsável pela alegria daquele momento. No dia 15 de maio, registrou que sócios do referido clube desfilaram puxando um carro cuidadosamente ornamentado que, em certa medida, refletia seu pensamento sobre os autores da abolição. Vejamos a descrição:

Representava este carro a Deusa da liberdade que, surgindo de um frocado de cambraia de linho, apresentava em uma mão a bandeira trazendo a seguinte inscrição ‘Homenagem ao ministério 10 de março, salve o decreto n. 3353’, na outra mão suspendia um ‘Asteróide’, no meio quase do carro uma coluna bem preparada contendo no cume todas as gazetas neutras e abolicionistas, representando a soberania. Na base inferior desta coluna gravitava o despotismo, personificado em tronco, corrente, palmatória, azorrague e todos os instrumentos com que eram martirizados os infelizes.³²⁴

Naquele carro não houve espaços para destacar a participação dos cativos na derrocada do escravismo. No panteão dos heróis da abolição, a “Deusa da liberdade” limitou-se a homenagear representantes políticos do Império, através do ministério 10 de março e do periódico abolicionista *O Asteróide*. A presença de diversos exemplares de periódicos, na parte mais alta de uma coluna centralizada no carro, sinalizava que, de alguma forma, estiveram articulados no movimento

³²² Robert Daibert Júnior. *Isabel, a “redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 144.

³²³ Idem, p. 158.

³²⁴ *O Asteróide*, 23 de maio de 1888, p. 1.

emancipador. Ao projetar essa imagem, a intenção dos abolicionistas foi destacar a participação da imprensa no processo que culminou com o fim da escravidão. Na base da coluna, por sua vez, foram depositados instrumentos familiares ao mundo da escravidão. Talvez essa posição servisse para demonstrar que o escravismo havia sido subjugado.

No registro dos desfiles ocorridos em 19 de maio, os redatores noticiaram que o Clube Carigé percorreu as ruas conduzindo o carro devidamente ornamentado para aquele momento, notando-se retratos de Eduardo Carigé, Pamphilo da Santa Cruz, Nabuco e José Mariano – homens que estiveram envolvidos na discussão sobre o fim da escravidão.³²⁵ Essa postura dos sócios do Clube Carigé ratifica o pensamento de que eles entendiam a abolição como resultado da luta dos abolicionistas, não sendo interessante ressaltar a luta dos escravos contra o domínio senhorial. Para os articulistas, a glória daquele momento deveria ser tributada unicamente às lideranças do movimento antiescravista. No calor daquele evento elaborava-se toda uma simbologia relacionada à construção dos mitos e heróis responsáveis pelo fim da escravidão.

Embora negligenciados na simbologia que se construía, os egressos da escravidão estiveram em grande número nas celebrações. Ao noticiar o caminho percorrido pelo carro ornamentado pelo Clube Carigé, o articulista registrou que “saiu o carro da rua de Baixo, puxado pelo presidente e sócios do Clube, e guarnecido pelo Clube Cana Verde, composto de libertandos em número de trezentos”.³²⁶ Dias depois, em 27 de maio de 1888, o Clube Cana Verde “mandou rezar na capela dos Remédios desta cidade, uma missa em ações de graça ao Todo Poderoso pela feliz vitória que alcançaram os libertos e os abolicionistas”.³²⁷ Evidenciamos que os libertos tinham em mente estar vivendo um momento importante. O envolvimento nos eventos festivos, certamente, foi motivado por sonhos e esperanças de mudanças sociais. Eles celebravam um tempo de transformações, afinal essa foi a retórica de muitos discursos proferidos naqueles entusiasmados dias.

Para Walter Fraga, as iniciativas dos ex-escravos durante os dias seguintes ao 13 de maio tinham significados políticos importantes diante da nova conjuntura

³²⁵ *O Asteróide*, 28 de maio de 1888, p. 2.

³²⁶ *O Asteróide*, 23 de maio de 1888, p. 1.

³²⁷ *O Asteróide*, 31 de maio de 1888, p. 2.

inaugurada pela abolição. Segundo o autor, a participação nas passeatas e as missas celebradas em irmandades negras seria uma forma dos egressos da escravidão demonstrar que “desejavam participar politicamente dos acontecimentos na condição de cidadãos livres”.³²⁸ Participando desta mesma ideia, Wlamyra Albuquerque refletiu sobre a atitude dos libertos quando saíram em passeata pelas ruas da *cidade da Bahia* puxando o carro da Cabocla. A pesquisadora chegou à conclusão que “o lugar garantido pelos Caboclos imprimia um caráter de vitória popular, e mesmo negra, à abolição”.³²⁹

À semelhança dos libertos, as mulheres não ficaram alheias àquelas manifestações de júbilo. Comentando sobre a indiferença da Câmara Municipal sobre os movimentos daquele histórico 13 de maio, quando “nem uma bandeira se desfraldou naquele edifício”, um articulista registrou que

um grupo de mulheres e raparigas com velinhas de vintém iluminaram as escadas da velha escravocrata Câmara Municipal desta cidade, e mesmo assim ela continuou muda e queda junto a bebedeira e ao desespero na sua escuridãozinha.³³⁰

Mais do que iluminar as escadarias do prédio da municipalidade, muito provavelmente a atitude daquelas “mulheres e raparigas” tinha que ver com a própria atuação da câmara municipal, que abrigou interesses de senhores de escravos e/ou seus porta-vozes. Uma semana depois, no dia 19 de maio, a imprensa registrou que “um elegante Clube intitulado ‘Leonor Porto’, formado por senhoras, as quais trajavam vestes brancas”, desfilou pela cidade de Cachoeira, expressando conagraçamento pela lei de 13 de maio. Portanto, fica evidente que as mulheres não ficaram distantes dos festejos da abolição.

O encerramento das manifestações populares aconteceu com uma passeata, reunindo grande número de clubes. *O Asteróide* destacou o trajeto realizado pelo “Clube Rio Branco”, instituição abolicionista da freguesia de São Félix. Com seus sócios uniformizados, o clube “marchava atrás do carro que, deslumbrantemente, conduzia um anjo representando a liberdade”.³³¹ Como nos dias anteriores, não faltaram oradores para proferir intrépidos discursos e inspiradas poesias. O

³²⁸ Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, p. 126.

³²⁹ Wlamyra Ribeiro de Albuquerque. *O jogo da dissimulação*, p. 129.

³³⁰ *O Asteróide*, 19 de maio de 1888, p. 2.

³³¹ *O Asteróide*, 28 de maio de 1888, p. 2.

professor Cincinato Franca, definido pelo articulista como “incansável batalhador”, ocupou a cena apoteótica do desfile ao proferir um extenso discurso, destacando a pressão exercida pelos abolicionistas sobre o escravismo, sobretudo ao transformar a localidade em “asilo dos infelizes foragidos”.³³²

Passados os dias de euforia, o periódico abordou temas relacionados ao passado escravista. Um assunto que ocupou os redatores foi a obstinação de ex-senhores que tentaram manter o domínio sobre os ex-ingênuos, ou seja, os beneficiados pela Lei do Ventre Livre. Em matéria intitulada “Ainda a escravidão”, *O Asteróide* noticiou a resistência do ex-senhor José Numa da Silva Júnior em permitir que a ingênuo Maria Messias, depois da abolição, acompanhasse sua mãe, Maria Rita. Esta havia trabalhado como escrava para José Numa até a lei de 13 de maio e não tinha interesse em continuar na casa de seu ex-senhor.³³³ Contudo, uma nota publicada dias depois informava que o Juiz de Órfãos obrigou o ex-senhor José Numa a entregar a menor à mãe.³³⁴

O comportamento do ex-senhor José Numa demonstra que ele pretendia explorar por mais algum tempo os serviços da ingênuo, mesmo depois da abolição.³³⁵ Essa mesma atitude foi compartilhada pelo ex-senhor Quintiliano Martins que, segundo uma nota publicada no periódico, saiu pelas ruas de Cachoeira “em busca de um menor, filho de sua ex-escravizada por nome Damazia, pretendendo reconduzi-lo ao cativo, alegado serviços da extinta lei Rio Branco”.³³⁶ Inconformados, muitos ex-senhores utilizavam-se do recurso da força para continuar a desfrutar dos serviços dos ex-ingênuos.

Com efeito, se alguns ex-senhores se esforçaram para continuar com os menores, após a abolição, outros decidiram deixá-los à própria sorte. Em correspondência enviada no dia 21 de junho de 1888 para o presidente da província, Manuel do Nascimento Machado Portella, o Juiz de Órfãos de Cachoeira, Pedro

³³² *Idem.*

³³³ *O Asteróide*, 25 de junho de 1888, p. 2.

³³⁴ *O Asteróide*, 30 de junho de 1888, pp. 2 e 3. Sobre conflitos envolvendo ex-escravos e senhores de engenho do Recôncavo Baiano, no pós-abolição, ver Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, especialmente o 5º capítulo.

³³⁵ Segundo Miguel Luiz da Conceição. “O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBa, 2007, pp. 93-99, muitos ex-senhores recorreram à justiça para obter a tutela dos menores com o argumento de educá-los, entretanto essa atitude tinha como pano de fundo continuar desfrutando dos serviços de ex-ingênuos.

³³⁶ *O Asteróide*, 8 de setembro de 1888, p. 2. Ver também o exemplar publicado em 22 de junho de 1888 onde informava que o ex-senhor Aristides Borges Falcão havia andado pelas ruas de Cachoeira à procura de uma ingênuo, filha de sua ex-escrava, a fim de levá-la para sua propriedade.

Vianna, notificou que estava enfrentando “sérios embaraços” para resolver a questão dos ex-ingênuos na localidade. Segundo ele, muitos libertos estavam abandonando a casa dos ex-senhores, levando consigo seus filhos. Entretanto, disse o Juiz:

Aqueles, porém, que já não tem mais pais permaneceram nas casas onde serviam e têm sido mais ou menos curadas por aquelas pessoas que anteriormente tinham direito aos seus serviços.

Hoje, porém, me representam grande número de ex-senhores dizendo não querer mais continuar a alimentar crianças de pouca idade, que nenhum serviço prestam-lhes. (...)

Notícias chegam-me de que no interior é tal a desumanidade de certas pessoas que mandam depositar às portas das igrejas os pequenos cadáveres das infortunadas crianças que ali ficam expostas até que a notícia chega aos ouvidos dos vigários.

Tem se visto muitas crianças de muito poucos anos na maior e mais lamentável indigência vagarem pelas estradas esmolando em tão verdes anos o pão da caridade.³³⁷

A experiência histórica da abolição na localidade demonstrou que as relações estabelecidas no tempo do cativo estavam visivelmente abaladas naqueles dias sem escravidão. Em relação ao “pedido de socorro” feito pelo juiz de órfãos ao presidente Machado Portella, vemos que para os ex-senhores continuar com os ex-ingênuos órfãos “de pouca idade” significava perdas financeiras, pois tinham que arcar com a formação de crianças muito pequenas, sem idade para trabalhar. Acrescentemos a isso o fato de que muitas das crianças eram do sexo feminino, o que representava diminutas as chances dos ex-senhores empregá-las em serviços agrícolas, atividade de predominância masculina.

Além dos ex-ingênuos, a imprensa também registrou casos de senhores que buscaram assegurar o secular domínio senhorial sobre alguns libertos. Considerando a expressão, “novo escândalo, horrível”, que intitulava uma nota publicada em *O Asteróide*, percebemos que esse era um acontecimento relativamente frequente. Segundo o relato, o ex-senhor Antonio Felipe de Mello, residente na cidade de Maragogipe, recusava-se a libertar seus ex-escravos, dizendo naqueles dias: “a lei diamantina não tem poder de libertá-los”. Ainda segundo o articulista, os libertos viviam sob novo cativo, trabalhando “guarnecidos com o feitor e mais pessoas, a fim dos mesmos não evadirem-se”.³³⁸ Abalado com a

³³⁷ APB, *Presidência da província – juizes – Cachoeira (1888)*, maço: 2283.

³³⁸ *O Asteróide*, 25 de junho de 1888, p. 2.

perda do poder senhorial, o ex-senhor Antonio Mello pretendia, a todo custo, conservar seus antigos trabalhadores em sua propriedade, recusando-se a permitir que os libertos abandonassem suas terras.³³⁹ Vemos, então, que a lei da abolição não foi recebida com entusiasmo e alegria por todos. Embora multidões tenham saído em passeatas pela cidade, muitos resistiram à lei, ressentidos pela perda de prerrogativas senhoriais.

Depois da festa, os redatores de *O Asteróide* começaram a defender outros programas, entre eles a instrução pública. Os abolicionistas ligados à gazeta não almejavam apenas o fim da escravidão. Eles entediavam que a extinção do escravismo representaria grande passo em direção a reformas sociais. Por conta disso, o periódico empenhou-se em promover a instrução dos egressos da escravidão, através da criação de uma escola noturna. A seguir, nossa intenção é refletir de que maneira os abolicionistas de *O Asteróide* colocaram em prática esse novo projeto político.

“O livro e o trabalho”: instrução e inserção social dos egressos da escravidão

Como dissemos atrás, dias depois da abolição, *O Asteróide* passou a ser editado com o subtítulo de “*órgão de instrução e defesa do povo*”.³⁴⁰ Do ponto de vista do periódico, a abolição deveria ser seguida de uma série de reformas sociais, sendo a instrução popular a mais reclamada, pois através dela formar-se-ia cidadãos comprometidos com a civilização e progresso da nação. Em outras palavras, não era suficiente promover a emancipação escrava, tornava-se imprescindível “emancipar o espírito das trevas, a inteligência da ignorância (...), inoculando no cérebro dos libertos a instrução, o conhecimento da constituição, do código e amor ao trabalho, a Pátria, a família e a Deus”.³⁴¹ Desse modo, a instrução defendida pela gazeta não estava limitada ao aprendizado da escrita e leitura, mas tinha uma conotação moral e normatizadora da vida em liberdade. Buscava-se construir o perfil do homem livre apoiado na ideia de sobriedade e devotamento ao trabalho.

³³⁹ Esse comportamento foi de muitos ex-senhores residentes no município de Cachoeira. Houve casos de libertos que foram levados ao tronco por recusarem-se a trabalhar sob os mesmos termos da escravidão. Ver Iacy Maia Mata. “Os treze de maio’: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBa, 2002, p. 26.

³⁴⁰ *O Asteróide*, 2 de junho de 1888, p. 1.

³⁴¹ *O Asteróide*, 12 de junho de 1888, p. 2.

Nesse sentido, os redatores mostraram preocupação com as ocupações dos ex-escravos, mostrando que o “remédio” para curar a vadiagem e ociosidade seria a instrução. Em artigo que discutia as vantagens da instrução, um articulista declarou que “o homem sem educação procura meios de subsistência, alcançando-os sem escrúpulos; mas a moral os ensina achar no amor ao trabalho, sem detrimento de outrem”.³⁴² O discurso de que os libertos pautariam suas vidas no desregramento moral dominou as cabeças de muitos que pensavam a inserção social dos ex-escravos. Lembremos da fala do Dr. Pedro Vianna, proferida da sacada da *Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos*, convocando os ex-escravos a “continuar no seu trabalho para ser bons cidadãos e perfeitos brasileiros”.

Mesmo antes da abolição, a instrução pública era tema corrente entre parlamentares, autoridades provinciais e locais.³⁴³ Miguel Luiz da Conceição notou uma ampliação, na década de 1870, da discussão sobre o problema da instrução, como uma tentativa do governo imperial em patrocinar o ensino e o acesso à escola para grande parte da população brasileira analfabeta, excluindo os escravos aos quais era negado o acesso à instrução.³⁴⁴ Na Bahia, houve uma movimentação no sentido de “reformular e organizar o sistema de ensino”, entretanto o discurso provincial mostrou-se bastante ineficiente em relação a participação dos libertos e ingênuos nos estabelecimentos escolares. Segundo o pesquisador, após a abolição “nenhuma lei ou decreto foi aprovado com o fim de promover a instrução dos ex-escravos recém-libertos”,³⁴⁵ ficando esta a cargo de iniciativas privadas.

Muitos daqueles que haviam lutado no movimento abolicionista posicionaram-se favoráveis à instrução dos ex-escravos.³⁴⁶ Para eles, a luta não havia acabado

³⁴² Idem, p. 1. Implicitamente, a gazeta utilizou o termo *educação* referindo-se às qualidades morais, as virtudes e caráter do indivíduo. Por outro lado, o termo *instrução* estava ligado à razão, às faculdades intelectuais. Entretanto, na maioria dos casos, ambos os termos foram utilizados sem que houvesse preocupação quanto ao sentido.

³⁴³ Em correspondência enviada para a presidência da província no dia 22 de março de 1876, os vereadores de Cachoeira chamou a atenção para instrução pública na cidade. Disseram que “apesar de ser oferecida [a instrução] em quatro escolas que apresentam tão grande número de alunos”, ainda continuava limitada, pelo que propuseram a criação de duas escolas, em Cachoeira, e uma escola para meninos na povoação de São Félix. Ver APB, *Câmara de Cachoeira*, maço 1272.

³⁴⁴ Miguel Luiz da Conceição. “O aprendizado da liberdade”, p. 26.

³⁴⁵ Idem, p. 67.

³⁴⁶ Ver Andréa Santos da Silva Pessanha. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo: UNIABEU, 2005; Meirevandra Soares Figueirôa. “Matéria livre... espírito livre para pensar’: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884)”. Dissertação de mestrado. São Cristóvão, UFS, 2007. Segundo essa autora, o abolicionista sergipano Francisco José Alves abriu salas de aula em sua casa para promover a instrução de ingênuos, anos antes da abolição, desde que fossem filhos de libertos.

com a extinção do escravismo. Novos passos deveriam ser dados para integrar os negros à sociedade livre. Sob o título de “Nosso programa”, a redação de *O Asteróide* publicou, no dia 2 de junho de 1888, extenso artigo defendendo uma nova abolição, no caso “abolição da ignorância e abolição da ociosidade”,³⁴⁷ devendo ser comandada pelos abolicionistas, pois, segundo afirmavam, se o abolicionismo “deu a liberdade material, deve dar também a moral, sem a qual a primeira ficaria incompleta”.³⁴⁸ Os ex-escravos eram vistos como sujeitos incapazes de gerir suas vidas, por isso era preciso preparar-lhes para a liberdade. A adoção da instrução para inserir-lhes na sociedade livre e nos mundos do trabalho significava, entre outras coisas, uma estratégia para disciplinar a conduta dos egressos da escravidão.

Implicitamente, aparece na folha a ideia do aprimoramento da população negra como etapa necessária ao progresso do país. Como intelectuais e homens de sua época, os abolicionistas entediam que a instrução era ponto nevrálgico para alcançar os mesmo níveis de desenvolvimento atingidos pelos países europeus, e somente através da instrução poderia acontecer a tal da “regeneração social”. Além d’*O Asteróide*, algumas lideranças do movimento antiescravista brasileiro ocuparam-se de temas como educação, reforma agrária e valorização do trabalho, no pós-abolição, para os ex-escravos. Entre outros, André Rebouças entendia que a instrução deveria ser oferecida aos ex-escravos como forma de livrarem-se dos “defeitos morais resultados da longa vivência da escravidão”.³⁴⁹

A redação de *O Asteróide* buscou colocar em prática o projeto político da integração dos ex-escravos na sociedade brasileira via instrução. Para isso criou escola com aulas noturnas nas instalações do prédio onde editava-se a gazeta. Contudo a proposta mostrou-se bastante tímida e limitadora quanto à participação dos “novos cidadãos” nas aulas. Isso fica explícito nos estatutos publicados no exemplar que circulou em 6 de junho de 1888. Dirigida pelo professor tenente Faustino Pereira de Queiroz, a escola oferecia aulas de primeiras letras, língua portuguesa, aritmética e sistema métrico decimal. Funcionando todas as noites dos dias úteis, excluía-se a participação feminina na escola, pois de acordo com o artigo terceiro somente “alunos do sexo masculino, de idade de oito anos em diante”

³⁴⁷ *O Asteróide*, 2 de junho de 1888, p. 1.

³⁴⁸ *Idem*.

³⁴⁹ Andréa Santos da Silva Pessanha. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria*, p. 135.

poderiam frequentar as aulas. Esse comportamento não era incomum naquela sociedade oitocentista onde às mulheres era reservado apenas os afazeres do lar.³⁵⁰

Para frequentar as aulas, os alunos deveriam desembolsar pagamento mensal. Segundo o artigo quinto dos estatutos, cada aluno deveria, no ato da matrícula, empregar a quantia de 2\$000 [dois mil réis], ficando responsável por contribuir semanalmente com o valor de 120 [cento e vinte réis] que serviria para despesas com luz, água e manutenção do estabelecimento escolar. Diante das condições modestas de vida da maioria dos ex-escravos, é pouco provável que eles ocupassem as cadeiras das aulas noturnas da gazeta. Certamente, a difícil labuta diária para prover o sustento cerceava o interesse em aprenderem a ler e escrever.

Apesar de *O Asteróide* apresentar a instrução popular como uma das vertentes norteadoras da gazeta no pós-abolição, e publicar diversos artigos em que sustentava esse comprometimento, parece que a escola criada não alcançou muito sucesso. Apenas uma nota publicada em 10 de julho de 1888 informava aos leitores o início das aulas noturnas.³⁵¹ Depois disso, não encontramos referências que evidenciassem os resultados da escola, frequência dos alunos, entre outras coisas. Esse silêncio pode ser um indicativo de um resultado pouco satisfatório da atuação da gazeta no campo educacional, caso contrário notaríamos um empenho em noticiar os resultados alcançados.

Mas não somente *O Asteróide* adotou como programa a instrução popular na cidade de Cachoeira. Ainda em abril de 1888, o professor Cincinato Franca convocou os interessados em “aprender a ler e escrever, quer livre quer fosse escravo”, para participar das aulas noturnas do “Clube Carigé”, onde exercia o cargo de presidente.³⁵² As aulas seriam públicas e gratuitas, sem mensalidades, porém os sócios do clube pagariam a entrada no valor de 6\$000 [seis mil réis]; os sócios antigos ficariam isentos do pagamento e seus filhos teriam direito às aulas, sendo considerados também associados até a idade de 17 anos. Funcionando todas as noites, os professores Cincinato Franca e Elesbão Dias Peixoto ministrariam aulas de francês, português prático, aritmética e sistema métrico.

³⁵⁰ Um artigo publicado na gazeta, em 22 de junho de 1888, pareceu contraditório em relação a esse posicionamento da redação. Nele declarava-se que, “abolida a escravidão neste Império, urge regenerar a educação e instrução da mulher entre nós, adotando-a com uma instrução mais sólida e social”. Embora demonstrasse preocupação com relação à instrução do sexo feminino, o artigo tinha como pano de fundo a formação de boas mães de família para “preparar os seus filhos para soldados da grande cruzada inesgotável do progresso”.

³⁵¹ *O Asteróide*, 10 de junho de 1888, p. 1.

³⁵² *O Asteróide*, 12 de junho de 1888, p. 1.

A iniciativa do “Clube Carigé” parece ter tido mais sucesso que a proposta da redação de *O Asteróide*. Foi esta a impressão que nos legou um artigo publicado na gazeta. Discutindo a necessidade da reforma do ensino e, ao mesmo tempo, criticando a falta de interesse governamental na esfera da instrução popular, um articulista deu-nos indícios do trabalho desenvolvido pelo prof. Cincinato Franca. Elogiando sua atuação, “cujo zelo e cuidado pela educação intelectual moral e religiosa das crianças é por demais reconhecido por todos”,³⁵³ o articulista registrou que era elevado o número de matrículas na escola regida por Franca, mais de cem, além de uma grande frequência. Porém lamentou que o professor tivesse que retirar parte de seu ordenado para custear o aluguel do prédio onde ministrava suas aulas, prognosticando: “É horrível. Incontestavelmente eles [os professores] não de recuar perante esta onda de ingratidão do governo”.

Não escapou ao articulista as condições de trabalho do professorado que exerciam suas atividades na cidade. Segundo noticiou “não há um livro para as crianças; não há um mapa para o ensino instrutivo de certas matérias; não tem mobília a escola”.³⁵⁴ E concluía defendendo a instrução e os professores: “nesta época em que necessitamos de luz, deve o governo elevar o professorado, este modelador do homem futuro e daqueles que saíram da negra senzala”. A ideia do progresso e do “aprimoramento” da população negra aparece novamente no texto impresso como necessidade premente daquele momento histórico.

O comprometimento de Cincinato Franca com a instrução dos ex-escravos e libertos chamou a atenção da redação do *Jornal de Notícias*, impresso na capital baiana. Desferindo críticas ao comportamento do governo em relação a questão da educação, assim manifestou-se um articulista:

O principal dever do governo patriótico e adiantado é cuidar, sem delongas, sem interrupções, do ensino dos seus cidadãos.

Inconteste verdade, sancionada pelos mais proveitosos e benéficos resultados, e que os governos brasileiros, afeitos até agora a acanhados moldes políticos têm desprezado atrasadamente, desumanamente.

À gloriosa lei 13 de maio, atirando ao meio social centenas de homens que a vil instituição negra, vampiro social, privara da luz da instrução, o nosso governo não fez suceder a criação ampla, múltipla, de escolas e de mestres, que são estes os melhores repressivos da vadiagem e do vício.

³⁵³ *O Asteróide*, 2 de junho de 1888, p. 2.

³⁵⁴ *Idem*, p. 3.

Saltam-nos da pena tais considerações produzidas por visita que fizemos à escola noturna que o sr. Professor Cincinato Franca sustenta por espontaneidade, na populosa cidade da Cachoeira. [...] A escola foi fundada generosamente pelo sr. Franca em 1º de abril do ano passado e tem produzido os mais lisonjeiros efeitos. Visualmente avaliamos o aproveitamento nessa escola. Vimos escritas limpas, corretas, letra finamente talhada, devidas a discípulos de pouco tempo; arguições sobre gramática, sobre aritmética, perfeitamente satisfeitas; boa leitura, clara e corrente.³⁵⁵

Passado aproximadamente um ano da abolição, a ideia da instrução popular como caminho para o progresso permanecia premente entre os setores letrados. Segundo vários artigos do jornal, havia uma dívida a ser paga pelo governo brasileiro, que, mesmo abolindo a escravidão, não se empenhou no sentido de garantir aos ex-escravos e seus descendentes a instrução negada durante o cativeiro. Como pano de fundo dessa aparente inclinação filantrópica em relação aos ex-escravos e libertos, descortina-se um comportamento preconceituoso do articulista ao entender que a criação de escolas e mestres servia como método “repressivo da vadiagem e do vício”. Isso refletia um pensamento comum da época em que a população negra era vista como potencialmente perigosa.

De acordo ainda com a observação realizada pelo articulista do *Jornal de Notícias*, a escola dirigida por Cincinato Franca possuía expressiva quantidade de alunos. Aproximadamente sessenta pessoas, com diferentes condições e idades, frequentavam as aulas noturnas. A tabela seguinte é representativa da quantidade de alunos e atividades desenvolvidas pelos mesmos.

Tabela 3 – Ocupações dos alunos da escola do prof. Cincinato Franca, 1889.

PROFISSÕES	FREQUÊNCIA	PROFISSÕES	FREQUÊNCIA
Ganhador	14	Ferreiro	2
Pedreiro	10	Refinador	2
Carapina	8	Sapateiro	2
Copeiro e criado	5	Alfaiate	2
Marceneiro	5	Carniceiro	1
Colhedor de fumo	3	Charuteiro	1
Funileiro	2	Outras	2
TOTAL	–	–	59

Fonte: *Jornal de Notícias*, 19 de abril de 1889, p. 2, apud Miguel Luiz da Conceição. “O aprendizado da liberdade”, p. 115.

³⁵⁵ *Jornal de Notícias*, 19 de abril de 1889, p. 2, apud Miguel Luiz da Conceição. “O aprendizado da liberdade”, p. 114.

A partir dos dados mostrados na tabela, observamos uma diversidade de profissões exercidas pelos egressos da escravidão. Não surpreende a predominância de ganhadores frequentando as escolas noturnas, afinal havia um enorme contingente de ex-escravos e libertos realizando trabalhos de rua. As oportunidades de trabalho no cais do porto, nas estações de trem e nas imediações das casas de negócios atraíam a população negra para essa localidade.³⁵⁶

Outros trabalhadores, além de ganhadores, ligados à vida urbana frequentavam as salas de aula do professor Cincinato. Algumas das profissões que ali figuravam certamente eram herdadas do aprendizado no tempo da escravidão, outras aprendidas após a liberdade. Walter Fraga observou que muitos ex-escravos que migraram para a cidade depois da “Lei Áurea” continuaram a desenvolver ofícios exercidos durante o cativeiro, contrariando os discursos de que “os escravos rurais estivessem despreparados para a vida nas cidades”.³⁵⁷ Contudo, o autor não descartou que muitos tiveram de aprender uma nova profissão dadas as exigências da vida no centro urbano. Assim, as profissões apontadas entre os alunos da escola do professor Cincinato Franca revela que, na cidade de Cachoeira, os egressos da escravidão exerceram atividades diversas.

Cabe-nos assinalar que, de maneira geral, o discurso impresso no *Jornal de Notícias* cumpria a função de mostrar para as autoridades baianas que os resultados colhidos pela escola do professor Cincinato Franca era prova incontestável de que a instrução popular servia como “remédio” para sanar os problemas daquela sociedade oitocentista. Concluindo sua exposição, o articulista registrou o seguinte:

A matrícula de alunos seria muito maior, o duplo talvez, si a casa em que presentemente funciona a benemérita escola comporta-se-os. Em resumo: são belíssimos, altamente convincentes, os resultados que está apresentando a escola noturna da Cachoeira, graças aos

³⁵⁶ Examinando o livro de matrículas dos ganhadores que exerciam suas atividades em Cachoeira e São Félix, Virlene Cardoso Moreira apurou o registro de 207 ganhadores, entre os anos de 1888 e 1889, procedentes de várias partes do Recôncavo baiano e de regiões sertanejas. Esse dado evidencia a predominância dessa ocupação profissional exercida pelos ex-escravos e justifica a superioridade numérica entre os alunos da escola do prof. Cincinato Franca. Ver, Virlene Cardoso Moreira. “Entre a Baía e os Sertões: a dinâmica comercial do Recôncavo Baiano: São Félix (1857-1889)”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 2002. Sobre os ganhadores que trabalhavam nas ruas de Salvador às vésperas da abolição, ver João José Reis, “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”, *Afro - Ásia*, nº. 24 (2000), pp. 199-242. Esse pesquisador notou que, à semelhança do que ocorreu em Cachoeira, grande parte dos trabalhadores de rua da capital baiana tinha origem em diferentes partes da província, com destaque para o Recôncavo.

³⁵⁷ Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade*, p. 325.

esforços do sr. Professor Cincinato Franca e de seu adjunto o sr. Candido José Abade.³⁵⁸

A instrução popular figurava nas páginas imprensa como uma das muitas reformas sociais que deveriam acompanhar a abolição da escravidão. Ao tempo em que a redação de *O Asteróide* apresentava-se como grande incentivadora para a promoção da instrução entre aqueles que viveram a experiência da escravidão, criticava o comportamento do governo que, segundo os articulistas, mostrava-se indiferente às demandas do pós-abolição. Foi diante da indiferença governamental no campo educacional que iniciativas foram tomadas por particulares. Além da gazeta que adotou como programa político a instrução popular, chamou-nos a atenção o comprometimento do militante abolicionista professor Cincinato Franca.³⁵⁹

“As queixas do povo”

A “defesa do povo” também fazia parte do programa defendido pela redação de *O Asteróide*. De maneira geral, o periódico buscou retratar e cobrar de autoridades competentes soluções para os problemas que afetavam a população local. Nas falas dos articulistas era dever do periódico “advogar a causa dos fracos e oprimidos”.³⁶⁰ Esse empenho alimentava-se dos ideais de civilização e progresso, afinal era essa a retórica mais propalada naqueles dias. A imprensa mostrou-se importante veículo de utilidade pública, à medida que colocava em pauta assuntos como a limpeza da cidade, o calçamento de ruas, a escassez da farinha – um dos principais gêneros alimentícios da população pobre – entre outras coisas.

A *Companhia Bahiana*, empresa que realizava a navegação na Bahia, foi duramente atacada na gazeta pelo péssimo serviço que oferecia aos passageiros. Destacando longas matérias na primeira página do periódico, os articulistas afirmavam que, “por amor aos irmãos”, realizavam sérias denúncias contra o sistema de navegação, pois a garantia de vida do “povo”, ao embarcar nos vapores da

³⁵⁸ *Jornal de Notícias*, 19 de abril de 1889, p. 2, *apud* Miguel Luiz da Conceição. “O aprendizado da liberdade”, p. 115.

³⁵⁹ Miguel Luiz da Conceição. “O aprendizado da liberdade”, pp. 130-134, notou a participação do prof. Cincinato Franca em inaugurações de escolas na capital baiana, ressaltando que ele tornou-se conhecido e respeitado, em toda a província da Bahia, devido seu comprometimento com a educação. No ano de 1896, ele fazia parte da diretoria da *Sociedade Treze de Maio*, primeira instituição criada no pós-abolição, em Salvador, com a intenção de promover a instrução dos libertos.

³⁶⁰ *O Asteróide*, 30 de junho de 1888, p. 2.

Companhia Bahiana, estava comprometida. Para respaldar suas investidas contra a empresa, sempre relembavam a catástrofe ocorrida em 26 de janeiro de 1888 com o vapor “*Dois de julho*”, nas imediações de Maragogipe, quando, uma explosão na caldeira, vitimou mais de trinta pessoas.³⁶¹

Ao lembrar aquele evento, os articulistas utilizavam-se de uma linguagem que buscava emocionar e, ao mesmo tempo, despertar nos leitores indignação pela *Companhia*. Referindo-se às vítimas, declaravam: “compraram com dinheiro a própria sorte e para os seus a infelicidade”. Em relação aos familiares das vítimas, declaravam: “quando esperavam com vida, eram cadáveres mutilados que recebiam”. O trágico acontecimento ocorrido no “*Dois de Julho*” marcou a vida de muitas pessoas. Segundo um registro da época, era grande a dor daqueles que “tiveram de presenciar o quadro horripilante e contristador de cadáveres meio carbonizados, pela ação da água fervendo”.³⁶²

Tudo isso decorria, na visão dos articulistas, pelo descuido da *Companhia Bahiana* em colocar “vasos deteriorados”, numa alusão sarcástica aos vapores, para transportar pessoas e bagagens. Para solucionar os constantes acidentes que ocorriam nos vapores, os articulistas cobravam de autoridades provinciais, sobretudo o presidente da província Machado Portella, medidas mais efetivas quanto à fiscalização das embarcações. Desse modo, ao denunciar o sistema de navegação da *Companhia Bahiana*, reivindicando melhorias que visavam o bem-estar dos passageiros, os redatores buscavam pôr em prática seu projeto político de “defesa do povo”, colocando-se como porta-vozes da população pobre que, segundo eles, “sempre é a vítima expiatória”.³⁶³

Registrando assuntos relacionados diretamente com o centro urbano da cidade de Cachoeira, os articulistas destacaram a iluminação pública como o serviço que maior atenção deveria receber da municipalidade. Muito embora reconhecessem um avanço na substituição dos “antigos fifós” por lâmpadas belgas alimentadas por combustível, os articulistas lamentavam a forma como “a nova iluminação” estava sendo estabelecida na localidade. Segundo eles, a “desarmonia” na distancia entre

³⁶¹ Idem, p. 1.

³⁶² BPEB, *Almanach da Comarca de Cachoeira, 1889*. Catálogo de revistas raras. Setor de periódicos raros, p. 22. Ver também Aristides Augusto Milton. *Ephemérides Cachoeiranas*. Universidade Federal da Bahia. Coleção Cachoeira, vol. 1. Salvador-Ba, 1979, p. 36. Segundo Aristides Milton, entre os passageiros, 27 morreram, 5 ficaram gravemente feridos e “apenas 3 escaparam completamente ilesos”. Depois do acidente, a *Companhia Bahiana* ainda continuou a utilizar o vapor que recebeu o novo nome de *Valença*.

³⁶³ *O Asteróide*, 3 de agosto de 1888, p. 1.

os lampiões acabavam por permitir iluminação excessiva em determinados lugares, enquanto noutros as ruas ficavam em plena escuridão.³⁶⁴ Destarte, o sistema de iluminação operacionalizado pela municipalidade recebia críticas, mas também elogios na folha, pois estava de certa forma em sintonia com as aspirações de progresso defendidas pelo periódico.

Na realidade, o tema da iluminação pública vinha ocupando os vereadores havia tempos. Em 13 de março de 1876, eles enviaram um ofício para o presidente da província onde, entre as medidas reclamadas como de extrema urgência, apontaram a iluminação da cidade de Cachoeira e da vizinha povoação de São Félix. Segundo os vereadores, a experiência na utilização do gás querosene para iluminar as ruas mostrou-se pouco satisfatória, pois era “insuficiente a luz derramada pelos pontos das ruas, não só pela qualidade do combustível, também pelo diminuto número de lampiões fixados a consideráveis distâncias das ruas”.³⁶⁵ Esse problema parece ter sido, em parte, sanado em 1 de agosto de 1888 quando ocorreu a inauguração da nova iluminação pública. A resolução do problema da iluminação esteve associada ao ideal de civilização e progresso, pois conforme registrou um articulista: “nos deram uma iluminação pública digna de uma terra civilizada”.³⁶⁶

Ainda sobre questões de utilidade pública, o assunto que mais ocupou as páginas de *O Asteróide* depois da abolição foi a limpeza das ruas da cidade. Sobre a municipalidade recaíam denúncias de negligencia quanto à remoção de montureiras e matérias fecais espalhadas pelas ruas, afinal sobre ela pesava a obrigação de realizar os serviços do asseio público. A campanha empreendida pelo periódico contra o “estado nauseabundo” das ruas tinha como propósito despertar as autoridades locais para as exigências dos novos tempos. Era preciso retirar do caminho tudo aquilo que trouxesse embaraços para a caminhada em direção ao progresso.

Em 19 de junho de 1888, a imprensa chamou a atenção da Câmara Municipal para o estado lamentável da Rua da Faísca, pois estava servindo de “depósito para materiais fecais”, indo “de encontro a higiene e a salubridade pública”.³⁶⁷ Em outra nota, um articulista detestou o estado das ruas, afirmando ter chegado “a ponto de estado de putrefação exalar miasmas que tem desenvolvido nesta cidade e na

³⁶⁴ *O Asteróide*, 6 de junho de 1888, p. 1.

³⁶⁵ APB, *Câmara de Cachoeira*, maço 1272.

³⁶⁶ *O Asteróide*, 14 de agosto de 1888, p. 1.

³⁶⁷ *O Asteróide*, 19 de junho de 1888, p. 2.

freguesia vizinha febres de mau caráter”.³⁶⁸ O discurso impresso tentava convencer os representantes locais de que as montureiras e dejetos espalhados pela cidade comprometiam a saúde da população, por isso, reclamavam “prontas providências” a fim de sanar um mal que parecia irremediável.

“As queixas do povo” não partiam apenas da imprensa. Ofícios e abaixo-assinados mobilizavam moradores que reivindicavam de autoridades execução de obras de melhorias quanto ao asseio público. Em 17 de maio de 1888, o fiscal do primeiro distrito, Antonio Correia da Silva, oficiou aos vereadores afirmando que, “em vista das reclamações de muitas pessoas” relatava sobre as muitas montureiras espalhadas pela cidade. Uma delas, por exemplo, próxima ao “Cais das canoas”, impedia que embarcações encostassem ao cais; outra havia tomado grande proporção de modo que estava “superior à calçada”.³⁶⁹ Entretanto, o lamento dos moradores parece que demoraria por algum tempo, pois a resposta dos vereadores não foi muito animadora. Uma anotação feita no documento declarava o seguinte despacho: “adiado para ser providenciado em tempo oportuno”.

Em 22 de novembro de 1888, os cidadãos Antonio Francisco da Silva Oliveira e Manuel Correia Espínola enviaram um documento ao paço municipal, reclamando de um cano por onde passava matérias fecais, aberto próximo às suas residências. Na fala dos reclamantes, a solução daquele fétido problema, “além de ser uma necessidade pública é com certeza também uma providência higiênica que todos reclamam”.³⁷⁰ Os petiçãoários estavam tão resolutos quanto à eliminação daquele mal que ofereceram, cada um, a quantia de 100\$000 [cem mil réis]. Dias depois a comissão de obras da Câmara realizou inspeção no local, entendendo por bem a construção da obra reclamada. Ao final do parecer, registrou: “a comissão acha conveniente que a Câmara aceite os auxílios que oferecem os suplicantes”.

Parte da população enxergava *O Asteróide* como espaço importante para reivindicar melhorias. Em 4 de julho de 1888, a gazeta publicou: “ainda hoje vieram a nossa redação pedir diversos moradores da Rua da Faísca para que continuemos a chamar a atenção da Câmara [...]”.³⁷¹ Ao procurar a redação do periódico, populares viam-na como caixa de ressonância de suas necessidades, uma vez que atuaria pressionando as autoridades locais na resolução dos problemas reclamados. A

³⁶⁸ *O Asteróide*, [data rasurada].

³⁶⁹ ARC, *Documento avulsos*, sem código.

³⁷⁰ ARC, *Documento avulsos*, sem código.

³⁷¹ *O Asteróide*, 4 de julho de 1888, p. 2.

gazeta, por sua vez, cumpria o projeto político de “defesa” da população pobre, ao tempo em que buscava despertar representantes locais na implementação de medidas que sanassem os males numa “cidade que quer gozar os foros de civilizada”. Era preciso “desaparecer estas provas do nosso pouco adiantamento” e acordar para o progresso, segundo a redação.³⁷²

Progresso que também incluía a participação da polícia na eliminação dos abusos que aconteciam na urbe. No exemplar de 21 de junho de 1888, o articulista registrou a prisão do ganhador “Luiz por alcunha ‘maracujá’”, afirmando que o mesmo andava armado. A polícia, na pessoa do tenente Jesuíno Ramos, recebeu diversos elogios pela determinação com que agia contra os “vadios” e “desordeiros”. O comandante do destacamento policial, tenente Joaquim Meireles, teve grande aceitação da população local pelo desempenho no serviço público. Em 25 de outubro de 1889, um abaixo-assinado, contendo 111 assinaturas de comerciantes e proprietários, solicitava ao presidente da província a conservação do oficial no comando do destacamento, apontando-o “como elemento de confiança na guarda dos direitos e garantia individual da população cachoeirana, na melindrosa e assustadora época que atravessam”.³⁷³

Com efeito, os problemas que afetavam a sociedade cachoeirana nos dias seguintes à abolição ecoaram nas páginas de *O Asteróide*. A população menos abastada contou com a imprensa para denunciar a indiferença da municipalidade em relação a questões fundamentais para seu bem-estar. Os redatores, por sua vez, ao tomarem para si a “causa do oprimido”, como reiteradamente declaravam, tinham como motivação a expectativa de que amplas transformações ocorressem no campo das relações sociais. Para eles, a abolição da escravidão inaugurou uma nova época cujo alvo era colocar o país entre as nações “civilizadas”.

Treze de maio de 1889: “ não havia esperanças de sol”

O Asteróide circulou durante pouco mais de um ano. Entre setembro de 1887 e setembro de 1888, noventa e nove exemplares foram impressos, registrando as aspirações de parte dos abolicionistas locais quanto ao encaminhamento da abolição no município e, no pós-escravidão, os ideais de mudanças sociais que, em

³⁷² *O Asteróide*, 17 de julho de 1888, p. 1.

³⁷³ APB, *Presidente da província – polícia (1879-1889)*, maço: 3135.

certa medida, também eram esperanças de libertos e ex-escravos. No dia 13 de maio de 1889, a redação publicou o último número. Tratava-se de um exemplar comemorativo em celebração à “lei diamantina”. Nele, imprimiram-se diversos artigos onde, entre outras coisas, destacou-se o comprometimento da gazeta na campanha antiescravista.

Entre os sete artigos impressos naquele exemplar, apenas três receberam as assinaturas de seus autores. Eram eles, Aníbal Seixas, advogado José Joaquim Vilas-Boas e prof. Cincinato Franca. O primeiro envolveu-se com o abolicionismo escrevendo textos publicados na imprensa local, em que atacava a escravidão como entrave para o progresso da Nação. O advogado José Joaquim Vilas-Boas participou da campanha abolicionista, sobretudo na *Sociedade Libertadora Cachoeira*, onde exerceu o cargo de presidente entre 1884 e 1885. Nos festejos pela abolição, em maio de 1888, discursou por vários dias, destacando a participação dos abolicionistas no desmonte do escravismo. Quanto à atuação do professor Cincinato Franca, sabemos que escreveu artigos publicados na imprensa local, defendendo a instrução pública como alavanca para a Nação.

Os conteúdos dos artigos publicados no número comemorativo foram diversos. De maneira geral, o 13 de maio de 1888 foi apresentado como o “dia de maior glória e esplendor da pátria brasileira”.³⁷⁴ Na fala de um articulista, “a Pátria proclamou a sua real independência” ao abolir definitivamente o escravismo. Esse pensamento não era estranho para o período. Muitos entendiam que a “lei diamantina” era um complemento da emancipação política do país, ocorrida em 1822. Por exemplo, o secretário da *Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos*, quando registrou os festejos da *Sociedade Libertadora Cachoeirana* pelo primeiro ano da “lei áurea”, disse que esta “completou a emancipação política deste Império”.³⁷⁵ Esse pensamento estava associado à ideia de progresso, afinal não seria possível admitir um país independente mantendo pessoas em completo estado de escravidão.

Uma ideia comum relacionava a luta antiescravista como ação patriótica, contrapondo-se aos “interesses pecuniários” dos senhores de escravos. As lideranças do movimento antiescravista foram apontadas como operários da grande obra da abolição, cuja missão era resgatar os escravos do cativo. Essa forma de pensar compreendia os cativos como pessoas que precisavam ser tuteladas para

³⁷⁴ *O Asteróide*, 13 de maio de 1889, p. 2.

³⁷⁵ ASMPAC, *Relatório do Conselho da Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos (1889)*.

gozarem da liberdade, uma vez que a escravidão impedia-os de lutar em causa própria. Assim, a participação dos escravos na extinção da escravidão foi negligenciada. Essa ideia ficou visível no fragmento de um dos artigos, onde um articulista expressou taxativamente: “restituímos [os abolicionistas] a liberdade a raça espoliada neste Império”.³⁷⁶ Em outros termos: a abolição representava uma dádiva dos abolicionistas aos escravos.

A princesa regente Isabel não ficou legada ao esquecimento nos artigos. À semelhança dos relatos realizados no ano anterior, alguns homenagearam a princesa por ter quebrado “de vez as pesadas cadeias que torturavam os míseros escravos”.³⁷⁷ Aníbal Seixas, por exemplo, reservou parte do seu registro à participação de Isabel. Nas entrelinhas de seu texto, notamos que o sancionamento da conhecida “lei áurea” era associada, às vezes, aos sentimentos filantrópicos e humanitários da princesa regente. Em sintonia com seus pares, Seixas negligenciou o envolvimento dos escravos e libertos na derrocada do escravismo, atribuindo as glórias daquele dia unicamente à princesa.

Entretanto, nem todos estavam convencidos do comprometimento de Isabel. O professor Cincinato Franca escreveu primoroso texto que, em grande medida, mostrou-se dissonante em relação aos demais discursos impressos no exemplar comemorativo. Com efeito, o professor não expôs explicitamente seu desprezo quanto aos louvores que se faziam à Isabel, mas foi nas entrelinhas de seu texto que percebemos esse posicionamento. Vejamos parte de seu artigo.

Mas a ti, pátria... a ti, eu não jogarei os louros da glória, porque eles não te pertencem.

A ti, pátria, não te jogarei flores..., tu não lavastes a nodoa do grande crime, e bem podias fazer... Tu roubastes a ideia das mãos soberanas do povo, daquele que gemeu sob o jugo de uma traição política ou sob a ambição e timidez de outra (...).

Não te cingirei a fronte. Ah! Pátria, tu arrancastes ao cárcere um, ao punhal outro, e a imprensa livre viu-se ultrajada; Carlos de Lacerda era teu maior inimigo e hoje... e hoje, seria a profanação da liberdade, o adultério da verdade chamar-te Redentora...³⁷⁸

Se durante aqueles dias de maio de 1888, marcados pela euforia popular e entusiasmo de lideranças abolicionistas, o professor Cincinato Franca atribuía, em

³⁷⁶ *O Asteróide*, 13 de maio de 1889, p. 3.

³⁷⁷ *Idem*, p. 4.

³⁷⁸ *Idem*.

seus calorosos discursos, parte daquela glória à princesa Isabel, vemos que não estava mais disposto a repetir essa postura em 1889. O trecho acima traduz a frustração e o desencanto daquele que, imediatamente após a abolição, oficiou à princesa regente Isabel, congratulando-se pela assinatura da “lei áurea”. Frustração por ver que as reformas sociais demasiadamente propaladas pelos abolicionistas não haviam acontecido. Até mesmo sua iniciativa de escola noturna para libertos encalhou na indiferença das autoridades. Nesse sentido, a grande responsável por esse lamentável estado seria a “pátria”, numa referência aos governantes imperiais e, sobretudo, a princesa Isabel.

A parte final do trecho ratifica sua decepção com a princesa quando afirma que seria “o adultério da verdade chamar-te Redentora”. Um ano antes, o termo “Redentora” era associado a Isabel, revestido da ideia de “redenção” dos escravos mediante a assinatura da “lei diamantina”. Agora, o professor Cincinato Franca atribuía ao “povo” o mérito pela abolição do escravismo. Em certa altura do texto, declarou: “as glórias de hoje pertencem ao povo, ao povo que lutou, que combateu, que venceu e finalmente ao que aceitou”. Ao contrário de outros articulistas que explicitamente consideraram os abolicionistas como únicos autores do fim da escravidão, Cincinato Franca utilizou o termo “povo”, muito provavelmente numa alusão a diversos atores sociais que colaboraram no desfecho dos acontecimentos que culminaram na abolição.

A crítica à redentora estava também inserida no contexto da propaganda republicana, a qual Cincinato Franca havia aderido como outros abolicionistas cachoeiranos. Na sua visão, a libertação foi incompleta, pois “ao redimido não se deu ainda o livro, o compasso e o arado”. Mais adiante afirmou: “deram-lhes o direito de liberdade e negaram-lhes o saber, a escola, o alento da alma, o santelmo do espírito”.³⁷⁹ Muito embora tivesse surgido algumas escolas para ex-ingênuos e ex-escravos, nos dias seguintes à abolição, o desapontamento do professor Cincinato Franca era por ver a indiferença com que o assunto estava sendo tratado pelas autoridades imperiais e provinciais. Finalizando o texto, deixou registrado seu repúdio e uma esperança: “Hoje a glória é do povo. Viva o povo”.

³⁷⁹ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados quatro anos da abolição, no dia 15 de maio de 1892, o periódico *A Pátria*, publicado na cidade de São Félix, imprimiu uma nota, em tom desolador, com o seguinte teor: “Passou quase despercebida nesta cidade a data gloriosa da abolição completa da escravidão no Brasil”.³⁸⁰ Provavelmente o desalento do articulista estava ligado às lembranças das intensas celebrações ocorridas durante todo o mês de maio de 1888, quando grande multidão de ex-escravos, livres e libertos desfilaram pelas ruas de Cachoeira e São Félix festejando o fim da escravidão. Em uníssono com aquela tímida nota, percebemos um implícito “esquecimento” do processo que resultou no fim da escravidão, não obstante à vitalidade do movimento abolicionista desenvolvido na localidade.

Com efeito, este trabalho pretendeu demonstrar que a campanha antiescravista na cidade de Cachoeira e na povoação de São Félix teve a imprensa como importante instrumento de propaganda. A gazeta abolicionista *O Asteróide*, surgida em setembro de 1887, num momento marcado por tensões sociais em torno do encaminhamento da abolição, desempenhou papel estratégico, uma vez que estimulou o sentimento de aversão ao escravismo através da veiculação de imagens que retratavam cenas de mazelas e injustiças do cativo. Nas páginas do periódico, muitas linhas foram escritas para demonstrar que a escravidão era responsável pelo atraso do país em relação às nações ditas “civilizadas”.

As narrativas impressas na gazeta dizem muito sobre projetos políticos e comportamentos desejáveis de senhores, escravos, abolicionistas e populares ante o desgaste do escravismo. Aos senhores eram dirigidos discursos que davam publicidade às alforrias, enfatizando os seus resultados vantajosos, bem como os da adoção de contratos de trabalho. Aos escravos, buscava-se incitá-los às fugas, mas sempre recomendando “prudência e moralidade”, a fim de não prejudicarem os empreendimentos agrícolas. Aos abolicionistas recomendava-se postura altruísta, incentivando-os ao sacrifício da própria vida pela causa da liberdade. Aos populares, buscavam despertar o sentimento patriótico, associando a luta contra a escravidão à defesa da pátria.

³⁸⁰ *A Pátria*, 15 de maio de 1892, p. 1.

Na contra mão do movimento abolicionista estavam os senhores, lutando para cercear as iniciativas escravas pela liberdade e as ações, cada vez mais arrojadas, dos “perturbadores” da tranquilidade senhorial, como o abolicionista Cesário Ribeiro Mendes. Basta lembrarmos dos lavradores muritibanos, quando redigiram um documento endereçado ao presidente da província, acusando os abolicionistas de causar graves distúrbios e acoitar escravos fugidos. Além disso, notamos o empenho de senhores locais em acusar os abolicionistas de acoitar escravos. Tudo isso concorria para um contexto de disputas acirradas, envolvendo diferentes segmentos da sociedade local.

Ademais, as histórias analisadas ao longo deste estudo demonstraram que, na cidade portuária de Cachoeira e povoação de São Félix, a campanha antiescravista congregou diferentes grupos sociais. A radicalização do movimento resultou na prisão de abolicionistas e conflitos de rua de grandes proporções. Nas páginas de *O Asteróide*, o tom do discurso foi mais cauteloso, buscando seus redatores assegurar aos proprietários de escravos que a abolição não causaria transtornos à produção agrícola, atividade econômica importante para a região. Entretanto, a atitude dos ex-escravos era outra, muitos se recusaram a permanecer nos antigos locais de trabalho e reivindicaram direitos de cidadão livre.

Depois da abolição, a redação de *O Asteróide* passou a defender novos projetos de inserção dos ex-escravos, projetos estes articulados com os ideais de progresso e civilização. Buscava-se forjar uma cidade moderna que atendesse aos requisitos do progresso. Entre as muitas reformas sociais defendidas pela redação estava a instrução pública; esta era vista como forma de inserir a população egressa da escravidão na sociedade livre. Destacamos o comprometimento de um colaborador do jornal, o professor Cincinato Franca, que criou escola noturna para alfabetização de libertos. A escola noturna criada por Franca chegou a abrigar quase sessenta alunos que exerciam diferentes profissões como ganhador, pedreiro e carapina.

Não obstante o empenho de alguns, visando o ingresso dos “novos cidadãos” na sociedade livre, a máxima de André Rebouças continua atual, pois as transformações sociais que almejavam no oitocentos “ainda está muito longe, muito longe, nos séculos por vir”.

ARQUIVOS E FONTES

Arquivo do Fórum de São Félix

- Livro de compra e venda. Sem códice.

Arquivo Municipal de São Félix

- *Jornal A Pátria* (1892).

Arquivo Público da Bahia

- Fala do presidente da província (1887).
- Atas da Sociedade Abolicionista Libertadora (Cachoeira, 1884-1887), maço: 2878.
- Estatuto da Sociedade Libertadora Cachoeirana, maço: 2879.
- Junta de classificação de escravos (1876-1887), maço: 2873-1.
- Câmara de Cachoeira, maço 1272.
- Delegados (1887-1889), maço: 6226.
- Chefes de polícia (1854-1887), maço: 2980.
- Chefes de polícia, maço: 2987.
- Presidente da província – polícia (1879-1889), maço: 3135.
- Presidência da província – juízes – Cachoeira (1888), maço: 2283.
- Presidentes da Província – registro de títulos (1878-1887). Livro – 1981.
- Presidente da Província, maço: 4597.
- Governo da Província – Sociedades (1883-1889), maço: 1575.
- Escravos, maço: 2897.
- Processos-crime, 11/388/7 (1863).
- Processos-crime, 19/669/15 (1887).
- Inventário, 1/79/108/1.
- Inventário, 2/943/1412/19.
- *Jornal O Asteróide* (1887-1889).
- *Jornal da Tarde* (1887).
- *Jornal O Americano* (1888)

Arquivo Regional de Cachoeira

- Judiciário, caixa 1973, vol. 1 (1888).
- Homicídio e tentativas de homicídios. Documentos avulsos.

- Partilha amigável. São Félix: 1875-1876. Caixa 166.
- Ofício dirigido à Câmara de Vereadores de Cachoeira, 1887. Documentos avulsos.

Arquivo da Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos

- Relatório do Conselho da Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos (1886-1888). (Documento nº 57)
- Relatório do Conselho da Sociedade Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos (1889).
- Livro de Atas, 1888.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia

- Almanach da Comarca de Cachoeira, 1889.

Centro de Digitalização do Programa de Pós-graduação em História/Ufba

- Almanach administrativo, comercial e industrial da Província da Bahia para o ano de 1873. Bahia: Tipografia de Oliveira Mendes & C., 1872.
- Jornal *A Ordem* (1881).
- Jornal *Diário da Cachoeira* (1880).
- Jornal *O Brasil* (1886).
- Jornal *O Curralinhense* (1883).
- Jornal *O Guarany* (1878 a 1885).
- Jornal *O Lábaro* (1882).

FONTES IMPRESSAS

FONSECA, Luiz Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988.

IPHAN-UFBA. *Introdução ao estudo da evolução urbana de Cachoeira-Ba: Cachoeira nos séculos XIX e XX*, vol. II, 1979.

MILTON, Aristides Augusto. *Ephemérides Cachoeiranas*. Universidade Federal da Bahia. Coleção Cachoeira, vol. 1. Salvador-Ba, 1979.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. 5. ed. Petrópolis; RJ: Vozes, 1988.

SILVA, Pedro Celestino da. "A Cachoeira e seu município". In. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 64, 1938.

_____. “Datas e tradições cachoeiranas”. In: Anais do Arquivo Público da Bahia, vol. XXIX, 1943.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Através da Bahia*. Bahia. Salvador-Ba: Imprensa oficial do Estado, 1916.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. “Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil”. *Revista USP*, São Paulo (28): 96-109, dezembro/fevereiro 95/96.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

_____. “Para além dos tribunais: advogados e escravos no movimento abolicionista em São Paulo”. In: Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e discurso: história e literatura*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BARICKMAN, Bart Jude. *Um contraponto baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

_____. “Até às vésperas: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)”, *Afro - Ásia*, 21-22. Bahia, s.ed., 1998-1999.

BEZERRA NETO, José Maia. “Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888”. Salvador, *Afro - Ásia*, nº. 28, 2002.

BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política, 1870–1888*. Salvador, CEB, 2003.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. "O aprendizado da liberdade': educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista". Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 2007.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 2ª ed., 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CRUZ, Heloisa de Farias. *São Paulo em tinta e papel: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo. Educ, 2000.

CRUZ, Heloisa de Farias e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. "Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa". *Projeto História*, São Paulo, nº 35, pp. 255-272.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a "redentora" dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIRÔA, Meirevandra Soares. "Matéria livre... espírito livre para pensar': um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884)". Dissertação de mestrado. São Cristóvão, UFS, 2007.

FONER, Eric. "O significado da liberdade", *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 8, nº 16, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC/EDUFBA, 1996

_____. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FREIRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, cidadania e História do trabalho no Brasil”. *Projeto História*, São Paulo, n.16, p. 25-38, fev./1998.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leitoras e escritas femininas (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

LOBO, Tânia e OLIVEIRA, Klebson (orgs). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Humberto Fernandes. “A imprensa abolicionista”. Suplemento vol. 08. nº 48. *Revista Ciência Hoje*, nov. 1988, pp. 24-27.

_____. “José do Patrocínio: o paternalismo na campanha abolicionista”. In: Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 116: 7-146, 1996.

_____. “Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro”. In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo: Ed. UFRJ: EDUSP, 1994.

_____. “O escravo e a história social: perspectivas teóricas”. In: *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 8, nº 16, 1988.

MARTINS, Robson L. M. “‘Atos dignos de louvor’: imprensa, alforrias e abolição no sul do Espírito Santo, 1885-1888”. *Afro - Ásia*, 27, 2002.

MATA, Iacy Maia. “‘Os treze de maio’: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)”. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBa, 2002.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. “Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549 – 1763)”. *Revista de História*, nº. 114, jan./jun. USP, 1983.

MELLO, Francisco José de. *História da cidade da Cachoeira*. Cachoeira: edição do autor, 2001.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre as mãos e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Cecult, 1999.

_____. *Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes, 2003.

MOREIRA, Virlene Cardoso. "Entre a Baía e os Sertões: a dinâmica comercial do Recôncavo Baiano: São Félix (1857-1889)". Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 2002.

MOREL, Marco, BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias do. "Terra de macumbeiros: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jeje-nagô em Cachoeira e São Félix – Bahia". Dissertação de mestrado, Salvador, UFBA/CEAO, 2007.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros* (Salvador, 1790/1890). Cem anos da abolição 1888-1988. São Paulo; [Brasília]: Corrupio, CNPq, 1988.

PARÉS, Luiz Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 195.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. "As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880". Tese de doutorado. São Paulo, USP, 2006.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo: UNIABEU, 2005.

_____. "O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888". Tese de doutorado. Niterói, UFF, 2006.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. "Cartas de alforria: 'para não ter o desgosto de ficar em cativeiro'". *Revista Brasileira de História*. Vol. 26, nº. 52, 2006, p. 141-174.

REGINALDO, Lucilene. "Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista". Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2005.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. "A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888". Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 2007.

REIS, João José. "Magia jeje na Bahia: A invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n.º 16, março/agosto 1988. pp. 57-81.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. "Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos". Salvador, *Afro - Ásia*, n.º. 15, 1992.

_____. "De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição", *Afro - Ásia*, n.º. 24 (2000), pp. 199-242.

REIS, Meire Lúcia Alves dos. "A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana, 1888-1937". Dissertação de mestrado. Salvador, UFBa, 2000.

ROCHA, Antonio Penalves. "The Rio News de A. J. Lamoureux: um jornal abolicionista carioca de um norte-americano". *Projeto História*, São Paulo, n.º 35, pp. 141-159.

SANTOS, Edmar Ferreira. *O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Salvador, EDUFBA, 2009.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. "De 'papa-pecúlios' a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX". Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 2006.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. "Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade, Bahia, século XIX". Dissertação de mestrado. Salvador, UFBa, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

ANEXO

TEXTO DO PROFESSOR CINCINATO FRANCA, PUBLICADO NO EXEMPLAR
COMEMORATIVO DE *O ASTERÓIDE*, EM 13 DE MAIO DE 1889.

13 DE MAIO

“Hoje até o sol é brasileiro”

Salve oh! povo, já de teus pulsos a esponja do tempo começa a apagar o negro vestígio da vil ignomia!

Hoje, como ontem, a natureza se desperta, vibrando novas cardas do patriotismo nacional – o Hino da Redenção!

Hoje, como ontem, surge de cada peito a nota sonora da vitória e ela se vai ondulando pelos arcanos do presente até o esplendoroso olimpo do porvir!

Hoje, como ontem, o nosso céu brilha mais que em outro dia, parece que os astros disputam cintilar cada qual mais luz.

E Deus, este Ser Supremo, a quem a loucura da imaginação humana procura materializar, arreboando do espaço, do infinito, do firmamento ou do céu, um punhado de luz, uma aureola de estrelas, vem cingir a fronte da soberania popular!

Primeiro aniversário da nossa emancipação, de nosso renascimento. Três séculos foram passados, deixando no horizonte nacional o íris da vilania, e da covardia, porém, hoje, ah! somos livres, em vez de trapos de corrupção, de arranjos do crime, temos o manto do soberano, o diadema da liberdade e a legenda da igualdade!

Nosso pavilhão, meu Deus! ontem era manchado pelo pranto do nossos irmãos vitimados, hoje doirado pelo riso patriótico do nosso heroísmo!

Bravos, mil vezes bravo!

Ao povo há de ceder sempre aqueles que não tem consciência senão para martirizar a liberdade popular.

Nas colunas deste valente guerreiro, deste audacioso conquistador, jamais recuei às peripécias do despotismo. Não me ostento, porém digo aos quatro ventos: defender o fraco foi uma dívida que contraí com minha consciência e com Deus; traí-la seria covardia, fraquear seria miséria.

“Nas grandes empresas, até a queda é nobre”.

Mas a ti Mas a ti, pátria... a ti, eu não jogarei os louros da glória, porque eles não te pertencem.

A ti, pátria, não te jogarei flores..., tu não lavastes a nodoa do grande crime, e bem podias fazer... Tu roubastes a ideia das mãos soberanas do povo, daquele que gemeu sob o jugo de uma traição política ou sob a ambição e timidez de outra ... tu calcaste a ideia da redenção pelo sabre, pela espada, porém ela surgiu com mais vigor, embora nas torrentes do sangue de Firmino e de outros.

Não te cingirei a fronte. Ah! Pátria, tu arrancastes ao cárcere um, ao punhal outro, e a imprensa livre viu-se ultrajada; Carlos de Lacerda era teu maior inimigo e hoje... e hoje, seria a profanação da liberdade, o adultério da verdade chamar-te Redentora...

Direi como Billaud “o momento de dizer a verdade é chegado”; porém sobre o túmulo do passado nem mais uma palavra... basta que eu desfolhe esta saudade

sobre o sepulcro de Firmino, o herói; roubaram-te a vida, menos o nome, e a glória depois da morte é mais preciosa que a existência.

Povo, hoje o dia é gigantesco e nobre. Tu quebrastes os ferros do martírio e a pátria hoje alarga as muralhas do cárcere.

Ao remido não se deu ainda o livro, o compasso e o arado, porém a espada e a farda pelo recrutamento... coitados, vivem errantes como nômades, nas trevas, sem luz, sem razão!

Deram-lhe o direito à liberdade e negaram-se-lhes o saber, a escola, o alento da alma, o santelmo do espírito; se vivem não sei, talvez para o recrutamento!

A pátria não dar-te-ei palmas, a ti mulher infiel e ingrata, não te pertence as glórias de hoje...nem também àqueles a quem tens coroado... desprezas os filhos sinceros e abraças aos nobres opulentos; eles tem ouro... o povo tem soberania e valor... depois...depois...tudo é tarde.

As glórias de hoje pertencem ao povo, ao povo que lutou, que combateu, que venceu, e finalmente que aceitou; não aos partidos, porque um traiu, o outro temeu e o rei vacilou.

“Ai do rei quando o povo se levanta”.

Salve, povo, atleta da liberdade, pedestal da soberania, em vossas mãos tendes a força e o direito, a realeza e a glória.

Ingrata pátria, não terás meus aplausos enquanto a escola for substituída pelo recrutamento e a teu lado existir traidores como sinceros, recebendo brasões beneméritos e títulos honoríficos.

Dar o livro ao povo que ele se fará guerreiro ao primeiro som de rebate, enquanto a espada ao ignorante o faz covarde e assassino.

Hoje a glória é do povo.

Viva o povo.

CINCINATO FRANCA.